



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL  
DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO PROFISSIONAL

JANAINA NAYARA DE PAULA

A COR DA TERNURA:  
Os desafios de ser professor (a) negro (a) no Sistema Educacional Público do Sudeste Goiano

Catalão – GO

2016

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**      **Dissertação**      **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

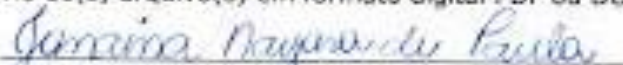
|   |  |        |                 |
|---|--|--------|-----------------|
| Autor (a):  | Janaina Nayara de Paula  |        |                 |
| E-mail:   | <a href="mailto:janas.nayara@gmail.com">janas.nayara@gmail.com</a>   |        |                 |
| Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |  |        |                 |
| Vínculo empregatício do autor:  |  |        |                 |
| Agência de fomento:   | Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás   | Sigla: | FAPEG           |
| País:   | Brasil   | UF:    | G    CNPJ:<br>O |
| Título:   | <b>"A COR DA TERNURA": OS DESAFIOS DE SER PROFESSOR (A) NEGRO (A) NO SISTEMA EDUCACIONAL PÚBLICO DO SUDESTE GOIANO</b> |        |                 |
| Palavras-chave:   | Racismo e Educação   |        |                 |
| Título em outra língua:   | "COLOR TERNURA": THE CHALLENGE OF BEING BLACK IN CURRENT EDUCATION TEACHER OF SOUTHEAST GOIANO                         |        |                 |
| Palavras-chave em outra língua:   | racism and education   |        |                 |
| Área de concentração:   | História   |        |                 |
| Data defesa: (22/09/2016)   | 22 de Setembro de 2016   |        |                 |
| Programa de Pós-Graduação:  | Mestrado Profissional em História, História Cultural e Formação de Professores UFG/RC                                  |        |                 |
| Orientador (a):   | Márcia Pereira dos Santos  |        |                 |
| E-mail:   | <a href="mailto:marciasantoss@gmail.com">marciasantoss@gmail.com</a>   |        |                 |
| Co-orientador (a):*   |  |        |                 |
| E-mail:   |  |        |                 |

\*necessita de CPF quando não constar no SiaPG

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento    SIM      NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 12.10.2016

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

JANAINA NAYARA DE PAULA

A COR DA TERNURA:

Os desafios de ser professor (a) negro (a) no Sistema Educacional Público do Sudeste Goiano

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional: História, Cultura e Formação de Professores da Universidade Federal de Goiás\Regional Catalão\Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa 1: Cultura, Linguagens e Formação de Professores.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Pereira dos Santos.

Catalão – GO

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

PAULA., Janaina Nayara De

A Cor da Ternura: Os desafios de ser professor (a) negro (a) no Sistema Educacional Público do Sudeste Goiano [manuscrito] /

Janaina Nayara De PAULA.. - 2016.

CXXXIV, 134 f.

Orientador: Profa. Dra. Márcia Pereira Dos Santos..

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2016.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Racismo e Educação, . 2. Professor Negro e Memórias, . 3. Democracia Racial.. I. Santos., Márcia Pereira Dos, orient. II. Título.

CDU 94

### Ata de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Mestrado

Defesa: nº 10

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis realizou-se, no Mini auditório Congadas – Bloco L, da Regional Catalão/UFG, a Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Mestrado intitulado “A COR DA TERNURA: os desafios de ser professor(a) negro(a) no Sistema Educacional Público do Sudeste Goiano”, de autoria da mestrandia Janaina Nayara de Paula. Na ocasião, compareceu a Banca Examinadora, designada pela Coordenadoria do Mestrado em História – nível Mestrado Profissional, e composta pelas docentes: Profa. Dra. Márcia Pereira dos Santos [Orientadora], professora da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior, professor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Profa. Dra. Regma Maria dos Santos, professora da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC. A sessão teve início às nove horas, sendo presidida pela Professora Orientadora, que abriu os trabalhos junto à Banca Examinadora. Em seguida, a Presidenta da sessão passou a palavra à discente que teve vinte minutos para apresentar o trabalho. Após a apresentação, passou-se a palavra aos componentes da banca que tiveram cada um, trinta minutos para expor suas questões e observações sobre o trabalho apresentado, tendo a mestrandia igual tempo para responder. Após o término da arguição, a Presidenta da sessão solicitou que a candidata e o público presente se retirassem do recinto para que a Banca Examinadora pudesse proceder sua avaliação. Após a conclusão dos trabalhos de avaliação, os arguidores atribuíram o seguinte resultado: **APROVADA**. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2016.

#### Banca Examinadora:

Profa. Dra. Márcia Pereira dos Santos (Orientadora/ UFG/RC) \_\_\_\_\_ *Marcia Pereira dos Santos*

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior (UFU) \_\_\_\_\_ *Florisvaldo*

Profa. Dra. Regma Maria dos Santos (UFG/RC) \_\_\_\_\_ *Regma*

Dedico esta dissertação de mestrado a minha tia Joana, a *Candace* inspiradora desse trabalho, que sempre foi para mim um grande referencial em todos os aspectos existentes. Meu eterno amor e gratidão é o mínimo que posso expressar. E também dedico esta pesquisa a todos que tem a coragem de enfrentar o racismo.

## AGRADECIMENTOS

Sei que com certeza não conseguiria jamais concluir esta dissertação sem ajuda e compreensão de muitos, então gostaria de externar aqui meus agradecimentos. Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, toda honra e toda gloria desse trabalho seja dado a ele.

Ao meu esposo Iago Oliveira David, meu amigo, companheiro, pela sapiência, ternura e incentivo em tempos de absoluta impotência intelectual. Com seu grande amor é meu maior incentivador, que me promove, me alegra, me faz acreditar que sou capaz de ir além sempre, um amor que enche e preenche as lacunas do meu ser, por me incentivar a volta da minha essência, a minha negritude, e a ser a “preta perfeita” dele. Poderia fazer várias páginas, mas jamais conseguiria expressar tamanha gratidão que tenho por tê-lo comigo em mais esta etapa;

À minha mãe, por me apoiar, acreditar em mim, me ajudar com a organização das tarefas do lar, por fazer almoços deliciosos na minha falta de tempo e dedicação à escrita. Ela é a minha preta perfeita!

À professora Márcia Pereira dos Santos, por ter dado continuidade a nossa história de amor e estar comigo mais uma vez nessa etapa, meu eterno amor e carinho é o mínimo que posso expressar. Obrigada por lembrar-me sempre que “vai dar tudo certo” “vamos em frente”, amo-a pra sempre, e depois dele também.

À professora Regma, que me acompanha de longa data, e sempre contribui significativamente para meu crescimento intelectual e pessoal, obrigada pelas considerações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Florisvaldo, pela disposição em acrescentar considerações pontuais a esta pesquisa, o meu muito obrigada;

À Jaciely Soares, que me ajudou a organizar o primeiro pensamento sobre a pesquisa, e além desse ensinamento ensinou-me o verdadeiro sentido de uma amizade. Sei que a distância não teve o poder de nos separar!

À Mariana Queren, por estar sempre comigo em todos os momentos, por ser minha incentivadora, obrigada pelas orações e incentivos, que me possibilitou continuar a jornada;

À Jeniffer Kauanne, pelas orações, paciência com minhas ausências no ministério, pela amizade, companheirismo e amor.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pela concessão de bolsa de Mestrado no período de 01/08/2015 a 31/07/2016;

Ao Bruno Victor, meu amigo, que pacientemente me ouviu falar milhões de vezes sobre as dificuldades de ser negro no Brasil, e se inspirou nisso para execução da sua monografia;

À minha avó Celina (in memoriam) que na verdade foi minha mãe, responsável por eu ser quem sou, que com muito orgulho contava aos amigos: minha neta vai ser “professora”. A jornada continua, prometo continuar trilhando esse caminho até o fim, por você!

Enfim, a todos que de certa forma contribuíram significativamente para conclusão desta pesquisa, o meu muito obrigada!

“A lição importante a aprender é estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significa os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes” (THOMPSON, 1992).

## RESUMO

Este texto esboça a pesquisa que realizamos no Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional da UFG/Regional Catalão. O tema deste trabalho é a discriminação étnica racial sofrida por professores negros na microrregião do sudeste goiano. O objetivo é descrever e analisar a trajetória de vida profissional de professores (as) negros (as), perpassando por um processo de expor, mostrar, deixar a vista essas pessoas e suas histórias. O nosso trabalho é também um exercício de contar às histórias que ainda não haviam sido contadas, dessa forma, vemos que essa oportunidade de pesquisa é também o viés para a propagação dessas histórias e dessas memórias, evidenciando as narrativas dos próprios sujeitos a outras documentações possíveis. A fonte que nos dá aporte se trata de histórias de vidas, diante disso, percebemos que trabalhar com histórias de vidas tem sido um recurso de investigação que tem se expandido e gerado contribuição significativa para melhor compreendermos a condição do professor, e no nosso caso, das professoras e professores negros, nos nossos dias atuais. Lidamos com o questionamento envolto do mito de democracia racial, a partir de fatos vivenciados pelos nossos entrevistados, evidenciamos que a democracia racial é uma inverdade ainda.

**Palavras-chave:** Racismo e Educação. Professor Negro e memórias. Democracia Racial.

## ABSTRACT

The theme of this work is the racial ethnic discrimination suffered by black teachers in the micro region of Goiás southeast. The aim is to describe and analyze the trajectory of professional life of teachers (as) black (as), passing through a process of exposing, show, let the view these people and their stories. Our work is also an exercise to tell the stories that had not been counted in this way, we see that this research opportunity is also the bias to the spread of these stories and these memories, showing the narratives of the subjects themselves to other possible documentation . The source that gives us input it comes to stories of life before that, we realized that working with life stories has been a research resource that has expanded and generated significant contribution to better understand the teacher's condition, and in our case, the teachers and black teachers in our present day. We deal with wrapped questioning of the racial democracy myth from facts experienced by our respondents, we noted that racial democracy is an untruth yet.

**Key words:** Racism and Education. black teacher and memories. Racial Democracy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Localização da área de estudo: Microrregião de Catalão.....          | 52 |
| Gráfico 1 – Dados gerais sobre as escolas alcançadas pela pesquisa de campo.... | 55 |
| Gráfico 2 – Professores Negros por Cidade.....                                  | 55 |
| Gráfico 3 – Professores Negros na Região.....                                   | 56 |
| Gráfico 4 – Quantidade de professores.....                                      | 56 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela1 – Dados gerais sobre as escolas alcançadas pela pesquisa de campo..... | 53 |
| Tabela 2 – População por definição de cor .....                                | 57 |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 15  |
| CAPÍTULO 1 - HISTÓRIAS DE VIDA, RELATOS DE SI E AS POSSIBILIDADES DE<br>DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL: a experiência<br>de uma pesquisadora negra..... | 21  |
| 1.1 - A metodologia e as fontes.....  | 27  |
| 1.2- Democracia racial: mito, fato ou justificativa?.....   | 32  |
| CAPÍTULO 2 - PROFESSORAS E PROFESSORES NEGROS ONDE ESTÃO? : caminhos<br>investigativos entre a memória e a história. ....   | 49  |
| 2.1- A região e a presença de professores e professoras negras.....   | 49  |
| 2.2- E quando a discriminada é a pesquisadora? .....  | 61  |
| 2.3 – Lembranças de Trajetórias de Vida: História e Memória .....   | 72  |
| 2.3.1 - As escolas encontradas: cultura e racismo como lócus de memória.....  | 73  |
| 2.3.2 - Ser professora e professor negro: o fio da memória .....  | 88  |
| 2.3.3 Joana Darc de Fátima Ferreira Silva: A Candace de Goiandira .....   | 89  |
| 2.3.4- Robson Cândido Elias: o outro lado .....   | 98  |
| 2.3.5 - Raquel da Silva Veríssimo Mesquita: A sonhadora .....   | 103 |
| 2.3.6 - Cynthia Ellen Bonifácio – Os estereótipos .....   | 107 |
| 2.3.7 - Bella Sandre Aparecida Silveira de Oliveira Miranda: a conquistadora.....   | 112 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 122 |
| REFERÊNCIAS .....   | 128 |
| APÊNDICE A.....   | 133 |
| APÊNDICE B.....   | 134 |

## INTRODUÇÃO

Este texto expõe a pesquisa que realizamos no Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional da UFG/Regional Catalão. Nossa proposta é analisar a importância da história dos professores negros no Sudeste Goiano, a partir da elaboração e problematização de suas histórias de vida, de suas práticas educativas, dos desafios encontrados na sua formação acadêmica e atuação em sala de aula. Para tanto, a pesquisa parte das seguintes indagações: o problema da identidade profissional de professores negros estaria emerso também no processo identitário do ser negro no Brasil? Por que na sociedade atual o normal ainda é ser branco? Como professores e professoras negras contam suas histórias e experiências que vivenciam? O que significa ser professor negro e negra no universo escolar? Que escola esses sujeitos históricos experimentam? Que escola e educação desejam para trabalhar e, mesmo, para seus filhos? A discussão aqui explicitada centra-se, dessa forma, em apresentar os embates vividos pelos professores e professoras negros no campo educacional no Brasil e, em especial, no Sudeste Goiano.

Assim, respondendo a estas questões, a pesquisa possibilitará repensar também a escola como um espaço de cultura moldado em sua grande maioria pelo desprezo à negritude e que deve ser problematizada em suas práticas, já que, sendo um espaço de ensino e aprendizagem, de troca de saberes, deveria ser também, um espaço mais democrático que permitisse a formação integral dos alunos, espaço onde se pudesse expressar com mais ênfase as questões raciais.

Diante disso, o trabalho pretende compreender as diferentes visões de professores e professoras negras sobre as relações raciais e a influência das mesmas em suas vidas pessoais e profissionais. Para tanto, a pesquisa valerá da elaboração de histórias de vida, através do uso de fontes orais e observação participante, como sua principal metodologia. Realizamos entrevistas com professores e professoras das várias cidades que compõem a microrregião de Catalão, parte do que tem sido definido como Sudeste Goiano, buscando assim, entender as experiências desses sujeitos históricos com a discriminação racial no decorrer de suas vidas.

O trabalho se desenvolveu levando em consideração os percursos que contribuíram para a construção da identidade desses professores e professoras, pensando nos contextos vivenciados pelos mesmos, e as representações que eles têm sobre as diversas maneiras de estar no mundo, pontuando as multiformas de dar significado às discriminações sofridas em função de sua cor. Dessa forma, o trabalho também é oportunidade de problematizar as relações raciais que se configuram no Brasil.

Cabe neste momento, pontuar os fatores significativos que impulsionaram a pesquisa, sendo eixos norteadores para que se iniciasse e prosseguisse. O descontentamento e a indignação serão o marco que pontuarei, através das minhas justificativas pessoais, como ponto de partida e embasamento teórico, que resultaram no trabalho que ora se apresenta.

Como mencionado acima, minhas motivações para a pesquisa tratam-se principalmente de motivações pessoais, pois em diversos momentos da minha vida deparei-me e vivenciei experiências que me tornaram vítima de racismo, são memórias que ficaram e que algumas vezes vêm à tona. Assim, sirvo-me dessa memória para que esse trabalho possa ter vida, e ser narrado “do lado de cá”, do lado daqueles que ainda estão por narrar suas histórias.

Diante disso, entendo que se falarmos de racismo no Brasil, a primeira imagem que vem a cabeça são os negros. As pessoas tendem a fugir dessa discussão porque sabem do peso do preconceito contra o negro no Brasil. Percebe-se que o racismo é, na maioria das vezes, dissimulado. A sociedade brasileira tem preconceito de ter preconceito o que acaba pela negação da problemática tão escancarada.

Ferreira (2002) em seu texto: *O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente* destaca a importância do entendimento das formas pelas quais o preconceito é veiculado, é primordial buscarmos o entendimento sobre as condições históricas para o desenvolvimento do preconceito. Ao falar sobre o assunto, as pessoas não se admitem como racistas, na maioria das vezes, pois o preconceito sempre é do outro. Segundo Rodrigues (2011), no Brasil, fazemos diferente dos Estados Unidos, por exemplo, não caçamos os negros à pauladas, mas fazemos pior que isso, quando oferecemos a estes uma vida de humilhação, de desprezo e somos coniventes com um racismo silencioso. E diante das circunstâncias, e do processo de desvalorização a pessoa negra tende a inserir no seu imaginário a ideia de superioridade branca, como classe dominante, desvalorizando assim o “mundo negro”, tornando o fato de ser afrodescendente um desqualificativo de sua vida. Esses mesmos indivíduos se apoiam na ideia eurocêntrica da raça branca superior como uma visão de mundo, tendo em vista os padrões de beleza derivadas de uma estética branca, e ficam com a sensação de não se encaixarem em um grupo social que se insira nos padrões. “Experiências desconfirmatórias, gradualmente podem provocar transformações. São processos conflituos, pois questionam a maneira de ser e ver o mundo e tornam impossível ao negro negar a rejeição que sofre socialmente” (FERREIRRA, 2002, p. 77). Nesse caso o papel desse trabalho é o de compreender que existem diversas formas de dar significados às

discriminações sofridas por esses sujeitos, entender como essas situações vivenciadas por eles podem elaborar maneiras de sentir e estar no mundo.

Ressaltamos que é preciso considerar o racismo no Brasil, onde a ideia de três raças ou democracia racial pode ser considerada, por sua vez, uma farsa. O mito de democracia racial gerou uma mentalidade distorcida nesses sujeitos e trouxe para a sociedade, de certa forma, o silenciamento. Sendo assim, torna-se cada vez mais difícil aos professores e às professoras negras entender quais são as motivações das discriminações sofridas e, principalmente, como reagir, pois muitas vezes situações vexatórias vividas criam diferentes mecanismos de reação, seja por meio da negação da existência do preconceito, a conformação ou, até mesmo, a condição de não perceber sua existência.

Partindo destas problemáticas, o objetivo deste trabalho também é evidenciar o racismo como uma marca da cultura brasileira que interfere nos processos educativos, especialmente na relação entre professores e professoras negros e suas salas de aula. Escolhemos o contexto do Sudeste Goiano, mais especificamente a microrregião de Catalão, pois é nesse espaço que a pesquisa foi realizada.

Sendo assim, a pesquisa girará em torno de analisar as memórias e narrativas de experiências pessoais e profissionais acerca do racismo vivido por professores. Para melhor compreender a temática servimo-nos de autores como: Ferreira (2002), Mattos (2007), Munanga (1999), Nabuco (2010) e Santana (2003), estudiosos que com suas reflexões sobre o que é a vida do negro no Brasil, o racismo e suas consequências, nos ajudam a problematizar a vida dos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, um aporte teórico importante para a pesquisa é assumir uma abordagem cultural, inspirada na História Cultural, para se questionar a relação escola, professores negros, sociedade e cultura. Nesse universo teórico, proposto por autores como Chartier (1988) e Pesavento (2004) é possível questionarmos como foi construída a educação no Brasil e como, nessa construção, a cultura negra, aquela de professores e alunos, se insere, criando o que Chartier (1988) chama de lutas de representação, já que no contexto do racismo também podemos situar essas lutas, pois definem os merecimentos, os valores e direitos de sujeitos históricos colocados em relação aos processos educativos por eles acessados. Sendo assim, partimos da História Cultural, como campo teórico referencial da História, ressaltando como a mesma foi pensada por autores que tomam a cultura não apenas como modo de se viver, mas como modo e forma de se representar na vida em suas práticas no cotidiano.

No processo de escolha do nosso grupo de entrevistados, optamos pelas pessoas que se declaram negras, lembrando que não é nosso papel (como pesquisadoras) definir os sujeitos,

mas sim levar em consideração como esses sujeitos se reconhecem no mundo. Segundo Garcia (2007):

Quatrocentos anos depois da chegada dos primeiros africanos em solo brasileiro, constata-se que os negros conseguiram ascender socialmente, todavia se juntaram aos pardos numa condição desigual que perdura até á atualidade. A auto identificação como pardo, e não mais como negro ou preto foi a forma encontrada pelos libertos para afirmarem a experiência de liberdade que se abria aos homens livres despossuídos. Por isso, é possível ao Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) agregar pretos e pardos na categoria negros. Os números corroboram com o que foi exposto acima. Seja pardo ou preto pertence à raça negra (GARCIA, 2007, p. 30-31).

Um dos nossos objetivos principais foi entender essas diferenças raciais pontuadas acima e, assim, nosso foco foi entrevistar professores negros e negras que assim se definem. Essa perspectiva nos permitiu coletar depoimentos orais de pessoas que se reconhecem na cor negra: quatro professoras e um professor, da rede pública de ensino da microrregião do Sudeste Goiano. Porém, para não sermos incoerentes, no processo de escolha angariamos os entrevistados também entre os que se declaram como pardos, negros, pretos. Os sujeitos que visivelmente são negros, mas não se dizem como tais não entraram para essa seleção, muito mais por suas recusas em conceder entrevistas que por nossa escolha. Por fim, no processo de coleta de depoimentos optamos por fazer a junção de definições de cores do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, enquadrando pretos e pardos na categoria negros, tomando também por referência as estatísticas levantadas no decorrer do trabalho, que corroboraram para a escolha. Marcos Mucedula Aguiar (2011) afirma que:

Sabemos que do ponto de vista do desenvolvimento recente da biologia, a categoria “raça” não se sustenta para se pensar as diversidades que caracterizam a humanidade. O conceito de “raça” é útil enquanto construção social para e entender o surgimento de certas desigualdades sociais, não tendo nenhuma fundamentação natural ou biológica. [...] Se a raça não existe enquanto dimensão biológica, ela existe enquanto construção social. Nas suas relações cotidianas, os grupos se autoclassificam e classificam os outros enquanto raças. Esse constructo orienta e dá sentido a autoavaliações recíprocas que podem levar a aproximação ou ao afastamento entre os grupos sociais (AGUIAR, 2011, p. 43-44).

Como também observa Dijaci D. de Oliveira, Ricardo B. Lima e Sales A. Dos Santos (1998, p. 55):

O racismo no Brasil não faz distinção que tenha significância entre “pretos” e “pardos” todos são discriminados, pois o multiculturalismo brasileiro não é nem de longe sinônimo de democracia racial haja vista que os pardos (mestiços de brancos com negros) não estão em melhor situação política, social e econômica que os “pretos”.

A história, portanto, trabalha com a relação entre aquilo que os seres humanos produziram no passado e o que produzem no presente (BLOCH, 2001). Assim, o pesquisador reconstrói a história, mas faz isso no seu presente, pois ele é um estudioso que está em uma sociedade que tem a sua historicidade, e os seres humanos são protagonistas dessa história deixando suas marcas no decorrer de suas trajetórias, mas vivendo-as em todo o tempo. Nossa pesquisa é um trabalho cujos sujeitos estão vivos, estão imersos nessa sociedade que historicamente elaborou o racismo atual, ou seja, percebemos o passado como o tempo em que se criaram as justificativas para que hoje negros e descendentes sejam discriminados. Portanto, a história que proponho, situa-se em uma linha de pesquisa - Cultura, Linguagens e Formação de Professores - que subsidia as discussões e a problemática proposta, tanto no que se refere à temática quanto às fontes para a pesquisa, mas também quanto ao papel social de uma pesquisa desenvolvida dentro de um Mestrado Profissional, pois com o mesmo entendemos a pesquisa como um processo de formação voltada à problematização da sociedade e à busca de respostas a essa mesma sociedade.

Dessa forma, dividimos o trabalho em dois capítulos. No primeiro capítulo "Histórias de vida, relatos de si e as possibilidades de desconstrução do mito da democracia racial no Brasil: a experiência de uma pesquisadora negra" apontamos os caminhos teóricos e metodológicos escolhidos para a pesquisa de forma a pensar a elaboração de história de vida através de depoimentos orais. Também nesse primeiro capítulo, nos dedicamos em compreender como conceitualmente nossa discussão é pensada e problematizada por diferentes autores especialmente no que concerne às relações raciais, o racismo, o preconceito e a educação no Brasil. Nesse momento, a partir de um levantamento bibliográfico, problematizamos brevemente como se dão as relações raciais, de que forma têm sido desenvolvidas as políticas públicas no que se refere ao negro, ao racismo e ao preconceito, buscando entender qual a real situação em que os negros e negras da população brasileira vivem. A condição das professoras e professores negros em Goiás tem sido pouco debatida, mesmo diante dessa escassez de estudos e reflexões, é notório que os trabalhos e pesquisas realizadas sobre a temática têm mostrado a existência da discriminação racial, em todos os setores da vida social, o que nos mostra um alto índice de desigualdade racial em Goiás e a pertinência de nosso estudo.

No segundo capítulo "Professores negros onde estão? caminhos investigativos entre a memória e a história", apresentamos as histórias de vida dos professores e professoras negros alcançados pela pesquisa, os que se dispuseram a participar. Para construção desse capítulo e

encontro desses professores e professoras realizamos, inicialmente, um amplo trabalho de campo que teve por intuito fazer um levantamento da quantidade de professores e professoras negras que estão atuando nas escolas do Sudeste Goiano. Na análise dos depoimentos e entrevistas todo o aparato teórico anteriormente debatido foi aliado a uma discussão sobre a relação entre memórias e presente.

**CAPÍTULO 1 - HISTÓRIAS DE VIDA, RELATOS DE SI E AS POSSIBILIDADES DE DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL: a experiência de uma pesquisadora negra**

A necessidade e a vontade de trabalhar com tal temática e, principalmente, lidar com a atuação de professoras e professores negros, começaram a partir de uma pesquisa desenvolvida ainda na graduação entre 2007 – 2011. Naquela época, discuti sobre o racismo na sociedade brasileira, tema esse que ficou cada dia mais instigante em minhas problematizações de pesquisadora, mas também de uma pessoa formada como professora<sup>1</sup>. Ao finalizar o curso superior tive inúmeros embates para conseguir ingressar em um emprego como professora. Afinal, capacitei-me para dar aulas e essas dificuldades apareciam como barreira ao exercício profissional. Uma delas, que foi a mais marcante, é o fato de ter enviado meu currículo a uma escola, que precisava em caráter de urgência de uma professora de História e Ciências Sociais. Depois do envio do currículo, já no dia seguinte, contataram-me para fazer a entrevista e a secretária da escola disse-me que a coordenação havia gostado muito do meu currículo e que gostaria de fazer a entrevista para contratar-me. Arrumei-me e fui extremamente feliz para meu possível primeiro emprego assim que me formei. Ao chegar à escola, no ato da entrevista, o coordenador que me entrevistava demonstrou extremo espanto, olhava meu cabelo, olhava-me dos pés a cabeça sem dizer nada, na hora entendi que aquele espanto era por ver que eu era negra, e me fez o seguinte questionamento: “é você a Janaína, dona desse currículo? A Janaína Nayara de Paula? É você?”. Pelos olhares já entendi o porquê do questionamento, e a entrevista não demorou nem cinco minutos e eles já me dispensaram, dizendo que conversariam com os donos do colégio e me procurariam caso precisassem. No outro dia, lançaram novamente a vaga de emprego em redes sociais, e uma amiga que havia também estudado comigo fez a entrevista e ficou com a vaga, claro que ela era branca, o perfil de professora para estar à frente de uma escola particular.

Alguns meses depois consegui outra oportunidade de emprego também em uma escola particular, fui indicada por um professor da faculdade que também dava aulas nesse colégio, e assim eles me contrataram. Essa foi a minha pior experiência como docente negra pude sentir na pele a discriminação que muitas e muitos professores negros sentem. Primeiro que sempre me confundiam com as “guardinhas” que olhavam os alunos nas salas, nunca se lembravam

---

<sup>1</sup> Nessa pesquisa produzimos o trabalho: O Racismo Contra o Negro na Sociedade Brasileira na Obra de Nelson Rodrigues “ANJO Negro”. UFG/Regional Catalão, 2011. TCC.

de me chamar para a sala dos professores para os lanches e conversas, eu sempre ficava no pátio, às vezes com os alunos, às vezes sozinha. Minhas amigas na escola, as únicas que se aproximavam de mim eram as faxineiras e cozinheiras, os alunos me ridicularizavam, faziam piadinhas com meu cabelo, com minhas roupas, e só me chamavam de “guardinha”. Certo dia, em sala de aula eu tropecei nas palavras e falei uma palavra rápida e errada, e uma aluna deu uma gargalhada e disse: "Estão vendo, essa negrinha nem sabe falar direito" e toda sala começou a zombar de mim. Levei isso ao conhecimento da coordenação e nada foi feito, todos os dias que eu ia para o trabalho, saía de casa chorando, pedindo que Deus me desse outra oportunidade e que eu estava sofrendo muito ali naquela escola. Mas diante das circunstâncias e, por meus pais estar sem renda, eu tive que permanecer aguentando essas situações rotineiras de racismo e discriminação durante um ano. Depois disso apareceu outra professora querendo as aulas de história, e como ela estava fazendo mestrado eles optaram por ela e me demitiram.

Dentre todas as situações que vivenciei essas foram as mais marcantes, e desestimulantes que me fizeram pensar e repensar a minha carreira docente. Se aquele realmente era o meu lugar no mundo e se um dia eu seria aceita pelo meu conhecimento, estudos, dedicação e não pela cor da minha pele. Toda essa vivência em sala de aula, somada com as reflexões produzidas no meio universitário, levaram-me a estabelecer relações entre a minha trajetória de vida como criança negra e a minha condição de professora negra já graduada, mas sem emprego. Por tudo isso, pude compreender minha própria trajetória de vida, e aqui relato inquietações que nunca se distanciaram do meu ser.

Como mencionei acima uma das minhas justificativas para realização da presente pesquisa é de cunho pessoal. Eu sou negra, nascida em uma família negra e ao longo de minha trajetória de vida sempre vivenciei diversos tipos de preconceitos, racismos e discriminação racial. Na infância sempre tive vários embates com minha cor de pele, insatisfação com o cabelo. Sentia-me a criança mais feia da escola, não tinha amigos, tinha apenas uma amiga também negra que partilhava comigo o desafio de ser negra em uma sociedade racista. Nossa identificação nos acompanhou desde o berçário até concluirmos o Ensino Médio, e os conflitos por sermos negras eram os mesmos, diariamente éramos chamadas de: “macacas” “cabelim pixaim” “cotonete sujo na cabeça” dentre outros apelidos ofensivos. Permanecemos sempre juntas até o fim do Ensino Médio, depois disso, lamentavelmente, ela se convenceu de que a universidade não era lugar para “pretos”.

Recordo-me, dentre tantas outras lembranças, de uma experiência na minha infância, quando teria uma peça teatral na escola e eu seria a princesa, pois segundo a professora eu

tinha uma desenvoltura melhor que os outros colegas, era bastante expressiva e comunicativa razão pela qual, o papel encaixaria para que eu o encenasse. Fui para casa e em um dia decorei todo roteiro, porém no dia seguinte a professora sem qualquer justificativa plausível transferiu-me para o papel de mucama da princesa, papel esse, em que eu apenas segurava a sombrinha da princesa, e a filha da diretora ficou sendo a princesa da peça, pois aquela era branquinha como a neve. Dessa forma, eu e os poucos coleguinhas negros da escola éramos os escravos e para isso, tivemos que nos vestir como tal. Esse episódio provocou em mim inúmeras sensações, primeiro foi dado um papel importante na peça para que eu o encenasse, posteriormente tiraram-me e, mesmo sendo uma criança consegui discernir que o motivo era a minha cor de pele.

Foi um fato que ficou gravado em minha memória. Eu entendi que na história, nos livros didáticos eu não tinha espaço, não era para mim e eu não me via na história do meu país, a não ser como a escrava, ou doméstica, e eu não queria ser nenhuma das duas personagens. O meu sonho sempre foi ser professora, era uma vontade desde o 1º ano do Ensino Fundamental: eu queria ser professora para escrever com giz, carregar livros nas mãos, vestir saias longas, usar óculos de adultos, e para fazer minha vozinha feliz e realizada, por ter uma neta “professora” como ela sempre dizia. Esse sonho de criança, aos poucos foi sendo desconstruído, com cada palavra racista, com cada ação e reação racista que eu vivia principalmente na escola. Assim fui deixando de acreditar que um dia isso seria possível.

Na minha adolescência sofri vários complexos, isolei-me das pessoas e ainda hoje minha mãe relata que depois da peça da princesa em que fui a escrava já não brincava com as crianças da minha idade, apenas com meus irmãos que era quatro anos mais novos. Outra mudança de comportamento perceptível era não gostar mais de sair de casa para brincar na rua e na escola eu sentia que não era amada pelos professores e, muito menos, pelos colegas. Eu não era a criança bonitinha que as professoras pegavam no colo e beijavam a bochecha, muito menos a amiguinha que os pais queriam para suas filhas levar em casa, tinha poucas amigas, a única amiga inseparável era outra negra que se chamava Eliziene, com a qual vivi as manifestações de racismo todos os dias e assim, cresci me sentindo invisível, em um mundo que não me reconhecia nem na escola, nem nos brinquedos ou livros didáticos, pois seus discursos e suas imagens não me representavam.

Ou seja, desde criança já sentia na pele o que era esse racismo excludente, o que é viver em uma sociedade que aponta o dedo pelo fato de você ser negra. Fui instigada nessa pesquisa também por presenciar outras vítimas de preconceito racial, e, por conviver com pessoas que sofreram e sofrem tal racismo perante a sociedade e, principalmente, por fazer

parte de uma grande família de negros da minha cidade, Goiandira-GO. Por sermos naquela época a maior família negra da cidade, hoje percebo que diversos membros da minha família sofreram e sofrem com o racismo.

Certo dia minha professora do Ensino Fundamental, primeira fase, deu-me um livro intitulado: "A cor da ternura", de Geni Guimarães. Ao entregar-me o presente a minha mestra expressou com gestos e palavras o amor dela por mim. Lembro-me de sua fala quando dizia: "filha você é linda, não tenha vergonha da sua cor, você é um anjinho, é brilhante e eu amo muito você, tenho orgulho de você" e eu questionei: "existe anjinha pretinha?" e ela disse: "claro que sim, e os anjos negros são lindos como você." Hoje, percebo como essas palavras me deram novo fôlego de vida, senti-me importante, e desse dia em diante quis sempre ser orgulho para essa professora que soube tocar na profundidade de meus sentimentos. E desde então, comecei a amar a mim mesma, gostar do meu cabelo, enfim, iniciei o meu encontro como ser humano, e até passei a amar mais minha família e minha parentela.

Assim, fui percebendo que características tais como feiura, maldade, imoralidade, selvageria, passividade, são formas inferiorizantes que acompanharam as personagens negras durante muito tempo nos livros com os quais eu tinha contato, porém Geni Guimarães, em seu livro, trouxe o contrário. A personagem principal realiza o seu sonho e o sonho de seus pais, ela se torna professora, rompendo com os paradigmas impostos pela sociedade, o de se tornar mucama, doméstica e ou objeto sexual. Mais que uma realização profissional, ser professora numa sociedade em que as mulheres negras sempre foram pensadas como amas de leite, mucamas ou objeto sexual, é uma forma de reconstruir a história das mulheres negras. Ser professora ultrapassa os limites de apenas realização profissional, é sentir-se como uma cidadã consciente do seu papel na sociedade.

Esse livro se tornou meu livro de cabeceira, eu me via naquela personagem, que narra uma história autobiográfica de Geni Guimarães. A personagem se chamava Nina, uma menina negra que enfrentou todos os desafios de ser negra em uma sociedade racista. O texto retrata nitidamente o autoquestionamento de crianças negras, em relação a sua cor de pele e posição social, pois essas crianças já nascem com obstáculos a serem superados, e crescem com sequelas, pois desde cedo lhes são impostas a violência psicológica causada por atitudes racistas.

Para mim, essa história se transformou em um alicerce e influenciou-me significativamente em minhas decisões. Eu me via na personagem do livro, quando li e notei que a protagonista havia passado pela mesma situação que eu vivia e, ainda mais, como aquela criança do livro também desejava ser professora e ela conseguiu ser.

- \_ Se a gente pelo menos pudesse estudar os filhos...
- Senti uma pena tão grande do meu velho, que nem pensei para perguntar:
- \_ Pai, o que a mulher pode estudar?
- \_ Pode ser costureira, professora... [...]
- \_ Vou ser professora \_ falei num sopro (GUIMARÃES, 1998, p. 72).

Achei incrível o fato de perceber desde cedo o “peso” da cor e da condição social retratado na personagem e me questionei: será que foi escrito para mim? Como essa pessoa que escreveu sabe que estou passando por tudo isso? Hoje, entendo que aquele livro se tratava de uma representação coletiva de milhares de pessoas negras no Brasil. Disso nasceu a vontade de saber quem são onde estão e como vivem as professoras e professores negros do lugar onde vivo.

Outro fator influenciador para a pesquisa é a história de uma tia que é uma professora negra na cidade de Goiandira. Essa tia é concursada desde 1993 pelo município e que no início da carreira trabalhava com educação de jovens e adultos, até meados do ano 2000, posteriormente começou a trabalhar com séries iniciais, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, até o ano de 2005 atuando como professora regente das turmas. Foi neste mesmo ano que aconteceu um lamentável incidente, no qual a professora foi afastada da sala de aula como professora regente, e passou a ser responsável por aulas de reforço no período do tempo integral, não tendo assim um contato individual e direto com os alunos. Desta forma, há aproximadamente dez anos ela foi afastada da sala de aula, atualmente está aposentada. A coordenação trouxe a ela uma história em que pais haviam se manifestado e feito algumas reclamações dela como professora, mas não disseram quais seriam as reclamações. Diante disso, Joana foi à casa de um por um de cada pai dos seus alunos indagando quais reclamações tinham, frente às negativas, fez um abaixo-assinado em que declaravam que não fizeram nenhuma reclamação na escola em relação à professora e ao seu trabalho.

Porém, ao conversar com uma professora, colega de trabalho da Joana (que preferiu não se identificar) relatou que houve uma situação de racismo, e que ocorreu sim, racismo por parte da coordenação da escola que, juntamente com histórias contadas que até hoje não se sabe a veracidade, fez-se uma manobra para retirar a professora Joana da sala de aula. Essa história é emblemática do tipo de preconceito que professoras e professores negros sofrem na sociedade costumeiramente. Uma professora negra na sociedade atual ainda é vista como um “bicho de sete cabeças”, pois alguns alunos não querem ter essa professora; algumas mães não permitem que seus filhos sejam ensinados por um negro e o sistema acaba acatando este preconceito, mesmo que camuflado ou disfarçado.

Diante do exposto, esta professora pareceu conformar-se e hoje ainda diz que este é o lugar que sempre deveria ocupar e que regência de sala de aula não é para ela e sim para as “outras”. Minha tia diz subliminarmente que a regência da sala de aula é para as brancas e não para ela. Vale ressaltar que essa professora é graduada e pós-graduada pela UFG, com inúmeras especializações, com capacidade e formação para atuar na sala de aula. Essa é uma das situações de racismo que essa professora viveu, mais só ela sabe dizer os impasses de como é estar no recinto escolar, sendo professora negra, em uma sociedade racista. Foi uma vida toda ouvindo as pessoas com pré-julgamentos, com preconceitos e vivendo em uma sociedade que determina funções e lugares dos negros, impondo onde estes devem estar. Como notamos no livro de Guimarães, no decorrer da jornada de Nina muitas são as barreiras que tentaram impedir para que ela chegasse às salas de aula.

Com o tempo e com as situações de racismo corrente, a professora citada acima simplesmente aceitou as condições que a sociedade lhe impôs, e hoje é ela uma pessoa que parece aceitar o discurso de inferioridade imposto pela sociedade racista, em que diversas pessoas diziam que ali não era o lugar dela. No entanto, como veremos adiante, a história dela não é a história de um conformismo, mas de uma luta contínua que a fez criar seu próprio jeito de sobreviver às situações de discriminação. Essas experiências foram fatores instigantes que muito impulsionaram minha pesquisa transformando-a, no curso de mestrado, minha resposta para o mundo e para mim mesma.

Diante disso, percebe-se que ainda vivemos em um país racista, e que essa é uma prática que vem sendo disseminada de diversas maneiras, dentro do próprio país com a população negra, mas também com outras raças. Uma situação que se agrava com o que podemos chamar do racismo do negro por ele mesmo e a aceitação dessa prática como normalidade e naturalidade em função de diversas cicatrizes adquiridas no decorrer da caminhada dos negros no Brasil. A pesquisa surge nesse momento, a partir de testemunhos vivos, de trajetórias de vida quase inacreditáveis e experiências desagradáveis com o racismo. Objetivamos através dos testemunhos recolhidos de professoras e professores negros refletirem sobre seus percalços pessoais, buscando transcender à condição do negro, mas buscando pensar esses homens e mulheres como humanos, colocados em um contexto, que os exclui e os discrimina. Para tanto escolhemos trabalhar com a metodologia da produção de histórias de vida, através dos próprios relatos e fontes orais - testemunhos e entrevistas.

## 1.1 A metodologia e as fontes

Entendemos que em nosso caso o método de pesquisa deve ser conduzido a partir das narrativas e representações de sujeitos, tomados como testemunhas, que durante muito tempo ficaram ocultos na história da humanidade e que presenciaram sua dignidade ser exposta, seu caráter ser medido pela cor de sua pele. Para nós esses sujeitos sabem descrever o peso de ser negro em uma sociedade que ainda vê a cor da pele negra como uma “aberração”, como um defeito, como uma marca de inferioridade. Com isso, almejamos que o silêncio seja rompido pelas vozes, a realidade seja evidenciada, e que seja desconstruído esse pressuposto de que o Brasil desfruta de uma democracia racial. Para o momento atemo-nos em explorar o potencial da pesquisa qualitativa, apresentando o método da história oral na modalidade de trajetória de vida, sendo compreendida como um construto social e histórico que utiliza técnicas diversificadas para que assim os sujeitos ganhem possibilidade de expor suas vozes, e, possam mesmo que por uma modesta pesquisa, superar a condição de sujeitos invisibilizados socialmente.

Para tanto, alguns dos autores elencados para discutir essas questões são: Rita de Cássia Gonçalves (2007), Rosália Duarte (2002), Teresa Kleba Lisboa (2007) e Verena Alberti (1989; 1996).

Gonçalves e Lisboa (2007, p. 86) pontuam que:

O método da história oral, em suas vertentes histórias de vida, narrativas, trajetórias de vida, requer o uso de fundamentos epistemológicos, isto é, o pesquisador deve orientar-se através de pressupostos que delimitam o entendimento sobre o uso dos procedimentos metodológicos em questão, que por sua vez definirão o caráter da investigação social. A epistemologia possui uma função importante na pesquisa, pois estabelece as condições de objetividade dos conhecimentos científicos, dos modos de observação e experimentação.

Como as próprias autoras dizem a história oral constitui-se como um eficiente instrumento de investigação, tendo por sua vez a condição de ruptura que se impõe entre o senso comum e o discurso científico. As autoras ressaltam que é primordial entendermos a necessidade de estabelecer distância científica do objeto pesquisado “[...] no sentido de exercer o maior controle possível sobre os fatores que se contrapõem a busca da objetividade” (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p.86). No entanto, devemos ter em mente que trabalhar com pesquisa qualitativa significa dar conta de interligar a dimensão pessoal e subjetiva com a

estrutura social, pois quando o indivíduo vive e relata sua trajetória de vida ele se identifica com o grupo social em que ele é um dos elementos construtivos.

Cabe ao pesquisador reconstruir em cada história de vida, a presença de relações básicas e complexas que dizem respeito às categorias sociais, grupo e indivíduo expressas na relação oral. São relações ligadas à estrutura social e grupal e ainda à ideia de rearranjo e reapropriação do social que o indivíduo faz como unidade singular de seu relato (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p.87).

O método de pesquisa que se vale da fonte oral faz uso de diferentes técnicas de entrevistas para que os sujeitos invisibilizados ou silenciados possam ter voz, e, à medida que o pesquisador toma tais vozes como fonte para suas problematizações, através da singularidade de seus depoimentos, essas vozes se reconstróem como narrativas e permitem preservar a memória coletiva.

Nesta perspectiva, a trajetória de vida é considerada uma instituição social, um sistema de regras que rege/conduz as relações do indivíduo na modernidade [...] trajetórias de vida, portanto, podem ser consideradas como partes de uma história de vida, um determinado percurso, itinerário ou ciclo que vai ao encontro do interesse do profissional ou pesquisador (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p.88-89).

Essa perspectiva justifica e reforça nossa opção pelas histórias de vidas dos professores e professoras negras, narradas por eles mesmos. O que não é uma novidade propriamente na historiografia, pois, segundo Verena Alberti (1996) a fonte oral ganha força em meados do século XX, mas esse método já existia na antiguidade, pois a estratégia de ouvir atores ou testemunhas de determinados acontecimentos já era feita por alguns historiadores da antiguidade, como por exemplo, Heródoto, Tucídides e Políbio, dentre outros. Sendo assim, entra em cena com mais vigor após a invenção do gravador de fitas, e ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Alberti (1996) ressalta que o marco da "História Oral Moderna" se dá em 1948, muito recente, quando a preocupação principal era coligir material para o uso de gerações futuras baseado em entrevistas realizadas, surgindo primeiramente na Europa, e, em 1975, chega ao Brasil. A autora relata alguns equívocos que foram sendo gerados em relação à História Oral.

O primeiro deles consiste em considerar o relato que resulta das entrevistas de história oral como a própria história. Os relatos como veremos adiante são cominuídos a partir das

representações que o sujeito narrador é portador, e, portanto, sua narrativa para além do peso dessas representações lida com a memória, ou seja, com o que se lembra e com o que se esquece. A autora afirma que a fonte oral é uma fonte como todas as outras e necessita de interpretação. Outro cuidado que o pesquisador deve ter, é não induzir respostas com suas perguntas, mas abrir possibilidades que o próprio narrador construa o sentido do seu relato.

Os estudos sobre história oral foram se alargando e ganhando forças no campo do ensino de História. E com isso entendemos que o uso da História Oral vem sendo cada vez mais estimulado, como saber ou como métodos de pesquisa histórica, principalmente depois destas mudanças significativas que ocorreram no meio historiográfico iniciadas no século XX. Como afirma Thompson (1992, p. 17).

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

A fonte oral, através de sua materialidade, pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos e, realizar entrevistas orais, colhendo o depoimento de professores e professoras negras atuantes na educação, isso se mostra como um exercício de pesquisa que para além da estruturação das fontes de uma pesquisa, é também um ato político, pois se pretende como uma forma de preservar e fazer ver sujeitos ocultados por uma memória oficial da qual foram alijados. Este é o eixo norteador deste trabalho, o que permitirá a problematização de suas trajetórias escolares, a chegada à universidade e o acesso ao campo de trabalho.

Como aponta Alberti (1996), a entrevista oral é de certa forma, um relacionamento entre pessoas distintas e muitas vezes de gerações diferentes, sendo assim o entrevistado coloca-se numa situação de abrir o jogo e falar de sua vida para uma pessoa estranha a ele, e no mais, com um gravador ou câmera diante dele, sendo assim, segundo a autora é viável reservar um tempo longo para realização das entrevistas, diante disso o entrevistador deve exercitar sua sensibilidade para reconhecer os fatores que são influenciáveis no andamento da entrevista. É necessário que se faça perguntas abertas a fim de levar o entrevistado a discorrer sobre o tema, tendo noções de recuos ou avanços no tempo.

Dentre esses apontamentos a autora discorre sobre alguns cuidados essenciais no ato das entrevistas, que são eles: o tratamento adequado de entrevistas, pensar no ato da entrevista

a que público essa fonte será disponibilizada, ter um bom equipamento de gravação, ter bastante cuidado no ato de interpretação e análise das entrevistas, fazendo as perguntas adequadas para o documento, e por fim ter bem claro, por que, como e para que se fará a pesquisa utilizando a fonte oral. Esses apontamentos foram cruciais para execução das entrevistas, possibilitando a melhor compreensão do que se pretendia trabalhar. E, dessa forma, ocorreram as entrevistas que fizemos, tentando ter a cautela e as indicações feitas por Alberti em relação à entrevista oral, tentando compreender essas noções necessárias para a realização das entrevistas, mas principalmente dispondo-me a ouvir os relatos, a tomá-los na sua importância para a memória social de professores e professoras negras da região pesquisada.

Porém, mais que discutir a fonte oral e suas dimensões teóricas e práticas em nossa pesquisa a colocamos a serviço da construção das histórias de vida das professoras e professores negros alcançados pela pesquisa, o debate entre a narrativa, o relato de si, a condição de contador de si mesmo que cada testemunho irá nos mostrar. Sabemos que o ponto de partida dessa possibilidade de construção de histórias de vida deve-se às experiências e pesquisas efetivadas por muitos pesquisadores que enfrentaram os preconceitos e desconfianças para com a fonte oral e ousaram em fazer da mesma o ponto de partida para uma nova forma de pesquisar sujeitos vivos.

Como nosso objetivo primordial é analisar as histórias de vida de professores negros, através de entrevistas, e a partir disso elaborar reflexões oriundas de suas biografias, ampliando o resgate de suas histórias e memórias e trazendo à tona quais são os sentimentos de serem professores negros no Brasil hoje, quais são as sensações, e desafio encontrados durante suas trajetórias de vida.

No entanto, é preciso aqui destacar que a história de vida de professores tem sido um tema recorrente em muitos estudos. Isso porque a condição profissional desses sujeitos dá-lhes uma especificidade muito importante se pensarmos em uma profissão que forma um conjunto de saberes, práticas e ações que nessa pesquisa se toma como cultura escolar. Daí, nesse momento é preciso considerar que em relação às histórias de vida de professores pode-se dizer que, como aponta Antônio Nóvoa (1992), a história de vida é, nos dias atuais, essencial como fonte de informação no que diz respeito à prática profissional de professores.

Diante dessas percepções e da temática abordada, o objetivo desta pesquisa foi descrever e analisar a trajetória de vida profissional de professores (as) negros (as), partindo do pressuposto de que nosso trabalho também era um processo de expor, mostrar, deixar a vista essas pessoas e suas histórias, pois ao longo da história do Brasil, tal como nos foi

ensinada, poucos foram os pesquisadores que escutaram e propagaram as histórias de pessoas que durante muito tempo foram silenciados e suas histórias esquecidas. O nosso trabalho é também um exercício de contar as histórias que ainda não haviam sido contadas. Dessa forma, vemos que essa oportunidade de pesquisa é também o viés para a propagação dessas histórias e dessas memórias, fato este que nos fez preferir as narrativas dos próprios sujeitos a outras documentações possíveis e, por fim, percebemos que trabalhar com histórias de vidas tem sido um recurso de investigação que tem se expandido e gerado contribuição significativa para melhor compreendermos a condição do professor, e no nosso caso, das professoras e professores negros, nos nossos dias atuais.

Os estudos sobre histórias de vida dos professores começam a ganhar ênfase em meados dos anos 1980, quando novas perspectivas foram abertas para o estudo desses profissionais. Nóvoa (1992) aponta que nessa construção do seu processo identitário que se dão os espaços de lutas, conflitos e a começa a estabelecer a relação do profissional como professor.

A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor. A construção de identidades passa sempre por um processo complexo graças ao qual cada um se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional (NÓVOA, 1992, p. 16).

O autor aponta que a utilização de abordagens autobiográficas é resquícios da insatisfação das ciências sociais no que tange ao tipo de saber que estava sendo produzido, e também da necessidade de uma renovação na maneira de estabelecer o conhecimento científico. Ou seja, a atenção concedida às abordagens autobiográficas é na verdade a expressão de um movimento social ampliado, esboçando a manifestação cultural que traz em cena esses sujeitos históricos que não haviam sido pensados e abordados nos séculos anteriores. Ainda que nossa perspectiva de recolher depoimentos não se assente nessa dimensão autobiográfica - haja vista que nossa preocupação é como as histórias de vida de professores e professoras negras se relacionam com situações de racismo - a leitura de Nóvoa se faz importante, pois, para este esse “novo” angariou grandes críticas e oposições dos mais diversos setores que tendiam a predominância para a psicologia e sociologia, alegando a invalidade científica das abordagens autobiográficas, e também baseando no esvaziamento das lógicas sociais e na incapacidade de apreender as dinâmicas coletivas de mudança social. Assim o autor acredita que:

Apesar de todas as fragilidades e ambiguidades, é inegável que as histórias de vida têm dado origem a práticas e reflexões extremamente estimulantes, fertilizadas pelo cruzamento de várias disciplinas e pelo recurso a uma grande variedade de enquadramentos conceptuais e metodológicos (NÓVOA, 1992, p. 19).

Além do que, o interesse pela história de vida, se dá pelo fato de nos possibilitar compreender de maneira geral as interações que foram ocorrendo nas diversas dimensões de uma vida, conforme aponta o autor, somente uma história de vida nos permite ensinar as maneiras como cada pessoa, permanecendo ele próprio se transforma, como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, valores, energias, dando sentido e formas a sua identidade, dialogando com seus contextos, identificando suas continuidades e rupturas. “A abordagem biográfica é nesse caso mais do que uma metodologia coerente com a problemática construída. É a via de acesso a sua exploração” (NÓVOA, 1992, p. 117).

E assim tentamos compreender a profundidade dos discursos dos narradores, entender os sentimentos de ser professor negro em meio a essa sociedade atual, que se diz democrática racialmente, porém esboça um racismo arraigado culturalmente e, muitas vezes, difícil de ser combatido, pois além de negado é disfarçado por estratégias que foram socialmente construídas para tal e, dessa forma, com esse passeio pelo nosso método enveredamos agora pelos conceitos que norteiam nosso tema de pesquisa.

## 1.2 Democracia racial: mito, fato ou justificativa?

Neste momento do trabalho, o objetivo é fazer algumas considerações sobre as relações raciais no Brasil, o racismo, o preconceito e a educação, através de alguns estudiosos do tema. Trataremos, assim, um pouco mais de como se dão as relações raciais no Brasil e como têm sido desenvolvidas as políticas públicas no que se refere ao negro, buscando entender qual a situação em que os negros da população brasileira vivem e como os pesquisadores têm pensado em seus estudos sobre esse tema.

Entendemos que em nosso país, a questão racial ainda apresenta-se como um drama social com bastante controvérsia, o que tem tornado difícil entender como se estabelecem essas relações raciais. Como aponta Santana (2004 p. 13).

Essas dificuldades localizam-se em um terreno que levou séculos para se constituir e criou um arraigamento de ideias que podem estar vinculadas a

formas de pensar de séculos passados, nos quais as hierarquias sociais eram explicadas a partir de concepções biológicas sobre a existência das raças. No século XIX, houve um amplo debate e disseminação de ideias racistas. Num período próximo à abolição da escravidão havia grupos de intelectuais e políticos que pregavam a incapacidade dos negros para determinados serviços e defendiam a importação de mão de obra vinda da Europa como forma, também, de branquear a população. Esses políticos e intelectuais da época entendiam que o “atraso” do país estava associado ao perfil étnico-racial do contingente populacional brasileiro marcadamente negro e mestiço.

E é nesse sentido que alguns estudiosos do período esboçavam o desejo de aproximar o Brasil dos padrões de aparências físicas dos europeus, com teorias de branqueamento. O incentivo à imigração, especialmente de países europeus se configurou como um dos maiores investimentos nessa busca por transformar o Brasil em um país branco e, portanto, adequado aos ideais de civilidade, tão marcantes no fim do século XIX e início do XX.

Durante muito tempo foi imputado ao negro a figura de miserável, inferior, desumano, não civilizado, dentre outros adjetivos grotescos e inferiorizantes. Como nos aponta Munanga (1999) no decorrer dos séculos temos visto essa teoria do branqueamento adquirindo outras nuances sendo hoje entendida como a miscigenação, que como aponta o autor tem sido aporte para hierarquizar racialmente os indivíduos, sendo que, quanto mais próximo do estereótipo e padrão de estética do branco, maiores serão as chances de ser inserido na sociedade e aceito por ela.

Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria branca. Jamais será rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devidas notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico (MUNANGA, 1999, p.10).

Ou seja, como percebemos em nossa pesquisa reconhecer-se como negro, passa por um processo de identificação socialmente difícil, pois implica em assumir-se como categoria que, no tempo histórico longo, é discriminado e marginalizado, daí as constantes buscas por referenciais que embranquecem. Em um sentido muito geral, a categoria "parda" do IBGE poderia ser analisada como um dos processos de branqueamento, ainda que esse não seja o foco da discussão, é preciso colocar em destaque esse fator, pois de certa forma ele influencia e muito, no que tem sido considerado ou não racismo em nossa sociedade.

Isso porque vivemos em um país que cultiva um discurso social de que não temos racismo. E isso tem sido explicado a partir da ideia de Democracia Racial, ideia essa sistematizada na primeira metade do século XX, e que afirma que no Brasil havia uma convivência pacífica entre as etnias, fazendo oposição ao que acontecia na África do Sul e Estados Unidos. Diante desse debate, vários teóricos da questão racial brasileira, nos trazem

discussões significativas sobre o assunto, como Abdias do Nascimento (1978), Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2001), e Nilma Lino Gomes (2005), dentre outros estudiosos que refletiram sobre essa metáfora equivocada da Democracia Racial no Brasil.

O precursor dessa ideia, que defendemos, na linha de muitos pesquisadores como Gomes, um mito foi Gilberto Freyre (2004) em uma de suas obras, *Casa Grande & Senzala* quando fala da formação do povo brasileiro no período colonial a partir da mistura das três raças. Para este pensador a miscigenação entre brancos e negros, brancos e índios, negros e índios, formariam uma “metaraça”, afirmando com isso que a miscigenação havia corrigido a distancia social entre o negro, o índio e o branco.

O nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas”...] Por todas aquelas felizes predisposições de raças de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com mulher de cor (FREYRE, 2004, p. 85 e 87).

Gomes afirma ainda que por meio do livro *Casa-Grande e Senzala* (2004) do sociólogo Gilberto Freyre, publicado na década de 30, foi sistematizado e divulgado a ideia de democracia racial, e por aí surge esse mito, embora o próprio autor não tenha usado esse conceito, mas, vários autores e autoras que o interpretou chegaram a essa conclusão, pois, Freyre aponta que no Brasil as três “raças” conviviam desde meados da escravidão até os dias atuais de forma cordial, levando em consideração as relações raciais de outras sociedades multirraciais existentes no mundo. Para a autora a democracia racial é um desejo de todos, seria ótimo que pudéssemos viver em uma sociedade em que os diversos grupos étnicos raciais vivessem em igualdade mútua, racial, política, social, de direitos. Porém, o que os dados estatísticos mostram é extremamente ao contrário disso, seja no âmbito educacional, no mercado de trabalho, saúde, condições de sobrevivência da população negra mostram claramente que a democracia racial é de fato um mito.

O que notamos, é que, como pontua Gomes, a sociedade brasileira criou esse misticismo ideológico ao longo do processo histórico, sendo que muitas pessoas acreditam piamente que aqui no Brasil desfrutamos de uma harmonia racial entre negros e brancos, apesar das desigualdades raciais. No entanto, esse discurso produzido pela sociedade brasileira, tem camuflado os olhares tanto da população quanto do Estado para enxergar que

de fato o racismo existe, e é o suporte das atrocidades contra os africanos escravizados no Brasil e todos que descendem deles, o que tem impedido gradativamente o trabalho de superação do racismo. A autora ressalta que esse mito surgiu, com a intencionalidade de falsear uma determinada realidade.

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existem entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas (GOMES, 2005, p.19).

Diante disso, esse mito tem atuado como um instrumento de eternização de estereótipos acerca dos negros, negligenciando o racismo existente no Brasil, e dando ênfase mais ainda nas desigualdades raciais. Gomes aponta que esse mito elenca alguns negros, que por sua vez, são “bem sucedidos” para que assim seja reforçada essa lógica perversa de democracia, apontando para a certeza de que todos têm a mesma oportunidade e que as desigualdades acabam sendo uma escolha do indivíduo, pois, se existisse desigualdade no Brasil alguns negros não teriam se ascendido socialmente.

Assim, Freyre contribuiu significativamente para a propagação dessa ideia inequívoca de democracia racial no Brasil.

Freyre (1933) via a profunda miscigenação da nossa sociedade como um motivo de orgulho do nosso caráter nacional, não considerando que a mesma foi construída a partir da dominação, colonização e violência, sobretudo, de uma profunda violência sexual dos homens brancos em relação às mulheres negras e indígenas. E mais, na sua interpretação ele não estava preocupado com a ponderação de que qualquer forma de dominação e violência é perversa (GOMES, 2005, p. 21).

Quando analisamos, o conteúdo desse livro, concluímos que, é inadmissível que possamos nos orgulhar de uma sociedade em que as relações entre os diversos grupos étnico-raciais, tiveram seus alicerces no trabalho escravo, na dominação e na exploração, haja vista, que o processo de mestiçagem se deu da forma mais cruel possível, resultantes de contatos

sexuais derivados dos portugueses e as mulheres negras e indígenas, ou seja, na violência sexual nada pacífica contra essas mulheres, o que houve de amistoso nisso? A autora ressalta que essa obra parte de uma ótica dos senhores patriarcal sobre as relações sociais e raciais, e, segundo a interpretação feita por Gilberto Freyre, isso teria feito do Brasil um país amistoso, amigável, com convivência amena entre grupos étnicos diferentes, ideia essa que tem causado impactos, “tem colocado limites e empecilhos no posicionamento da sociedade brasileira na luta contra o racismo.” (GOMES, 2005, p. 21). A imagem de “paraíso racial”, que tem sido passada e repassada ao longo da história não passa de uma forma manter o próprio racismo.

Antônio Sérgio A. Guimarães (2001) aponta que, a democracia racial, não passa de um mito, que começa a ser denunciado em meados da década de 50, por ativistas negros, segundo ele “A denúncia da democracia racial como mito dá-se, portanto, no contexto das críticas à democracia política como farsa, e nos anos 1980 torna-se a principal arma ideológica dos negros para ampliar sua participação na sociedade brasileira” (GUIMARÃES, 2001, p. 1). O autor pontua que o uso e disseminação desse termo “democracia racial” tem causado cada vez mais descontentamento entre os estudiosos, que em sua maioria, criticam o pensamento de Gilberto Freyre.

Guimarães aponta que o precursor, o primeiro a usar essa expressão foi Abdias do Nascimento, um dos maiores denunciadores da falácia da democracia racial e que pronunciou a expressão no I congresso do Negro Brasileiro em agosto de 1950<sup>2</sup>. Guimarães ressalta que a expressão democracia racial, denota os direitos plenos do cidadão, porém é algo não consumado ou realizado ainda.

Morta à democracia racial, ela continua viva enquanto mito, seja no sentido de falsa ideologia, seja no sentido de ideal que orienta a ação concreta dos atores sociais, seja como chave interpretativa da cultura. E enquanto mito continuará ainda vivo por muito tempo como representação do que, no Brasil, são as relações entre negros e brancos, ou melhor, entre as raças sociais (Wagley 1952) – as cores – que compõem a nação (GUIMARÃES, 2001, p. 20).

E, como pontua Munanga (1999), esse mito se perpetua até os dias atuais, fazendo parte do imaginário social dos brasileiros, “[...], pois, exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais” (MUNANGA, 1999, p. 80). Por isso, hoje temos algumas dificuldades em abordar a temática, pois falar de racismo em um país onde se desfruta de uma “democracia racial” seria procurar um problema que não existe.

---

2 Nascimento, Abdias do, "Discurso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, em 26/08/1950". Quilombo, n° 10, 1950, apud idem. O negro revoltado. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968, p. 67.

Abdias do Nascimento (1978) diz:

O Mito da “democracia racial”, tão corajosamente analisado por Florestan Fernandes, orgulha-se com a proclamação de que o “Brasil tem atingido um alto grau de assimilação da população de cor dentro do standard de uma sociedade prospera” muito pelo contrario, a realidade dos afro-brasileiros é aquela de suportar uma tão efetiva discriminação que, mesmo onde constituem a maioria da população, existem como minoria econômica, cultural e nos negócios políticos (NASCIMENTO, 1978, p. 82).

Pensando assim, nesse emaranhado de dúvidas, de controvérsias em um país racista que parece acreditar que não o é, Santana (2003, p. 19) ressalta que:

Ora, se para muitos brasileiros o preconceito e a discriminação racial não existem e, aliado a isso, muitos não reconhecem a existência de um número significativo de pessoas negras no Brasil, como falar em políticas que promovam a igualdade racial? Como falar em desigualdade racial? Como caracterizar uma situação de preconceito e discriminação racial? Como, enquanto negro ofendido e humilhado, compreender que a ofensa e a humilhação se dão pela racialização imputada pelo outro que é diferente? Seria mesmo preconceito racial? Ou seria a condição social de pessoa pobre e negra? Ou a forma de se vestir ou a maneira de ser diferente de um padrão, branco, diga-se de passagem? Será que o racismo existe mesmo no Brasil e as pessoas são alvo dele? Será que ousaram relegar às pessoas negras o lugar de não-humano? Como é possível lidar com tamanha humilhação? Como o brasileiro poderá se assumir racista se a imagem que carregamos e levamos para o mundo é a de um povo cordial, onde os conflitos raciais não fazem parte do nosso cenário?

Concordando com a autora o que se percebe é que até hoje, as dificuldades para enfrentar as representações foram tecidas no âmbito da escravização dos negros e perpetuadas pelo tipo de "abolição" que se efetivou em nosso país. Entendemos que o silenciamento no que tange ao racismo é ainda uma marca da cultura brasileira, esse espaço de relações conflituosas, que foi gestado pelo mundo colonial e que se tornou esteio de uma sociedade com uma máxima divisão de cor, de classes e lugares sociais.

Porém, se no âmbito geral da sociedade brasileira o racismo existe de forma tão gritante, na escola isso não é diferente, pois os enfrentamentos com o preconceito têm sido frequentes nesse espaço, tanto na vida dos alunos quanto na dos professores e professoras de maneira geral. A condição das professoras e professores negros em Goiás tem sido pouco debatida, mesmo diante dessa escassez de estudos e reflexões, é notório que os trabalhos e pesquisas realizadas sobre a temática têm mostrado a existência da discriminação racial, em todos os setores da vida social, o que nos mostra um alto índice de desigualdade racial em Goiás.

No Sudeste Goiano, mais especificamente na microrregião de Catalão as professoras e os professores negros vivem experiências desagradáveis de racismo e de discriminação que acontece às vezes de forma silenciosa, outras vezes de maneira explícita, tanto dentro quanto fora do âmbito escolar e não só nestes ambientes, mas em vários outros. No ambiente escolar ocorrem estes atos discriminatórios em sua maioria na tentativa de inferiorizar os professores negros, designando a eles afazeres não condizentes com sua formação. Essa percepção nos faz entender de forma muito próxima e concreta que a democracia racial é um mito, pois existe racismo no Brasil sim. Necessário se faz pensar que o racismo não é somente social está muito além disso porque vivenciamos um racismo dissimulado, disfarçado em estratégias de inferiorização de negros e descendentes, que se espalha socialmente nas diferenças de trabalho, nas piadas que se valem do riso para pregar valores, pelo medo social do negro entre outras marcas que por sua vez se distingue de outras formas de racismo como, por exemplo, o regime do Apartheid na África do Sul, ou mesmo do racismo explícito do EUA, como era a existência da Ku Klux Klan<sup>3</sup>.

No Brasil o racismo é algo sutil, camuflado, porém é tão ou mais violento que esses movimentos declaradamente racistas, haja vista que não é menos escroto que aquele racismo aberto, escancarados, as vítimas sofrem de qualquer maneira. Na verdade o termo negro foi uma invenção e criação do homem branco como pontua José D'Assunção Barros (2010),

Entre os séculos XVI e XIX os negros não se viam na África, em absoluto como “negros”. “Negro” foi na verdade uma construção branca já que os povos africanos enxergavam a si mesmos como pertencentes a grupos étnicos bem diferenciados e em geral reciprocamente hostis. (BARROS, 2010, p. 40).

No Brasil é comum ver a utilização termos pejorativos e substitutivos, não diz negro, diz “moreno” porque dizer negro é uma “ofensa” então tentam branqueá-lo ou torná-lo moreno. Discriminam sem pudor, mas com um transvestimento ora pela risibilidade, ora pela piedade, mas sempre com a intenção de mostrar o que ser negros significa nesse país. Como aponta Kanbegele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006) a palavra discriminar significa distinguir, diferenciar, discernir, a discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito.

---

<sup>3</sup> A **Ku Klux Klan (KKK)** foi uma organização racista secreta que nasceu no final do século XIX nos Estados Unidos. Ela foi fundada em 1866, no Tennessee, como um clube social que reunia veteranos confederados, ou seja, soldados que haviam lutado pelos estados do Sul, o lado derrotado na Guerra Civil Americana (1861-1865).

E, como dito desde tempos atrás, essa foi a forma em que nós brasileiros fomos instruídos, para nos portamos assim, não recebemos uma instrução, formação, educação seja qual termo melhor se enquadrar, para assumir nossas práticas racistas e, por isso, reproduzimos essas práticas, esses valores e formas de ver o mundo, fazemos, não raro de forma implícita, de uma forma que se colocados em xeque se poderia dizer que não foi bem isso que fez ou disse, foi má interpretação. Diversos setores da sociedade se portam dessa maneira, na camuflagem, silenciamento, fazendo perdurar diversas formas de manifestar o racismo sem, contudo, assumi-lo como marca de si.

A imprensa, por exemplo, faz parte desse conjunto de grupos que, piamente parece acreditar em raças, em mistura, disseminando o mito de democracia racial pela sociedade e, por isso mesmo, negando o racismo e em decorrência disso, enfatizando posturas contra as políticas de ações afirmativas. Isso é visível na recusa em mostrar eventos, em que se discutem relações raciais, racismo e preconceito que promove muitas vezes, a invisibilidade e silenciamento de grupos que defendem ações pontuais contra o racismo e a discriminação. É preciso perceber que essas táticas de negação, invisibilização e silenciamento, de certa forma, também são mecanismos do racismo brasileiro, pois o silêncio é uma maneira mais abusiva de matar a consciência de um povo, pois se for dito, propagado, anunciado, o povo se perceberá como portador de uma consciência histórica. Segundo Kabengele Munanga (1996) as lutas e embates contra o racismo passam geralmente por duas formas de ação, uma discursiva e uma retórica.

Os de direita, ou melhor, os liberais, pensam hoje, considerando a extinção do racismo institucionalizado em todo o mundo, que a razão em todo o mundo, que a razão essencial da persistência das desigualdades raciais deve ao fato de que os negros sofrem de uma falta de cultura e instrução compatíveis com a economia pós-industrial. A razão maior, segundo esse tipo de raciocínio, não estaria mais no racismo da sociedade, mais essencialmente nas forças do mercado indiferentes a raça e atentos apenas as carências dos negros. [...] para a direita liberal, o combate ao racismo supõe uma guerra contra a pobreza e as medidas que promovem o crescimento econômico e o pleno emprego para os negros. A interessante questão que se colocaria é saber se ao combater a pobreza do negro estaria automaticamente (faltou uma palavra aqui? confira com o original) o racismo? Na esquerda radical, lutar contra o racismo significa transformar profunda e radicalmente a estrutura de uma sociedade de classe (MUNANGA, 1996, p, 81).

Ambos os discursos, embora tenham alguns pontos positivos, ignoram a diferença, biológica e cultural, como um dos elementos norteadores dos problemas relativos ao racismo. Se vistos apenas como problemas de mercado e de instrução nas sociedades em que o racismo existe de fato, a dimensão de uma cultura criadora e mantenedora do racismo, até mesmo nos

aspectos de trabalho e mercado é desconsiderada. E, a realidade do racismo no Brasil não é uma utopia e muito menos uma democracia racial. Como o próprio autor pontua a sociedade atual produz novas maneiras de racismo haja vista que se difere com o passado escravista, pois nossa luta tem sido contra esse presente concreto, visível, atual. Isso implica em considerar o racismo no seu aspecto mais nefasto para seu combate, o mesmo ser uma marca de cultura, ou seja, compor um imaginário, compor um quando de representações de mundo que o naturaliza, ou que o tenta naturalizar como sendo uma prática normal, nessa sociedade, por isso inofensiva.

Dijaci D. de Oliveira, Ricardo B. Lima e Sales A. dos Santos (1998), apontam que no Brasil é possível perceber quem são os negros, são aquela “gente marron” que é objeto de desprezo, mas que estão protegidas sob o mito da democracia racial que ressurgue incontrolavelmente, a cada vez que uma música, uma piada, uma ordem para adequar o cabelo é proferida trazendo à tona alguns mitos sobre a mestiçagem e a afirmação da “morenidade” que dá aporte para alguns estudiosos afirmarem a existência da democracia racial brasileira. Como nos aponta Edward E. Telles (2012):

O branqueamento e a democracia racial, os dois pilares da ideologia racial do Brasil, estão profundamente enraizados numa crença de que a miscigenação é um fato histórico que torna o Brasil único. A ideologia do branqueamento via a miscigenação de forma negativa, enquanto a democracia racial a promovia como solução brasileira para o racismo. A ideologia do branqueamento tentou retificar o temor do século XIX, fundamentado “cientificamente”, de que tamanha miscigenação condenaria o Brasil ao subdesenvolvimento perpétuo. Em contrapartida, as elites brasileiras, com o reforço de uma pequena comunidade científica, decidiram que podiam eliminar a grande população de negros através de um processo de branqueamento que fazia uso da miscigenação, acompanhada de uma imigração europeia maciça. O branqueamento tornar-se-ia uma ideologia popular, que categorizava o valor ou qualidade de um indivíduo com base na raça (TELLES, 2012, p. 41).

Maria Inês da Silva Barbosa (1998) nos diz que, esse mito disseminado pela sociedade, a respeito da democracia racial, elaborado por Gilberto Freyre, é o arcabouço ideológico de nossas relações raciais. Quando falamos em mito estamos na arena do simbólico das representações no mundo das ideias onde um povo se diz pacífico, cordial.

Este é o pano de fundo do racismo brasileiro, em nada cordial, pois sua materialização dá-se em termos de degradação de vida, brutalidade e mortes prematuras. O racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar sua rigidez, não aparece á luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mal altamente eficiente em seus objetivos (BARBOSA, 1998, p. 92).

Diante do que foi mencionado acima, entendemos que os processos discriminatórios, interferem de maneira significativa na autoestima do sujeito, levando-o à autonegação ou, até mesmo, à fuga dos espaços educativos percebe-se a tentativa de se verem livres das características comuns aos negros, instigando nesses o desejo de se esconder de lugares onde ficam à vista das pessoas. Nossa pesquisa quer, nesse sentido, compreender como as professoras e os professores negros têm vivido sua vida de docentes e como os ambientes escolares têm lidado com as diferenças raciais. Acreditamos que nosso estudo tenha uma importância social grande, pois coloca em destaque um problema real e que deve ser enfrentado por todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar.

A partir disso, tomamos o conceito de cultura escolar para entender como esses sujeitos professoras e professores negros aparecem dentro desse contexto entendendo assim, a condição das professoras e professores negros nas escolas. Isso porque acreditamos que a partir desses espaços é possível problematizar a questão do racismo no Brasil, apontando para os meios pelos quais o mesmo tem se mantido como prática recorrente. Levando em consideração que é de extrema importância pensar as formas de inserção de negros e negras à educação escolar que desde sempre é excludente, haja vista os dados que apresentaremos mais adiante. É necessário pensar o espaço escolar como lugar de práticas que podem combater o racismo, especialmente se tomarmos como norte as possibilidades de atuação de professoras e professores negros numa sociedade racista onde eles lidam com uma cultura em que o branco representa uma perspectiva dominante de cultura inspirada no mundo europeu e perpetuada por uma elite branca que domina o país. O branco é o sujeito que se impõe sobre os outros, que criou ao longo da história estratégias práticas, discursivas e retóricas para impor sua estética como a norma.

Muitas políticas brasileiras atuais na busca por melhorar a condição social dos negros se materializam como “contemplação” dos direitos negros sem, no entanto, atingir a raiz do problema que é pensar os negros brasileiros como sujeitos portadores de uma cultura que não raro coincide com a dos brancos, mas que estão na mesma condição de homens e mulheres inferiores. Assim, pensaremos na atuação de professoras e professores negros nas escolas, pois a partir desses espaços é possível problematizar a questão do racismo no Brasil apontando para os meios pelos quais o mesmo tem sido disseminado. Nesse sentido, vamos analisar a importância da história das professoras e dos professores negros no sudeste goiano a partir da análise de suas histórias de vida, práticas e desafios encontrados na formação acadêmica e atuação em sala de aula, pensando que esse espaço tem sido de lutas de representações e enfrentamentos, por isso fazemos uso do conceito de cultura escolar para

melhor entendermos esses acontecimentos dentro do contexto educacional. Tendo em vista que professores e alunos são pessoas que vem de culturas diferentes, pensamos a educação como um importante espaço para a luta contra preconceitos raciais, onde o conhecimento é exposto não somente no coletivo, mas de maneira individual também, podendo ser uma grande influência na desconstrução de estereótipos estipulados pela sociedade.

Pensando nisso, valemo-nos para fazer da discussão sobre cultura escolar, nosso arcabouço inicial, que por sua vez nos ajudará a compreender as tensões existentes entre professor negro e as resistências na incorporação de políticas públicas de inserção do negro em locais e instituições até hoje pouco afeita aos mesmos, e intenções de emancipações objetivadas por essas políticas públicas. Nesse sentido, como dito anteriormente a escola se constitui em um local onde as lutas de representações tem se evidenciado de forma *sui generis*.

O conceito de cultura escolar foi formulado na década de 80, mas somente anos de 1990 ganham uma expressão e usos bastante originais no Brasil, segundo Fabiany de Cássia Tavares Silva (2006).

Nos últimos anos, o diálogo estabelecido pelos historiadores da educação com a historiografia e com outras áreas das ciências humanas e sociais (antropologia, sociologia, linguística, entre outros), muito tem contribuído para uma melhor delimitação teórico-metodológica das pesquisas sobre as práticas e para uma discussão do próprio estatuto epistemológico deste objeto (SILVA, 2006, p. 214).

A categoria de cultura escolar ajuda a entender as tensões existentes entre professor negro e seu ambiente de trabalho, seus colegas de trabalho e alunos, pois coloca em cena não apenas os personagens, mas seus modos de ver o mundo, explicá-lo, e mesmo fazê-lo compreensível aos outros a partir das representações de que são portadores. Segundo Fabiany de Cassia Tavares Silva (2006),

A escola tem se tornado um objeto de estudo cada vez mais frequente nas pesquisas desenvolvidas no país, contando com os mais diferentes enfoques de análise. Da História à Sociologia, da política educacional à prática pedagógica, cada uma dessas abordagens tem servido para colocá-la no centro das pesquisas educacionais. A despeito dessas diferentes abordagens, um elemento está sempre presente quando o objeto de estudo é a escola, qual seja o reconhecimento da existência de uma cultura própria dessa instituição. Cultura que a conforma de uma maneira muito particular, com uma prática social própria e única. Ainda que os primeiros trabalhos tenham surgido nos anos 1980, a ideia de uma cultura escolar se fortaleceu nos anos 1990, apresentando atualmente diferenciadas tendências investigativas (SILVA, 2006, p. 201-202).

E é nesse espaço escolar que se dão as lutas de representações vivenciadas pelos professores em investigação. O que nos permite dizer que é dialogando com a cultura escolar

que nosso trabalho é possível, pois tudo que é adquirido historicamente, as manifestações de pensamentos e valores, as transformações sociais, tudo isso pode ser considerado e denominado como cultura escolar, se participante da mesma como conhecimento, ou como vivência. Diante disso, entendemos que o espaço escolar tem seu jeito próprio de transmitir e manifestar hábitos e valores culturais, por isso a importância do estudo sobre a cultura escolar já que nosso foco e espaço de pesquisa se dão na maior parte do tempo na escola e através dessa cultura escolar que podemos reconhecer a manifestação do racismo em relação às professoras e aos professores negros.

Segundo Silva (2006) a escola tem uma função social básica que sobressai em relação às expectativas de não somente oferecer serviços educativos. A forma como a escola se organiza tem alimentado mecanismos que geram a adaptação e dominação os quais gerem os processos pedagógicos, organizativos e no processo de tomada de decisões no seu interior. Sendo assim, a escola é a destacada instituição da sociedade que se responsabiliza por oferecer a educação formal aos indivíduos o que a difere das outras organizações sociais. Mediante esse aspecto, a sua cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar influenciando os ritos, linguagens, formas de organizações e gestões, sistemas curriculares, entre outros, o que implicou em que a cultura escolar ter sido interpretada como o alfa da historiografia educacional no que tange a entender e enxergar os modos de atuar, pensar de quem ali está.

Podemos dizer que existem inúmeras características que aproximam os comportamentos das escolas, bem como as investigações sobre ela, e há uma infinidade de outras que os/as diferenciam. No entanto, parece não haver inconvenientes em considerar a escola como uma instituição com cultura própria. Os principais elementos que desenhariam essa cultura seriam os atores (famílias, professores, gestores e alunos), os discursos e as linguagens (modos de conversação e comunicação), as instituições (organização escolar e o sistema educativo) e as práticas (pautas de comportamento que chegam a se consolidar durante um tempo). [...] A função da cultura escolar não seria promover uma incorporação de valores outros que não os objetivos escolares, ou mesmo de servir de ferramentas para a inculcação de valores. Pelo menos não são apenas essas as resultantes promovidas pela cultura escolar (SILVA, 2006, p. 202-204).

Com essa discussão é possível dizer que há sim, a existência de uma cultura maior onde esses sujeitos estão envolvidos que rege a cultura escolar, no entanto esta última é que norteia as ações dos indivíduos dentro do contexto escolar como mencionamos acima. Daí, que é compreendendo também esse ambiente que podemos vislumbrar como é a vida, o trabalho e a presença de professores negros nas escolas que a pesquisa teve acesso. Isso porque o racismo contra o negro em geral e, às professoras e professores negros em particular,

é algo recorrente nos dias atuais em nosso país, ou seja, o racismo faz parte da cultura escolar. Lidamos com uma cultura em que o branco é representante da perspectiva dominante, pois ele é o sujeito que se impõe sobre os outros, posição esta que encontramos desde os primórdios da colonização brasileira.

Podemos também perceber que o racismo é em parte, fruto de um processo de abolição da escravidão sem planejamento prévio que se realizou transformando os negros em cidadãos marginalizados na sociedade. É recorrente na historiografia sobre o pós-abolicionismo pensar que o negro ficaria sem lugar, sem destino, excluído do mercado de trabalho, analfabeto ou realizando serviços braçais que foram por um longo período a única função que exercia, oferecendo sua mão de obra sem inserção social, parecendo despreparado para o mundo “civilizado” e, carregando sobre si, um complexo de inferioridade. Isso pode ser visto ainda nos dias de hoje.

Dados divulgados ontem pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), coletados pela [...] PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), do Dieese, entre 1992 e 2005, demonstram que ainda há maior déficit de trabalho decente para os negros, e as mulheres são as mais excluídas (FOLHA ONLINE, 20 nov. 2006).

Apesar disso, vemos que o conceito de democracia racial vem sendo desconstruído continuamente pela realidade, mostrado por pesquisas como a apontada acima e por outras investigações como a nossa. Assim, é necessário pensar esse desemprego como uma realidade que atinge professores e professoras negras questionando se suas histórias de vida e experiências profissionais são marcadas por experiências racistas ou não, daí nosso investimento em responder a tais questões partindo tanto da nossa experiência pessoal quanto de uma pesquisa com professoras e professores negros. Porque a realidade tem mostrado é que não há democracia racial, mas ainda assim há um imaginário sobre ela que é perpetuado por práticas, discursos e até mesmo, conhecimentos produzidos por grupos que tomam a questão racial no Brasil em segundo plano na ordem social.

Segundo Mattos (2007) após a abolição da escravidão os negros africanos e seus descendentes tiveram que enfrentar a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, pois nessa mesma época, o governo republicano promoveu uma campanha de branqueamento, que visava eliminar a herança biológica africana do país. Tal campanha tinha como um dos principais motes o incentivo à imigração europeia. Para a elite este negro era um empecilho para o desenvolvimento populacional, portanto deveria ser continuamente excluído da sociedade brasileira. A partir de então o negro se vê numa luta constante por espaço e

aceitação na sociedade. Até hoje a sociedade tem dificuldades em aceitar o negro e reconhecê-lo como sujeito. A mídia na maioria das vezes não mostra explicitamente a realidade vivenciada pelo negro, omitindo sua história e dificuldades na sociedade, ou mesmo mostrando-o como vítima, como aquele que sofre a história.

Segundo Pinsky (2009) as classes dominantes nunca assumiram a negritude como uma herança da formação cultural brasileira, pois a cor da pele parecia sempre superar qualquer outra característica da pessoa em sociedade. O autor pondera que a escravidão, ou seus resquícios, ainda estão presentes nas relações cotidianas, “Embora tenhamos avançado bastante ainda há uma identificação entre o negro e o escravo e, portanto com condição de inferioridade social” (PINSKY, 2009, p. 66).

Assim, é preciso problematizar como a memória que está se perdendo pelo silenciamento e, mesmo, esquecimento da história e presença do negro no Brasil pode ser reavivado. Analisar a representação da professora e do professor negro na sociedade atual é considerar relevante para nosso ensino, a trajetória histórica desses indivíduos, é também desconstruir o mito da democracia racial, é colocar a nu essas formas de branqueamento cultural e, por fim, o que consideramos mais importante, manter viva uma memória que permita que os negros e negras no Brasil se reconheçam como sujeitos de suas histórias e da história desse país.

O que percebemos é que desde o período escravocrata e mesmo no final deste, a cultura negra é vilipendiada em seus vários aspectos e no caso brasileiro. Se pensarmos o processo educacional do negro não mereceu nenhuma atenção. “A discriminação educacional juntamente com a discriminação social exterior produzem uma exclusão virtual dos afrodescendentes do sistema escolar” (RIBEIRO, 2012). Assim, trata-se nessa pesquisa, não de estudar um tema negro e sim uma vivência negra, ou seja, a experiência histórica dos negros no contexto da educação brasileira em geral, e da educação no Sudeste Goiano em particular. Pode-se perceber a ausência do negro em muitos livros didáticos e uma porcentagem mínima destes indivíduos nas universidades e nas redes básicas de ensino. São poucos professores negros atuando em sala de aula como mostraremos no próximo capítulo ressaltando a importância de nossa pesquisa de campo que mapeou em termos quantitativos a presença de negras e negros como docentes dentre as escolas alcançadas pela pesquisa. Assim, percebemos a necessidade de se problematizar a questão do racismo no Brasil, apontando os meios pelos quais o mesmo tem sido perpetuado, transformando essa discussão em denúncia do significado desse racismo para uma grande maioria da população.

Mello (2005) pondera que o preconceito racial e o racismo são formas de ver e pensar as pessoas como se elas fossem desiguais, mas não diferentes, pois, como já dito, ser desigual não é o mesmo que ser diferente. O termo preconceito racial é pensado e discutido desde muitos anos atrás, já o racismo é o resultado das transformações do preconceito já existente, voltado para a população negra. Então o racismo parte de uma perspectiva que existe uma hierarquia entre os indivíduos a partir de suas raças e que, de certa forma, pode-se distingui-los, considerando que uns sejam superiores ou inferiores aos outros. Assim, é preciso destacar as formas de compreender a discriminação racial, como sendo o racismo colocado em prática, (MELLO, 2005) e que ocorre quando o indivíduo trata o outro de maneira diferente a partir do momento que percebe o seu pertencimento racial, lembrando que esta discriminação pode ser tanto positiva quanto negativa.

Concede-se um tratamento diferenciado a um grupo de pessoas por reconhecer que elas necessitam de ajuda ou apoio para que possam usufruir de forma igualitária determinadas oportunidades que a sociedade oferece. A discriminação negativa é o mesmo tratamento diferenciado, porém em sentido contrário. Assim, “[...] a discriminação racial é uma forma de impedir que determinados grupos raciais usufruam de certos privilégios sociais e, portanto, está relacionada diretamente com a desigualdade social” (MELLO, 2005, p. 14). O que podemos perceber é que este racismo acaba sendo uma maneira de estabelecer as diferenças sociais entre os indivíduos.

Ser negro e viver no Brasil, desde os primórdios da escravidão até os dias atuais não foi uma tarefa fácil. Aqui o racismo vem de fora pra dentro e também de dentro para fora. Diante de tudo que foi exposto, é preciso considerar que o Brasil é país onde o racismo é ainda uma marca de cultura. E muitas vezes é o pesquisador mesmo ocupado com a cultura que pode como diz Chartier (2006), identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, e que, por isso mesmo, este pesquisador pode colocar sua pesquisa no combate a essas representações que fazem parte de nossa cultura.

Ter uma professora ou professor negro nas escolas não é algo recorrente. Negam-se a eles empregos, pois não estão aptos a representar uma instituição. Como nos aponta Nascimento (1978), é o preconceito de cor o fator predominante que não proporciona a esses sujeitos históricos oportunidades para estarem à frente de uma escola.

Com efeito, candidato de cor, mesmo com habilitação para o comércio, escritórios, hospitais, firmas estrangeiras, e outros estabelecimentos que exigem pessoas de “boa aparência” não conseguem trabalho [...] é o

preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como o fator do desemprego em seguida vem a idade e a nacionalidade (NASCIMENTO, 1978, p.85).

O que se percebe, nitidamente, é que aqui no Brasil por mais que se tenha essa quantidade significativa de negros é um país governado por uma minoria branca. “Atualmente a posição do negro no Brasil só pode ser descrita como sendo virtualmente fora da sociedade vigente. Ele é quase completamente sem representação em qualquer área envolvendo poder de decisão.” (NASCIMENTO, 1978, p.87).

A partir do descrito acima se pode dizer que o Brasil é uma democracia racial? Ela concede aos negros um grande “privilégio” o de se tornar um branco por dentro e por fora, a saída que estes negros encontram diante do racismo é ser um branco, se tornando dia a dia um branco, deixando de lado suas crenças, cultura dita inferior para aderir a uma ética branca.

A discriminação racial está presente na sociedade brasileira, tanto de forma objetiva, quanto subjetiva, isto é, revela-se não apenas em representações do negro, mas também em práticas diversas. Pessoas negras podem e deve ser incluído nos espaços de sociabilidade, lazer, acadêmicos, culturais, possibilitando a interação de todos os que fazem parte da sociedade e não ficando restritos a guetos e grupos fechados.

Seria equívoco dizer que o racismo no século XXI é um mito ou até mesmo, como já dito, que o Brasil vive a democracia racial. O país está longe disso, mas passou por transformações que se não permitiram a eliminação total do racismo, pelo menos o colocou em cena, o que obrigou as pessoas a pensarem sobre. Essas ainda sofrem discriminação racial, porém veem um esforço em isolar tais casos de racismo que muitas vezes é pouco publicizado pela mídia ou não debatido nas escolas e outras instituições formativas na sociedade. Nesse sentido, nota-se que a discriminação racial acaba fazendo parte do cotidiano de pessoas que sofrem com o mesmo, por exemplo, brincadeiras, piadinhas sobre negros, entre outras práticas que reafirmam a necessidade de vigília e constante trabalho em defesa da igualdade humana. No entanto, o que se percebe é que muitas dessas iniciativas ainda tomam o negro como exótico e estranho. Estamos longe de uma democracia racial, por isso é preciso combater e acabar com o racismo, o que não será uma tarefa fácil, pois como sinaliza o autor acima citado, o racismo parece entranhado em nossa cultura, sendo, pois necessário uma transformação dessa mesma cultura para erradicá-lo.

O racismo não é só uma herança do nosso passado, o racismo faz parte do nosso dia a dia. Não é possível descrever o sentimento do negro ao ser discriminado, pois, somente ele carrega o peso de ser um negro no Brasil, ele que sente a dor de sofrer o racismo numa

sociedade que não o aceita, que lhe tira a liberdade de viver como os outros membros da sociedade. Tal liberdade é uma conquista da humanidade ao longo dos anos e isto deve estar ao alcance de todos os indivíduos indiscriminadamente. Não há como negar o fato que o negro por três séculos não fez parte da sociedade brasileira ou fez parte dessas de forma inferiorizada, marginalizada e estereotipada. Nabuco (2010, p.185) diz que “[...] por mais que as gerações anteriores tenham se levantado sobre os ombros do sangue negro, isso não significa que a próxima geração tenha que suprimir esse crime, mas ela tem a obrigação de pensar seu significado histórico e cultural e lutar contra a segregação”.

O racismo é uma realidade nas escolas e muitas vezes, suas vítimas são professoras e professores que vivem situações diversas desde serem obrigados a sair das salas de aula, até assumirem funções que não correspondem à sua qualificação. Sabemos que não vivemos em um país livre do racismo, do preconceito e da discriminação racial, mas ao contrário, vivemos em um país cuja cultura criou representações tão arraigadas sobre o ser negro ou negra, não apenas em espaços formais do pensamento como na escola, mas também como se demonstrou em práticas informais, que as mesmas são difíceis de mudar. Precisamos assim, localizar, apontar esse preconceito, discriminação e racismo em seus lugares, com seus sujeitos e, por isso, nosso próximo capítulo se dedicou a ir de escola em escola, buscar as professoras e professores negros e suas realidades, e num gesto político de enfrentamento social, contar suas histórias a partir de como os mesmos se tornaram professoras e professores.

## CAPÍTULO 2 - PROFESSORAS E PROFESSORES NEGROS ONDE ESTÃO? : caminhos investigativos entre a memória e a história.

*(...) que memória conserva o indivíduo de seus próprios.  
ressentimentos?  
(Pierre Ansart)*

O presente capítulo objetiva problematizar as situações de racismo e enfrentamento do mesmo, vividas por professores e professoras negras, buscando compreender como tais situações repercutiram em suas vidas tanto no aspecto social quanto o profissional. Diante disso, faz-se útil discutir os comportamentos racistas da nossa sociedade atual em específico da microrregião de Catalão do Sudeste Goiano que é nosso foco de estudo. Para tanto dividimos esse capítulo em três partes no intuito de num primeiro momento situar em nossa região onde estão as professoras e professores negros, em seguida problematizar a recepção da pesquisa e, desse longo caminho até chegar às histórias de vidas daqueles e daquelas que aceitaram participar da pesquisa.

### 2.1- A região e a presença de professores e professoras negras

Esta parte do trabalho pretende apresentar o resultado do trabalho de campo que teve por intuito fazer um levantamento da quantidade de professores e professoras negras que estão atuando nas escolas da microrregião de Catalão do Sudeste Goiano. Essa perspectiva poderia parecer óbvia para um olhar mais superficial, mas a nosso ver é preciso situar as pessoas em seus lugares, e muitas vezes contabilizar em números ajuda-nos a pensar o que significa lutar contra estatísticas que em sua grande maioria aponta índices sem os mostrar como produto de uma pesquisa com pessoas diretamente envolvidas. Nosso horizonte de reflexão sobre as tabelas que produzimos é, portanto, visualizar os números a partir das pessoas com as quais nos deparamos.

Nossa metodologia deu-se a partir, inicialmente do levantamento das escolas da região, depois do agendamento de visitas, em seguida aplicação de questionário<sup>4</sup> para a direção ou coordenação pedagógica das escolas alcançadas. A partir dos dados levantados, entendemos que em referência à inserção profissional na área da educação, a grande maioria de docentes negros são mulheres. Mas, ainda assim, é notório que no nosso país permanece

---

<sup>4</sup> O questionário está em anexo.

aquele pensamento racista de que mulheres e homens negros devem exercer funções subalternas. Segundo Aguiar (2011, p. 48)

Pouco se discute sobre os lugares sociais destinados aos negros do país. Ainda é muito comum associar a cor negra aos trabalhos manuais, as funções menos remuneradas e sem destaque na sociedade brasileira. A mídia ainda apresenta o negro em atividades consideradas subalternas e de pouco prestígio social.

Para afirmar isso temos por base o levantamento de dados que fizemos, o qual quantifica professores que atuam nas escolas da microrregião de Catalão do Sudeste Goiano, e, percebemos a escassez de professoras e professores negros em salas de aula. O que encontramos nas escolas é uma grande maioria branca. Esse microcosmo, temos por hipótese, nos aponta para uma realidade mais ampla que é a educação brasileira e sua escolha, nem sempre consciente socialmente, mas com uma explícita opção política por manter os brancos como detentores dos saberes, valores e função educativa na sociedade, tal seria, pois a configuração da cultura escolar que nos deparamos com a pesquisa.

No contexto analisado, é notório que as desigualdades que se perpetuam entre brancos e negros em nosso país, estão pautadas na divisão/diferenciação racial da população. A cor tem sido base e fator determinante para posições sociais, econômicas, religiosas e culturais, nas quais o racismo é um dos pilares que se evidencia nas relações sociais, e, principalmente, na educação que tem se firmado em uma perspectiva eurocêntrica, atitude essa que tem impossibilitado a incorporação da diversidade étnico-racial nas escolas e na sociedade como um todo.

Na sociedade brasileira, foi construída uma noção negativa no que se diz respeito à inteligência, estética e moral do negro, um imaginário social que se perdura até os dias atuais.

O Caráter Elitista do sistema Educacional Brasileiro manteria a maioria da população negra à margem da escolarização durante décadas. Apenas a partir dos anos de 1970, com a democratização do acesso à educação básica, a tendência histórica da exclusão começaria a ser revertida. (SILVA, 2011, p. 11).

Como o autor expõe durante muito tempo a educação foi monopolizada pelas elites brancas. No entanto, é coerente pontuar que uma das finalidades da educação é por sua vez discutir e criar novos valores que possam contribuir de forma significativa para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, se evidentemente está em uma democracia. Silva (2011) chama atenção da sociedade para o despertar e o tratamento do problema na raiz,

passando por processos de conscientização que passam não raro, por políticas e práticas que procuram desmistificar e combater o racismo, como é o caso dessa pesquisa, pois ao evidenciar e até mesmo denunciar práticas racistas, ela toma para si, uma tarefa que é de todos, mas dos professores e professoras em particular. Ferreira (2002, p. 70) aponta que:

O preconceito contra a população negra, em função de um mito que o nega, torna-se difícil de ser compreendido e combatido. Há mecanismos subliminares de encobertamento permeados por um aparente tratamento cordial, desenvolvendo a crença de que a discriminação etno racial não existe. [...] Assim não temos que compreender o que não existe.

Sendo assim, pode-se dizer que a sociedade brasileira sabe da discriminação, mas não quer falar a respeito. Diante dessa discussão, cada vez mais se faz necessário desenvolver pesquisas que descubram onde estão os negros e as negras brasileiras, seus papéis sociais, seus enfrentamentos e suas histórias. E, por isso mesmo, vimos através deste trabalho apresentar um trabalho de campo exaustivo, mas necessário, pois o mesmo abrange a questão das pequenas cidades vistas pelo recorte espacial da microrregião geográfica de Catalão (GO) e uma análise preliminar do que estes dados significam.

O trabalho de campo foi efetuado entre os dias 12/08 a 12/09 de 2015 (total de um mês). A pesquisa percorreu a chamada Região da Estrada de Ferro que abrange cerca de 300 km<sup>2</sup> para colher as informações necessárias, o que permitiu que visitássemos 10 cidades: Catalão, Ouvidor, Campo Alegre, Três Ranchos, Davinópolis, Goiandira, Nova Aurora, Corumbaba, Cumari, Anhanguera.

No mapa abaixo, é possível visualizar melhor o espaço do qual tratamos localizando-o dentro do Estado de Goiás e, também em relação ao Brasil:

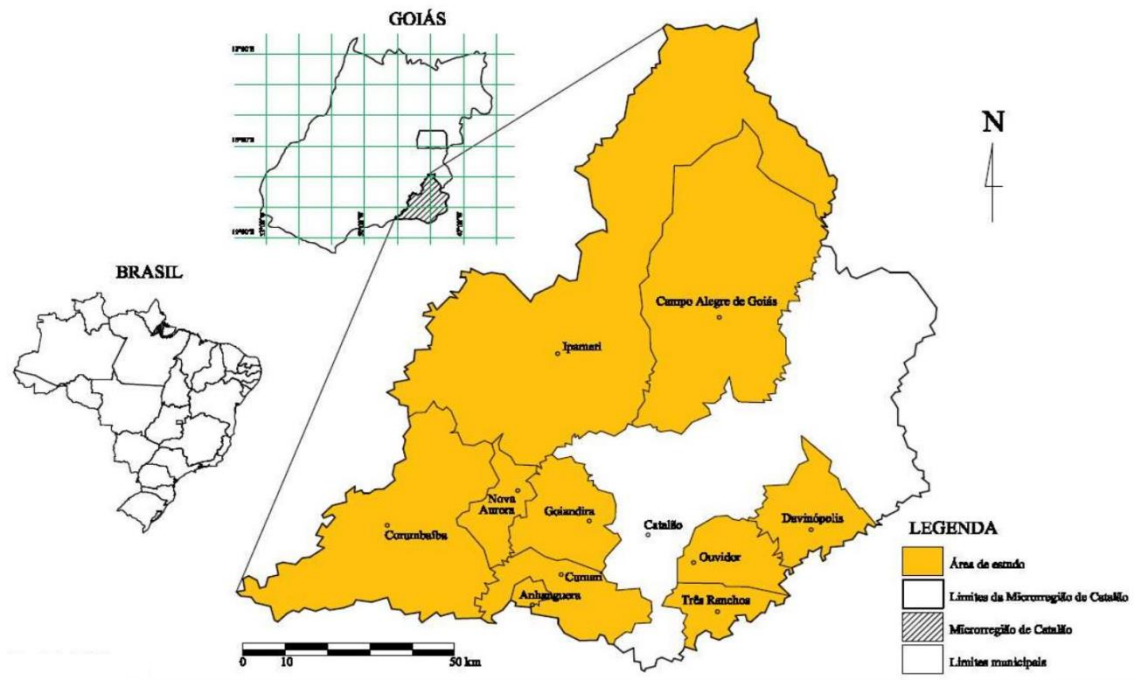


figura 1- Localização da área de estudo: Mesorregião de Catalão.  
Fonte: IBGE, 2004.Organização: MELO SOARES; 2005 p. 4.

Dessa forma, entendemos que descrever o trabalho de campo, tal como foi realizado, ajuda-nos também a problematizar a própria pesquisa, pois a mesma mostrou-se um campo de enfrentamentos. Duarte (2002) nos diz sobre o trabalho de campo, que às vezes na própria realização da pesquisa podemos obter as informações necessárias e outrora outras questões vão surgindo no ato da realização do levantamento de dados no trabalho de campo.

De modo geral, durante a realização de uma pesquisa algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho de campo. A necessidade de dar conta dessas questões para poder encerrar as etapas da pesquisa frequentemente nos leva a um trabalho de reflexão em torno dos problemas enfrentados, erros cometidos, escolhas feitas e dificuldades descobertas (DUARTE, 2002, p. 140).

Nosso primeiro ponto de partida foi conhecer as escolas que seriam nosso campo de estudo. Para isso, visitamos cada cidade mencionada acima, conversamos com diretores (as), secretários (as) e coordenadores (as) das unidades escolares. Levamos tempo em cada escola para que pudéssemos conhecer de perto a realidade que às vezes se diverge dos papéis, e com isso adquirimos outro olhar sobre o tema pesquisado, como Duarte (2002, p. 140) aponta:

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Com isso, vimos que a pesquisa nos leva a um trabalho de reflexão dos meandros dos problemas encontrados, de erros cometidos, escolhas feitas, riscos, dificuldades impostas no caminho. Mesmo diante de tudo isso foi um trabalho extremamente agradável e, por sua vez, desafiador. Contudo, ao escrevermos o presente texto, cabe ressaltar os processos que permitiram a realização do mesmo. “A definição do objeto de pesquisa assim como a opção metodológica constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao final” (DUARTE, 2002, p. 140).

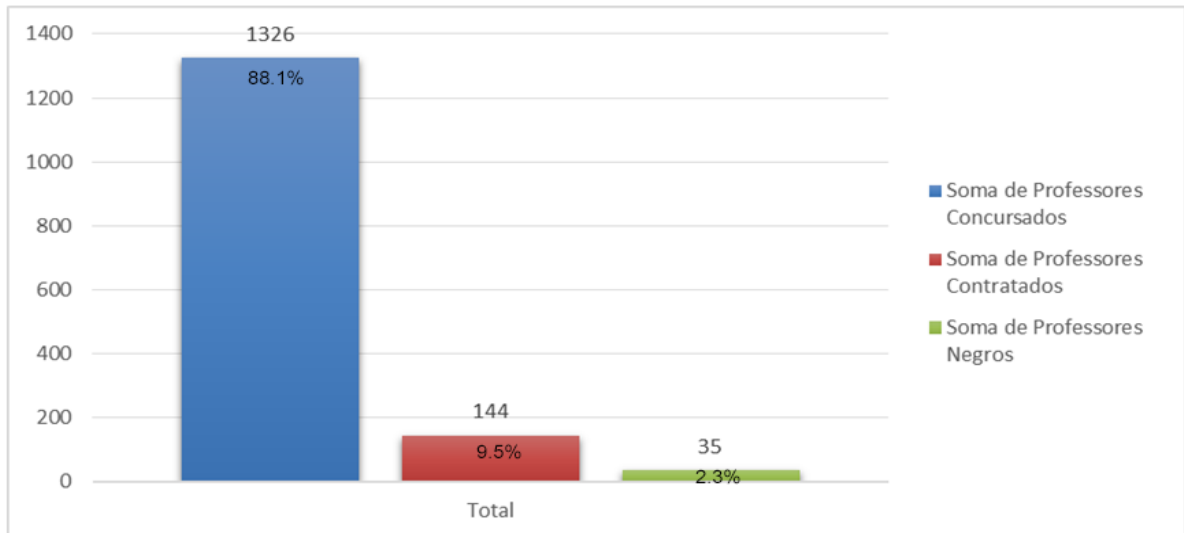
Vejamos as tabelas e os gráficos em que os dados mostram que estamos falando do racismo, da exclusão de docentes negros e negras nas salas de aula da região pesquisada. Evidencia-se então, que esse racismo é real, atual, explícito e quantificável.

**Tabela 1 – Dados gerais sobre as escolas alcançadas pela pesquisa de campo**

| Cidade       | Nome da Instituição                                 | Professores Concursados | Professores Contratados | Professores Negros |
|--------------|---|-------------------------|-------------------------|--------------------|
| Anhanguera   | 01 - CMEI - Cantinho da Criança                     | 4                       | 0                       | 0                  |
|              | 02 - Colégio Estadual Adelino Antônio               |                         |                         |                    |
| Anhanguera   | Gomide  | 5                       | 2                       | 2                  |
| Campo Alegre | 03 - Colégio Estadual Major Emídio                  | 17                      | 11                      | 2                  |
|              | 04 - Associação Pestalozzi de Catalão - Santa Clara | 23                      | 0                       | 0                  |
| Catalão      | 05 - Colégio Estadual Abrahão André                 | 32                      | 3                       | 1                  |
| Catalão      | 06 - Colégio Estadual Anice Cecílio Pedreiro        | 36                      | 8                       | 2                  |
| Catalão      | 07 - Colégio Estadual Dona Iayá                     | 43                      | 1                       | 2                  |
| Catalão      | 08 - Colégio Estadual Dr. David Persicano           | 39                      | 5                       | 3                  |
| Catalão      | 09 - Colégio Estadual João Neto de Campos           | 48                      | 6                       | 0                  |
|              | 10 - Colégio Estadual Maria das Dores Campos        | 42                      | 8                       | 2                  |
| Catalão      | 11 - Colégio Estadual Rita Paranhos Bretas          | 20                      | 1                       | 0                  |
| Catalão      | 12 - Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus              | 23                      | 4                       | 0                  |
| Catalão      | 13 - Colégio Polivalente Dr. Tharsis Campos         | 9                       | 3                       | 0                  |
|              | 14 - Escola Estadual Joaquim de Araújo e Silva      | 11                      | 5                       | 0                  |
|              | 15 - Escola Estadual Madre Natividade               |                         |                         |                    |
| Catalão      | Gorrochá Tegui                                      | 17                      | 6                       | 1                  |
| Catalão      | 16 - Escola Estadual Prof. Zuzu                     | 29                      | 2                       | 1                  |
|              | 17 - Escola Estadual Wilson Elias Jorge             |                         |                         |                    |
| Catalão      | Democh  | 15                      | 1                       | 0                  |
| Catalão      | 18 - Instituto de Educação Matilde Margon V         | 27                      | 5                       | 0                  |
| Catalão      | 19 - Secretaria Municipal de Educação               | 529                     | 16                      | 1                  |
| Corumbáiba   | 20 - Colégio Estadual Simon Bolívar                 | 24                      | 1                       | 1                  |

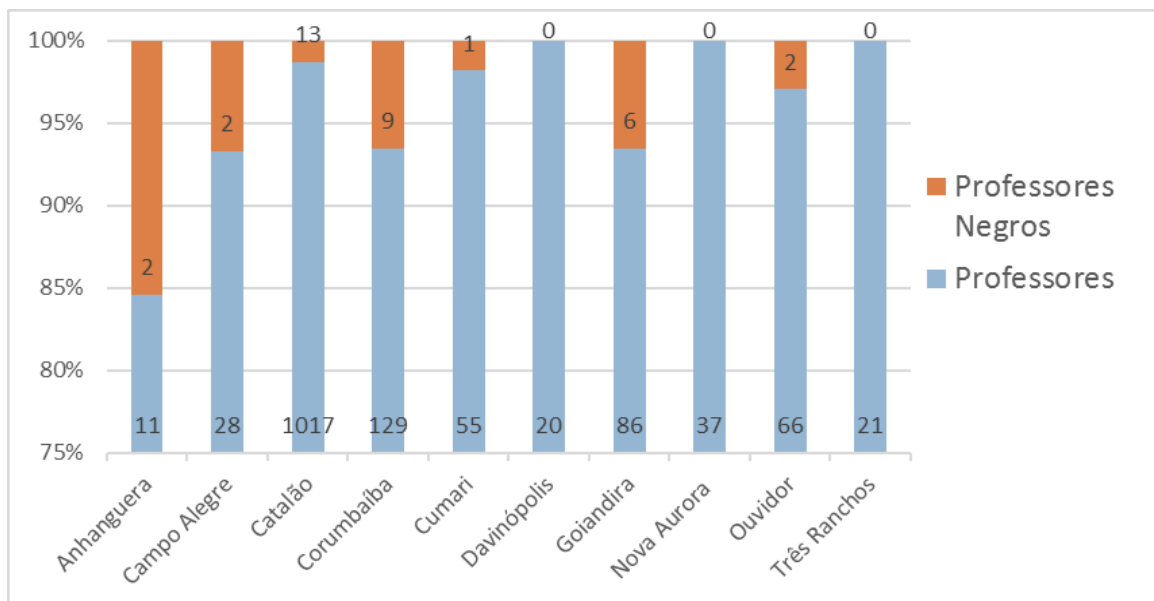
|                  |  |              |             |             |
|------------------|--|--------------|-------------|-------------|
| Corumbaíba       | 21 - Escola Comecinho de Vida                                    | 45           | 0           | 4           |
| Corumbaíba       | 22 - Escola Estadual Osório Martins Cardoso                      | 5            | 3           | 0           |
| Corumbaíba       | 23 - Escola Municipal Ascendino Celestino da Silva               | 22           | 0           | 2           |
| Corumbaíba       | 24 - Escola Municipal Couto de Magalhães                         | 20           | 0           | 2           |
| Corumbaíba       | 25 - Escola Municipal Prof. Geani Marcia dos Santos Lourenço     | 9            | 0           | 0           |
| Cumari           | 26 - Colégio Estadual Castro Alves                               | 13           | 2           | 0           |
| Cumari           | 27 - Colégio Estadual Getúlio Evangelista da Rocha               | 17           | 3           | 0           |
| Cumari           | 28 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Cumari         | 20           | 0           | 1           |
| Davinópolis      | 29 - Colégio Estadual João Bernardes de Assunção                 | 15           | 5           | 0           |
| Goiandira        | 30 - Colégio Estadual Dom Emanuel                                | 25           | 3           | 0           |
| Goiandira        | 31 - Escola Estadual Amélia de Castro Lima                       | 15           | 4           | 2           |
| Goiandira        | 32 - Escola Municipal Santa Maria Goretti                        | 16           | 4           | 2           |
| Goiandira        | 33 - Escola Municipal Santa Maria Goretti Unidade 1 - Pré Escola | 8            | 0           | 0           |
| Goiandira        | 34 - Escola Municipal Santa Maria Goretti Unidade 2 – Creche     | 11           | 0           | 2           |
| Nova Aurora      | 35 - Colégio Estadual Illydia M <sup>o</sup> Perilo Caiado       | 10           | 4           | 0           |
| Nova Aurora      | 36 - Escola Estadual Raimundo Gomide                             | 7            | 2           | 0           |
| Nova Aurora      | 37 - Escola Municipal Jardim de Infância Branca de Neve          | 13           | 1           | 0           |
| Ouvidor          | 38 - Colégio Estadual Antônio Ferreira Goulart                   | 12           | 3           | 1           |
| Ouvidor          | 39 - Escola Estadual Dácio Amorim Fonseca                        | 6            | 7           | 1           |
| Ouvidor          | 40 - Secretaria Municipal de Educação – Ouvidor                  | 28           | 10          | 0           |
| Três Ranchos     | 41 - Colégio Estadual Maria Elias de Melo                        | 16           | 5           | 0           |
| <b>TOTAL: 10</b> | <b>41</b>  | <b>1326</b>  | <b>144</b>  | <b>35</b>   |
|                  |  | <b>88.1%</b> | <b>9.5%</b> | <b>2.3%</b> |

Fonte: Pesquisa de Campo – Janaína Nayara de Paula – Agosto e Setembro de 2015.



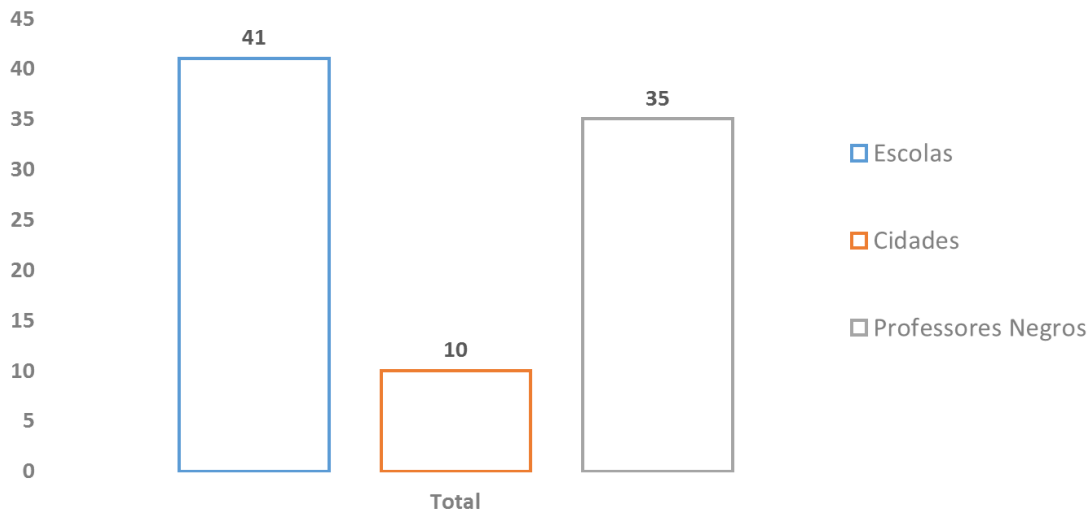
**Gráfico 1– Dados gerais sobre as escolas alcançadas pela pesquisa de campo**

Fonte: Pesquisa de Campo - Janaína Nayara de Paula - Agosto e Setembro de 2015.



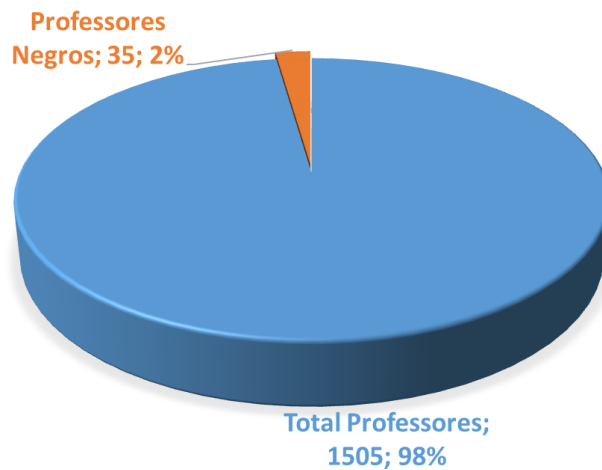
**Gráfico 2– Professores Negros por Cidade**

Fonte: Pesquisa de Campo – Janaína Nayara de Paula – Agosto e Setembro de 2015.



**Gráfico 3– Professores Negros na Região**

Fonte: Pesquisa de Campo - Janaína Nayara de Paula - Agosto e Setembro de 2015.



**Gráfico 4– Quantidade de professores**

Fonte: Pesquisa de Campo - Janaína Nayara de Paula - Agosto e Setembro de 2015.

O que podemos perceber com esses dados, é que nas escolas estaduais o índice de professores concursados é baixo, não atendendo às demandas e, por isso, a existência dos contratos especiais. Na maioria das escolas percorridas havia professores contratados, e ao indagar o motivo dos contratos, a diretoria da unidade escolar respondia que o número de professores concursados é insuficiente, havendo a necessidade e às vezes até promessas de concurso que não se realizam nunca, por isso mesmo era necessário efetuar contratos

temporários. Outro dado interessante notado é que entre os contratos não havia negros, os poucos professores e professoras negros encontrados nas escolas eram concursados. Ao indagarmos às diretorias das escolas, não tivemos uma resposta exata, pois não sabiam dizer a razão da inexistência de contratos de professores negros. Sendo assim, mesmo nas duas modalidades do trabalho docente, permanece a mesma característica: a ausência ou pouca presença de negros e negras.

Diante do exposto, fez-se necessário cruzar esses dados com os populacionais de cada município para poder explicar no cômputo geral da população. Segue na tabela abaixo, a quantidade populacional, e, quantos habitantes negros, pardos, indígenas, brancos e amarelos por município, e os dados mostram que realmente se é mínima a quantidade de professores negros nos municípios, onde estão atuando os negros? Quais empregos esses têm procurado? Quais oportunidades têm sido direcionadas a eles? Eles existem e os dados, segundo o IBGE, nos dizem isso, mais não estão nas salas de aula, não estão nas universidades, onde estão? E o que fazem?

**Tabela 2 – População por definição de cor**

| Cidade       | População Estimada em 2015 | Quantidade de Escolas | Professores Negros | População Branca | População Preta | População Amarela | População Parda | População Indígena | Sem Declaração | Total  |
|--------------|----------------------------|-----------------------|--------------------|------------------|-----------------|-------------------|-----------------|--------------------|----------------|--------|
| Anhanguera   | 1.104                      | 2                     | 2                  | 479              | 77              | 8                 | 455             | 1                  | -              | 1.020  |
| Campo Alegre | 6.896                      | 1                     | 2                  | 2.885            | 237             | 53                | 2.870           | 15                 | -              | 6.060  |
| Catalão      | 98.737                     | 16                    | 13                 | 49.516           | 3.789           | 1.124             | 32.079          | 131                | 8              | 86.647 |
| Corumbaíba   | 9.077                      | 6                     | 9                  | 4.272            | 493             | 72                | 3.328           | 16                 | -              | 8.181  |
| Cumari       | 2.992                      | 3                     | 1                  | 1.814            | 82              | 7                 | 1.061           | -                  | -              | 2.964  |
| Davinópolis  | 2.126                      | 1                     | 0                  | 1.134            | 37              | 5                 | 879             | 1                  | -              | 2.056  |
| Goiandira    | 5.549                      | 5                     | 6                  | 3.247            | 229             | 15                | 1.803           | 25                 | -              | 5.265  |
| Nova Aurora  | 2.181                      | 3                     | 0                  | 1.365            | 128             | 4                 | 565             | -                  | -              | 2.062  |
| Ouvidor      | 6.142                      | 3                     | 2                  | 3.536            | 125             | 42                | 1.763           | 1                  | -              | 5.467  |
| Três Ranchos | 2.898                      | 1                     | 0                  | 1.702            | 104             | 5                 | 1.006           | 2                  | -              | 2.819  |

Fonte: IBGE, 2015.

Esses dados nos mostram que conforme, já pontuamos acima, optamos por fazer a junção entre negros e pardos, e assim prosseguiu nossa pesquisa. Baseando-nos em dados do IBGE que, atualmente considera relevante a junção entre negros e pardos como uma classe só, pois implica em considerar negros e descendentes que, algumas vezes, já não mais se reconhecem como negros, mas que estão para com um mundo branco em grau de desvantagem social.

A pesquisa alcançou poucos indivíduos que se dispuseram a dar entrevista, e isso, acreditamos, ocorreu não só porque na realidade existem poucos professores e professoras negras, mas também por conta do reconhecimento como tal. Encontramos assim, um conjunto de cinco pessoas que se dispuseram a dar entrevistas e, mesmo os que têm no seu registro de nascimento a cor parda como origem, para a entrevista se declarou como negros, não havendo nenhum sujeito que tenha se declarado pardo dentre os que se dispuseram a participar das entrevistas. Duas pessoas, que têm em seus registros de nascimento a cor parda, declararam que sofrem o racismo nada diferente dos que no registro estão declarados como negros, todos são vítimas do racismo sutil brasileiro.

Visitamos 41 escolas, que resultam em todas as escolas escolhidas na microrregião de Catalão, mas nem todas as escolas estavam disponíveis para responder os questionários, as que se dispuseram são as mencionadas acima. Cremos que esses dados são respostas para o seguinte questionamento: onde estão as professoras e professores negros, existem? Formaram-se? Frente ao número baixo dessas e desses profissionais a pergunta também pode se voltar aos espaços formativos, será que negras e negros têm acessado às licenciaturas e se formado em nossa região? Particularmente essa última pergunta nos incomodou, porém não tínhamos os dados relativos à formação docente para fazer um contraponto, assim, trabalhamos com a ideia de que poucos são os docentes negros e negras que se formam e mais pouco ainda os que atuam em sala de aula.

Tendo em vista esse número baixíssimo de professores negros vimos também que não existe nenhuma lei que impeça essa segregação racial nas instituições, tornando a situação cada vez mais complexa. A segregação no âmbito escolar, não é um fato isolado, e nem em específico da microrregião de Catalão, mas é um fato comprovado historicamente por todo o Brasil. Conforme aponta João Batista Rodrigues (2014).

Os negros representam os grupos sociais com menor escolaridade em todos os níveis de ensino, elevadas taxas de analfabetismo e possuem as piores condições de aprendizagem em relação aos brancos. O estudo realizado pelo IPEA aponta que a taxa de analfabetismo entre brancos é de 5,9 % e a da

população negra é de 13,2 % o estudo considera que essas desigualdades são perceptíveis em diversas faixas etárias (RODRIGUES, 2014, p. 26).

Essa população é excluída continuamente inclusive da formação de professores. Mesmo diante de algumas ações afirmativas nos dias atuais, como o sistema de cotas nas universidades, é extremamente notória a baixa incidência de negros, seja entre docentes e discentes e, mesmo, uma alta taxa de evasão de alunos negros ainda no Ensino Médio e, com isso, eles não chegam ao ensino superior e logo não teremos tantos professores negros, isso não é uma coincidência. José Jorge Carvalho (2004) aponta que essa atual conjuntura que presenciamos nos âmbitos escolares, essa escassez de professores e alunos negros é reflexo da história do Brasil pós-abolição, onde na virada do século XIX, não houve investimento na qualificação dos escravos e sim a substituição pelos europeus.

Devido a essa política racial deliberada de branqueamento, os europeus que chegaram ao Brasil, também com baixa qualificação, em poucas décadas, experimentaram uma ascensão social impressionante, enquanto os negros foram empurrados sistematicamente para as margens da sociedade. Os dados apresentados na presente proposta nos permitem visualizar que essa política de exclusão dos negros praticada pelas elites brasileiras foi consistente, contínua e intensa durante todo o século XX. Se agora constatamos alarmados que 97% dos atuais universitários brasileiros são brancos (2% são negros e 1% amarelos), uma porcentagem considerável desse número é constituída de descendentes de imigrantes, daquele contingente que uma vez viveu em condições de precariedade similares às dos negros que viveram na virada do século XIX (CARVALHO, 2004, p. 12).

Quando indagamos a ausência de professores negros nas escolas, devemos levar em consideração que essas pessoas não têm qualificação, pois como disse acima, o índice de evasão escolar por parte dos negros é algo gritante, e na maioria das vezes eles não conseguem persistir e chegar até o nível superior. Essa percepção nos mostra que, em determinado momento da vida escolar, jovens negras e negros deixam a escola por algum motivo, não raro pelo trabalho para sobreviver. Exemplo disso é a minha própria formação. Posso pontuar tranquilamente o número de professores negros que tive durante minha jornada escolar: na minha Educação Infantil, Fundamental e Médio nunca tive nenhum professor negro, e alunos negros eu conheci cinco na escola onde eu estudava, mas somente outra colega, além de mim, concluiu o Ensino Médio, porém não prosseguiu para a universidade e decidiu trabalhar no comércio. No ensino superior tive um único professor negro e no curso de História - UFG/RC ele era o único professor negro.

Acreditamos que a ausência, entre os quadros das universidades brasileiras, de acadêmicos negros produzindo conhecimento e reflexão sobre a questão negra na educação deixou essas instituições com pouca capacidade para refletir sobre sua própria política racial e de autoavaliar-se adequadamente nesse respeito (CARVALHO, 2004, p. 13).

Essa afirmativa é assustadoramente real, acontecendo a nossa volta cotidianamente. Como o próprio autor aponta, esses dados nos revelam que poucos negros tiveram acesso ao ensino superior, essa exclusão, poderia ser por diversos motivos, mas se nos ativer às histórias que encontramos ao nosso redor, são em sua maioria ligados às dificuldades financeiras e à sua condição racial. Então ontem e hoje é extremamente notória a segregação racial implícita na vida acadêmica brasileira.

José Jorge de Carvalho (2006) aponta que:

Menos de 1% dos professores que atuam hoje nas universidades públicas brasileiras são negros. Na USP (Universidade de São Paulo), por exemplo, que reúne 4,7 mil professores, o número de negros não chega a dez (0,2%). O indicativo é o mesmo na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), onde há 670 professores, três deles negros. A UnB (Universidade de Brasília) tem 15 negros para um total de 1,5 mil profissionais (1%) (CARVALHO, 2006, p. 40).

Diante de todo exposto, podemos concluir que em suma a sociedade brasileira produziu e reproduziu um grau extremo de segregação das populações negras. No início do texto questionamos, professores negros onde estão? Creio que agora está bem claro, poucos são as professoras e professores negros no Brasil, como são poucos os médicos, os dentistas, os químicos, os farmacêuticos e milhares de outros profissionais, cujo trabalho exige formação universitária. Portanto, os lugares de formação educacional e profissional no Brasil, também alimentam a cultura escolar segregacionista e racista que acompanham a cultura brasileira ao longo do tempo, cultura essa que construiu como profissões de negros aquelas ligadas ao trabalho braçal e, considerado, de pouco valor intelectual.

A formação acadêmica, atuação desses professores negros, preconceitos, enfrentamentos, serão aprofundados adiante neste capítulo com intuito de investigar e questionar as relações estabelecidas entre esses sujeitos relações essas entendidas como discriminatórias no âmbito profissional. A história da educação brasileira carrega em seu bojo marcas elitistas, excludentes e racistas. Diante disso, surge a necessidade de se pensar os dados pontuados acima à luz das histórias de vida dos professores que se dispuseram a dar entrevistas e a contar suas histórias, mas também à luz da própria experiência de pesquisa, pois é preciso também mostrar a condição da própria pesquisada em seu trabalho de campo.

## 2.2. E quando a discriminada é a pesquisadora?

Faremos a seguir a descrição de fatos ocorridos no desenrolar das visitas às instituições escolares alcançadas pela pesquisa. Começaremos pelo município de Anhanguera, onde, por sinal fomos extremamente bem recebidos, e em uma das escolas fomos recepcionados pela coordenadora que se dizia ser negra. Solicitei a ela as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, e antes mesmo de responder, ao olhar as questões ela ressaltou que é difícil ser professor negro, que, aliás, o difícil mesmo é ser negro seja em qualquer profissão. Notei uma voz trêmula e tristeza no olhar, e constantemente dobrando um papel que estava em suas mãos.

Em contrapartida, ao indagar se ela poderia ser nossa entrevistada a resposta veio em forma de recusa pontuando que esse tema é muito tranquilo na escola onde atua, resalta que nunca teve barreiras, por sempre trabalhar num ambiente calmo de cidade pequena, e que sua escola é tranquila e que lá não se fala sobre racismo. Como mencionamos acima, é perceptível aquele racismo silencioso, o que não se fala, pois é mais fácil não falar sobre o problema como se ele não existisse.

No decorrer da conversa informalmente a professora mencionada disse em contradição ao que proferiu anteriormente que o racismo na escola é velado, e que as pessoas fingem que não existe. Ainda falou que muitas vezes foi indagada pela sociedade do seu município de como conseguiu ingressar ao ensino superior. Disse que a cidade de Anhanguera é uma cidade pequena e não se vê tanto falar em racismo. Contou também que ao ingressar na pós-graduação, o professor fez uma brincadeira da qual nunca se esqueceu ao afirmar que só chegou a este patamar por pura teimosia, por ser negra deficiente e de escola pública, e que lá não era o lugar dela, e que ela era muito teimosa por persistir. Ao ouvir estas aberrações mesmo assim não abaixou a cabeça e nem se sentiu inferiorizada, e com um sorriso no rosto respondeu ao professor que era teimosa sim, e que continuaria seguindo seus projetos. Isso nos mostra que mesmo emersa a esse racismo acadêmico, ela decidiu se posicionar e mesmo com amplas dificuldades devido a sua condição de negra, mulher, pobre e deficiente, ela conseguiu permanecer e alcançar o seu alvo que era de se tornar professora.

Como Bell (2003) afirma que

As pessoas de cor mais frequentemente entendem sua experiência através de uma consciência de discriminação passada e contínua que afeta todo aspecto de suas vidas nesta sociedade. As pessoas veem a história se repetindo continuamente através da oscilação de ciclos de progresso e retirada em assuntos raciais (BELL, 2003, p. 4).

Diante disso, a professora em questão não se colocou na condição de coitada, Ela enfrentou o professor e se colocou no papel de sujeito da sua própria vida e dos enfrentamentos, isso é ser protagonista de sua própria história, ela nos conta que têm negros que não se aceitam, e que conhece diversas pessoas com esse quadro de negação, tendo até dentro da própria família apontando como exemplo uma tia que não se aceita, quando dizia jamais casar-se com negro porque não queria que os filhos tivessem traços negros, e se casou mesmo com um homem branco. E isso nos revela a representação cultural que o negro tem vivido nos últimos tempos, ela não se conformou, e quis ser tudo, menos a coitada da história. Assim, podemos entender que esses negros que não se aceitam também como um não aceitar da condição de segregação que vive e que tem consciência dela e por isso não é possível aceitá-la. Jane Rosana Marques justificou que isso se deve ao fato de ter sido ensinada pelos seus antepassados que negros “faz mal feito”, que negro não tem condições sociais, e que, por isso a tia, continuava reproduzindo assim esse discurso racista que lhe foi imputado. As representações sociais permanecem também por repetição, se todo mundo, se os livros, os filmes, as músicas dizem isso, no que você acredita? Nessa vida, o que não implica em que você não saiba que outro mundo é possível: está aqui a luta de representações: se sei da minha opressão é porque sei que viver sem ela seria possível.

Nos lares de famílias negras e na escola a maneira mais comum de se lidar com o preconceito é o silêncio [...] Parece ser politicamente correto tratar o afro-descendentes como moreno palavra fortemente enraizada na cultura brasileira. É um exemplo de uma situação que revela uma estratégia simbólica de fuga de uma realidade em que a discriminação impera. Dessa forma as pessoas procuram elementos de identificação em símbolos do grupo considerado social e economicamente dominante no caso o brasileiro branco-europeu (FERREIRA, 2002, p.72).

O que podemos ver em relação ao caso da professora citada é um crescendo dessa conversa: a princípio ela se negou a falar do assunto, e ainda com segurança dizia que isso não acontecia por aqui, mas no decorrer da conversa ela mesma foi reconhecendo a existência do racismo, e no fim ainda pontua que o racismo existe, mas de forma velada. Disse que passou por algumas situações difíceis e constrangedoras de racismo em sala de aula, mas novamente silencia e prefere não falar sobre isso. Uma confusão de sentimentos interiores, chegando a ponto de não conseguir se expressar sem sentir a dor de um racismo que realmente existe, e às vezes tenta se refugiar na farsa de uma democracia racial para que assim não doa tanto. Como afirma Ferreira (2002, p.70). “Assim não temos de compreender o que não existe”.

Por tudo isso é perceptível que esses são alguns dos discursos construídos ao longo das relações tecidas no seio familiar, escolar, e no cotidiano, ou seja, tecidos na cultura. Tendo em vista um dia a dia marcado por discriminações e, ainda a mídia de antes e de hoje com aqueles discursos que na maioria das vezes inferioriza os negros em geral, e a mulher negra em particular, que acaba sendo vista como objeto sexual, de cobiça dentre outros estereótipos, a desconstrução dessas imagens e representações discursivas são muito difícil. Discursos esses que em alguns momentos aparecem embutidos no mascaramento, que como fruto gera o ressentimento, e, muitas vezes, faz sofrer quem se lembra ou tenta contar, pois como bem sabemos a lembrança nunca vem sozinha, a memória é carregada de sentimentos, de afetos e, como nos diz Jacy A. Seixas (2001, p. 47) a lembrança se torna uma nova tortura, pois ela volta com a carga emocional gerada pelo acontecimento e "ainda que a integralidade do passado esteja irremediavelmente perdida, aquilo que retorna, vem inteiro, íntegro porque com suas tonalidades emocionais”.

Ferreira (2002, p.75) diz que:

Em função do processo de desvalorização da pessoa negra, os afro-descendentes tendem a introjetar a visão dominante do mundo branco visto como superior. Em decorrência, tendem a desvalorizar o mundo negro ou assumirem como insignificante para suas vidas o fato de serem afro-descendentes.

A coordenadora de outra escola no município de Anhanguera pontua que todos se dizem pardos e depois se intitulam como negros ressaltando ainda que “com tantos problemas hoje em dia o cara pode ser azul, que ainda diz ser pardo, ninguém quer ser negro”. Kanbelege Munanga Em entrevista concedida á revista *Estudos Avançados*, no último dia 13 de fevereiro de 2004, resalta a complexidade de definir realmente quem é negro no Brasil, principalmente em função da introjeção da ideologia do branqueamento, o autor resalta que nos EUA não existe essa mesma dificuldade existente no Brasil, pois lá, tanto pardos, mulatos, mestiços, simplesmente se apresentam como negros, diferente do Brasil, que o desejo do branqueamento está latente todos os dias, mais em função dos árduos percursos trilhados em relação à condição racial do negro.

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros

organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro (MUNANGA, 2004, p. 2).

Essa questão coloca em cena um personagem que não tem certeza da sua própria cor, ou que prefere se aproximar ou se afastar de um dado grupo em função de quem é esse grupo na sociedade. Mas o mais gritante nessa fala é: ninguém quer ser negro.

Sônia Dias Batista coordenadora da creche do município de Anhanguera, uma mulher loira, ao pegar o questionário indagou se ainda existe racismo e pontuou que antigamente era verdade, mas que hoje todo mundo é igual. E finaliza dizendo que naquela instituição não existia o preconceito, e que no quadro de funcionários havia uma auxiliar de serviços gerais que é negra. E finaliza a conversa apontando que foi num congresso sobre diversidade e na mesa tinham somente negros (com espanto).

Quando pensamos no racismo, do ponto de vista do branco, pensando na fala acima entendemos que ele se camufla, na diferença de lugar de trabalho. Por que o espanto com uma mesa só de negros? Porque o horizonte de referência negra que ela tem é a auxiliar de serviços gerais que é negra. O referencial que ela teve sobre negro é esse. Uma visão bem arraigada de um tempo passado, com nosso passado escravocrata, no qual o binário casa grande senzala era a norma, essa fala é típica de alguém que ainda enxerga a mulher negra como uma serviçal.

Tais questões sugerem a dificuldade de se lidar no Brasil com o preconceito racial. Este revela-se no dia a dia, nas situações mais simples. Numa sociedade em que, apesar da crença consolidada de ser o país da democracia racial, as pessoas desenvolvem um mundo simbólico, cujas características fenotípicas acabam operando como referências para o preconceito (FERREIRA, 2002, p.72).

Em Cumari, ouvimos da diretora que na cidade não havia professores negros, ela diz o seguinte: “Aqui tem uma professora da sua cor, mais ela não é negra, pois tem cabelo bem lisinho, ela é da sua cor mais tem o cabelo bom, então não é negra né? Ela é morena, bem moreninha”. Ferreira (2002) externa sua visão sobre esse assunto quando afirma que

As noções de beleza são derivadas de uma estética “branca” usada como referência correta, positiva racional e bem desenvolvida, levando em decorrência a uma desvalorização da estética negra, encarada como exótica, emocional e primitiva, qualidades consideradas menores (FERREIRA, 2002, p.76).

O que podemos perceber com as afirmações da professora, é a inferiorização dos traços negros, trata-se de uma “minimização” dos traços negros, ou seja, uma forma de fazer deixar de ser negro quem tem as características, uma negação clara, uma maneira de embranquecer a pessoa, que não é mais negra, mas uma morena, “uma moreninha com cabelo liso” ou, até mesmo, já se embranqueceu pelo simples fato de não ter mais os traços negros, cabelo “pixaim”. Gomes (2002) ressalta em seu artigo "Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra" que

O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo (GOMES, 2002, p.3).

A questão da cor da pele e o cabelo crespo e encaracolado, características fenotípicas levam a sociedade a atribuir aos negros, características negativas e pejorativas, situações como essas tem se tornado comum em nosso cotidiano. E como uma “alternativa” para fugir do racismo, alguns tem se rendido ao alisamento, para que assim uma das características negras seja camuflada em seu intimo. Por outro lado, fazer do cabelo o que quiser é como disse o autor, uma posição de autonomia entre o que se é e o que a sociedade quer que se seja. Há também formas de enrolar o cabelo que o fazem não ser mais "pixaim", mas que o aproxima de um ideário de cabelo controlado, de bom comportamento, cremes e mais cremes que acalmam os cachos, para se adequar ao padrão do branqueamento que cada vez tem se difundido no Brasil, a busca pela beleza “branca” para se enquadrar no perfil de beleza imposto pela sociedade.

Percebemos que a cor da pele e o cabelo é, sobretudo, uma construção da identidade negra, uma forte marca identitária e em algumas situações tem sido visto como marca de inferioridade. Gomes (2002) pontua que:

O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos (GOMES, 2002, p.2).

Percebemos que esse conflito vivido no cabelo e no corpo negro, traz marcas tanto para vida quanto para trajetória dos sujeitos, em função disso, a intervenção no corpo e no

cabelo do negro está além de mera vaidade ou estética, e sim no processo identitário, classificação essa que em nossa sociedade serve para apontar quem é negro e quem é branco.

A formação de um mercado, sim, estamos falando do capitalismo - exclusivo para negras, que vão desde cremes, shampoos, maquiagem, a meias calças e roupas - também interferem nesse processo de identificação. Não é o foco aqui, mas é preciso também pensar como esse nicho mercadológico por um lado quer fazer parecer que a exclusividade é boa, mas por outro, expressa também formas de se visualizar homens e mulheres: um exemplo claro são as novas paletas de cores das maquiagens de algumas marcas que admitem tonalidades múltiplas que vão desde o mais branco tom de pele ao, mas escuro, forjando, por assim dizer, uma nova faceta de democracia racial. O racismo fez com que a sociedade admitisse um determinado padrão de beleza, o Brasil é um país racista, porém não o admite ser.

O próximo município visitado foi Catalão. Este foi o município em que fomos mais maltratados, percebemos manifesto, às vezes, um descaso muito grande para com a pesquisa. Em muitas escolas quem nos recebeu não aceitou a pesquisa ou quando respondiam as questões solicitadas era com descaso, outrora diziam que não teriam tempo para isso. Nossa hipótese é que nesses lugares houve uma incompreensão do que era nosso trabalho, mas não tivemos nem a chance de explicar direito ou talvez em função de ser a cidade com mais habitantes, e com escolas maiores com mais trabalhos cotidianamente e, até mesmo mais problemas a solucionar as pessoas pressionadas por esses empecilhos não viram importância em contribuir com a pesquisa. Em contrapartida nas outras cidades referente à microrregião de Catalão tivemos tratamento de bom grado, boa receptividade, disponibilidade e sapiência para responder às questões solicitadas. A dificuldade de informações foi visivelmente mais difícil no município de Catalão. Não posso afirmar que essas escolas são mais racistas, e ainda me assustaria que fosse, pois o índice de moradores negros em Catalão é significativamente mais alto que em outros lugares da microrregião do sudeste goiano, porém em algumas escolas pudemos notar o receio com a pesquisa principalmente por perceber que a pesquisadora também era negra, o tratamento e a recepção em grande maioria das escolas infelizmente foram dos piores.

Mesmo assim, em Catalão o primeiro ponto de partida foi ir até a Subsecretaria Estadual de Ensino na Regional Catalão, tentando obter os dados referentes ao número de docentes negros daquela instituição. O atendente alegou que não ter “essas informações de quem é negro, que é um assunto que não vem ao caso e é indelicado”. Essa negativa tem um significado, por que dizer que alguém é negro é indelicado? Haveria uma valoração moral

nessa resposta? Novamente voltamos à discussão da democracia racial no Brasil, onde as pessoas ainda insistem em negar a existência do preconceito, ou até mesmo fogem de falar do assunto, pois assim não precisam tratar refletir sobre ou combater algo que não existe.

Assim, fomos escola por escola a busca de informações. Mas, como mencionado acima, o tratamento não foi dos melhores. Foi um trabalho árduo e com bastante dificuldade conseguimos os dados que foram expostos acima.

Em uma das escolas ficou muito evidente que a resistência ao ceder as informações necessárias para pesquisa dava-se em função da entrevistadora ser negra. Quando, como entrevistadora e coletora dos dados, cheguei nesta instituição fui recebida com grosseria, a secretária mal olhava em mim ao responder as questões, e quando indaguei quantos professores negros tem na escola a secretária imediatamente se exasperou e irritada me olhou com ar de censura e disse que não queria falar sobre esse assunto e que isso não era pergunta que deveria ser feita, que ela não sabia “disso” e por isso, não poderia me informar quem era negro ou não, porque se a escola tem professores negros ela não sabe responder. Voltamos no mesmo debate sobre o atendente da secretaria, mencionado acima.

Gomes (1994, p. 51) diz que:

O Racismo e a discriminação racial, que fazem parte da sociedade brasileira, estão presentes na escola, na relação entre os educadores e entre professores e alunos. O próprio fato de não se aceitar que nas escolas existam racismo e discriminação racial pode ser considerada como um indicador de sua existência. Negar a existência do outro já é a confirmação da sua presença.

Pelos gestos, olhares, ações e, principalmente reações, ficou explícito o preconceito que aquela mulher estava em conversar com uma negra. No contato, em nossas observações, nas visitas, era notório que havia nesses recintos algumas funcionárias negras sendo sempre as responsáveis pela limpeza ou guarda no portão. Esse fato não foi registrado porque os dados apontados nos gráficos acima só queriam atingir a classe dos professores negros existentes na unidade o que se constatou é que às vezes a ausência dentro do quadro docente. Ou seja, há outra pesquisa a ser feita sobre a cultura escolar dessas instituições e os lugares sociais de negros e brancos nas mesmas, nosso trabalho não pode se dedicar a essa discussão.

Para concluir como aponta Gomes (1994) vale ressaltar que, o professor negro deve ser visto como sujeito, portador de valores culturais que refletem suas representações sobre o que é ser negro na sociedade brasileira. Portanto, não podemos negligenciar que a escola ainda é uma das instituições sociais que por sua vez interfere significativamente no processo da construção da identidade racial tanto de professores quanto de alunos negros. Então, de

certa forma, o silenciamento, a folclorização da cultura, a ênfase e o crédito dado à teoria da democracia racial são fatores que impedem a ampliação da discussão sobre relações raciais nas escolas. Na maioria das vezes o silêncio e omissão são impedimentos cruciais para se enfrentar essa problemática gritante. Nas demais cidades selecionadas pela pesquisa os dados foram coletados sem problemas.

A pesquisa acima exposta nos instrumentalizou na construção do próximo passo que foi a narração e busca de interpretação das histórias de vida das professoras e professores negros que alcançamos. Foi notável observar que o racismo é frequente e que, a todo tempo, existe a tentativa de negar, mascarar ou esconder o mesmo atrás do mito da democracia racial. Isso poderia nos parecer apenas um dado que confirma o racismo no Brasil, no entanto, dentro da nossa pesquisa essa verificação nos alerta para a necessidade de se pensar uma escola que debata o racismo a partir de uma perspectiva transformadora, a partir de propostas efetivas de intervenção que nos permitam criar caminhos de superação. Com nossos dados podemos fazer no futuro um amplo trabalho de reconstrução de como se enfrenta o racismo em nossa região. Esses dados juntamente com a observação participante, levaram-nos a um universo de representações que colocam negros, negras, brancos e pardos, em um imaginário longamente construído e reproduzido pela escola, especialmente por aqueles que respondem por ela, os seus gestores, ressaltamos que essa parte da pesquisa contou exclusivamente com dados coletados junto aos gestores. Ou seja, há nesses dados um fator inegável, a reprodução dessas representações e, a partir das mesmas, a construção de uma cultura escolar que mantém, perpetua, reproduz e, talvez, induza ao racismo, ao se negar a reconhecer e discutir o mesmo. Como pontuado acima, essas professoras se negaram a falar do assunto, pois não consideravam relevante e pertinente falar sobre “racismo” já que atualmente vivemos em uma “democracia racial”. É notório que as pessoas temem em falar sobre o assunto e os dados coletados induzem-nos a buscar resposta para o questionamento feito no princípio do capítulo: professores negros onde estão?

A partir de estudos sobre o assunto, Silva (2011) em seu artigo *Cultura afro-brasileira e patrimônios culturais africanos nos currículos escolares: breve memória de lutas por uma educação antirracista nos permite* entender um pouco das relações entre racismo e educação, professor negro e magistério, atuação em sala de aula e as trajetórias de enfrentamentos, lutas de movimentos negros contra o racismo, temas que como mostramos até agora sedimentam nossa análise. O autor pontua que a inserção dos professores negros na educação básica é algo muito recente, posterior à década de 90, antes disso, era raro encontrar um professor negro no magistério. Segundo Silva (2011) a década de 80 representou um momento de lutas contra a

discriminação racial no campo da educação. A inserção de conteúdos pedagógicos afro-brasileiro no ensino oficial foi concebida como um item de privilégio na agenda de combate ao racismo<sup>5</sup> (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução N° 1. De 17 de Junho de 2004, Lei N° 10. 639, de nove de Janeiro de 2003). Porém obtivemos um avanço de combate ao racismo na década de 1990, quando algumas mudanças importantes foram surgindo.

Os movimentos negros passaram a reivindicar não apenas a inclusão de conteúdos afro-brasileiros nos currículos escolares, mas também o ingresso dos afrodescendentes no ensino superior, a inclusão dos patrimônios culturais afro-brasileiros e africanos na educação básica passou a ser assumida por professores negros, o estado brasileiro adotou ações pedagógicas e jurídicas no sentido de assegurar a inserção dos conteúdos étnico-raciais (SILVA, 2011, p. 20).

A questão da cultura afro-brasileira continua a ser discutida na educação básica, e ainda na década de 90 temos o surgimento de um novo fenômeno que daria continuidade às ações, o aumento de professores negros na educação básica. Silva (2011) pontua que:

No decorrer dos anos 90, observamos o surgimento de um fenômeno novo que assegurou de maneira não institucionalizada a continuidade das ações. Referimo-nos ao aumento, ainda que lento, do percentual de professores negros na educação básica. Esse dado também foi registrado pelas pesquisas. Observou-se, por exemplo, que a pequena parcela de negros que conseguia ingressar nas universidades frequentava majoritariamente a área de Ciências Humanas, particularmente se concentrado em cursos que ofereciam a modalidade licenciatura. O magistério tornou-se, para estes profissionais, a alternativa mais imediata de inserção no mercado de trabalho (SILVA, 2011 p.21).

Acreditamos que essas mudanças aconteceram em função das transformações vivenciadas entre a década de 80 e 90 conforme o autor, quando negros e seus movimentos começam a travar uma luta contra a discriminação racial na educação, buscando meios que incluíssem os conteúdos que discutem questões afro-brasileiras no currículo escolar. Os movimentos negros militam não somente para a inclusão do tema nas escolas, mas também para a inserção de alunos negros nas universidades, sendo assim, essa mudança em muito tem

---

5 Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/ 2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

influenciado a inclusão temas afro brasileiros em pesquisas e disciplinas que, por seu lado, começam a ser assumidos por professores negros, haja vista então, que na década de 90 o combate ao racismo começa a ganhar novas dimensões, e gradualmente os negros mesmo em pequena quantidade foram se ingressando no ensino superior. Nessa mesma década surgem os cursinhos pré-vestibulares direcionados a jovens negros e carentes, temos também as discussões sobre cotas raciais. E esses debates, segundo Kanbegele Munanga (2006) sobre as políticas de ações afirmativas e de cotas que beneficie os alunos negros e pobres, parte do pressuposto das desigualdades sociais e raciais gritantes nos dias atuais, que foram acumulados no decorrer dos anos e está imersa em todos os setores da vida nacional, seja no mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, dentre outros.

De modo geral, percebe-se que as desigualdades no acesso à educação superior entre brancos e negros alterou-se nos últimos quarenta anos. Observa-se uma melhoria nas taxas gerais de ingresso e uma diminuição das diferenças entre os grupos raciais. Essa diminuição se deve justamente à intervenção do Estado através das políticas de ação afirmativa, em especial às cotas, à combinação das políticas universais de combate à pobreza com as políticas específicas e aos programas sociais de distribuição de bolsas de estudos e de empréstimo financeiro. [...] Embora em contexto discriminatório diferente, no Brasil, a questão fundamental que se coloca é a mesma enfrentada pelos americanos e indianos, a de promover o ingresso dos excluídos nas universidades (MUNANGA, 2006, p, 7 -8).

Percebemos que o sistema de cotas foi de certa forma, algo que contribuiu significativamente na vida dos alunos para o ingresso nas universidades, melhorou a vida da população negra, mas, é claro que ainda temos muito que progredir para que possamos verdadeiramente desfrutar de uma sociedade igualitária. Essas políticas públicas são extremamente importantes para que se possa diminuir o peso de um passado escravocrata cruel, e quem sabe assegurar um futuro diferente para os negros e negras. O sistema de cotas é uma oportunidade de pessoas que estariam fora da universidade, serem inseridas no ensino superior. Estamos vivenciando um momento histórico importante para a população negra, e o sistema de cotas é fundamental, a partir do pressuposto que não acreditamos no propagado mito da democracia racial. As negras e os negros desse país devem ser inseridos nos cursos de ensino superior, para que no futuro as crianças possam ter referenciais de profissionais que se assemelhem a elas, para que não segreguem mais uma geração.

Segundo alguns estudos, os alunos negros ao ingressarem nas universidades tinham como opções as áreas de humanas em específico licenciaturas na expectativa de inserção mais

rápida no mercado de trabalho. Porém, ainda assim o racismo continua latente, pois os alunos tiveram certa resistência em aceitar esses professores negros, com termos e apelidos pejorativos, o que se perpetua até os dias atuais, conforme aponta o Silva, mesmo que tenhamos tido um avanço na década de 90, o número de docentes negras e negros eram pouquíssimo, e atualmente esse quadro não avançou muito.

Após se formarem o magistério surgia como a alternativa mais imediata de inserção no mercado de trabalho. O racismo que até a década anterior fora questionado do ponto de vista dos discentes, tornou-se um problema a ser enfrentado também pelos docentes. Como a presença de professores negros em sala de aula contrariava a expectativa dos alunos, estes passaram a reproduzir comportamentos e atitudes discriminatórias endereçando-as aos mestres. [...] Uma parcela dos professores, mesmo não dispondo da qualificação para o ensino dos conteúdos relativos à cultura afro-brasileira e africana viu-se na contingência de abordá-los enquanto estratégia de enfrentamento do racismo (SILVA, 2011 p.22).

E ainda atualmente, temos esse número mínimo de professores negros em sala de aula, como os dados coletados nos evidenciaram. Se a inserção desses professores e professoras em sala de aula começa nos anos de 1990, duas décadas depois a quantidade de professores negros ainda é mínima, não podemos negar que algumas mudanças lentas têm ocorrido em relação ao combate do racismo, porém muito ainda precisa ser feito transformado, progredido. O autor pontua que ainda na década de 90, a presença desses professores negros em sala de aula começa a contrariar os professores brancos, fazendo assim com que reproduzissem atitudes discriminatórias, tais como piadinhas, clichês, apelidos desabonadores e constrangedores. Como é o caso da professora Joana, que mencionamos no início desse texto.

Como a presença de professores negros em sala de aula contrariava o modelo do professor branco oriundo de classe média, muitos passaram a reproduzir comportamentos e atitudes discriminatórias endereçando-as aos mestres. [...] Para os negros os conflitos raciais se tornam especialmente visíveis quando passam a ocupar posições sociais historicamente monopolizadas pelo segmento branco. O trabalho docente é, nesse sentido exemplar. Durante muito tempo a atividade permaneceu como uma das áreas inacessíveis aos negros (SILVA, 2011, p. 21-22).

É perceptível nesse contexto, como se davam as relações de poder, envolvendo hierarquias controle e vigilância no cotidiano. Tendo por sua vez situações de violência simbólica, humilhações, apelidos depreciativos, revelam que a discriminação racial operava de maneira que disseminou. Atualmente a ausência ou a pouca presença de professores negros em sala de aula, não seria ainda por esses motivos? Os enfrentamentos de hoje, as situações de racismo ainda seriam essas de um século atrás? Também é preciso levar em conta o papel

da formação profissional, ser professor exige que se tenha curso superior, quem é que chega aos cursos superiores? Na maioria das vezes os brancos.

Diante de tudo que foi exposto, o próximo passo trata-se de ouvir e interpretar as entrevistas e depoimento com esses professores e professoras negras, na expectativa de que essas histórias de vida respondam nossos questionamentos e permitam-nos construir um enfrentamento teórico e prático com nossa atuação social.

### 2.3 – Lembranças de Trajetórias de Vida: História e Memória

No item anterior, pudemos traçar conceitualmente os caminhos de nossa pesquisa, problematizando as principais questões que nos levaram ao tema da pesquisa, qual sejam as histórias de vida de professoras e professores negros no sudeste goiano. Neste item o centro de nossa discussão são as histórias de vida desses professores e professoras em sua relação com sua formação e atuação como docente. A busca pelos testemunhos dessas pessoas mostrou-se um processo fundamental para o trabalho, mas impactante, pois muitas vezes as leituras que fazemos não contemplam a dimensão do que é a vida de quem é discriminado, maltratado, marginalizado e, muitas vezes, apagado em suas existências como seres humanos.

Não nos interessa discutir políticas brasileiras atuais que na busca por melhorar a condição social dos negros, se materializam como “contemplação” dos direitos negros sem, no entanto, atingir a raiz do problema que é pensar os negros brasileiros como sujeitos portadores de uma cultura, que, como já dito, não raro coincide com a dos brancos, mas que estão na mesma condição de homens e mulheres inferiores. Assim, nos propusemos a pensar a atuação de professoras e professores negros nas escolas, pois, a partir desses espaços é possível problematizar a questão do racismo no Brasil, apontando para os meios pelos quais o mesmo tem sido disseminado. Nesse sentido, vamos analisar a importância da história das professoras e dos professores negros no sudeste goiano a partir da análise de suas histórias de vida, práticas e desafios encontrados na formação acadêmica e atuação em sala de aula, pensando que esse espaço tem sido de lutas de representações e enfrentamentos, por isso fazemos uso do conceito de cultura escolar para melhor entendermos esses acontecimentos dentro desse contexto.

Interessa-nos considerar o relacionamento entre professores e alunos e outros funcionários das escolas, haja vista, que são pessoas, que às vezes vem de culturas diferenciadas, como pessoas que se encontram em uma situação especial, a de pertencentes à

cultura escolar. Diante disso, pensamos a educação e a escola como lugar de cultura, como lugar ímpar para que as discussões e debates que se construíram em nosso país no combate ao racismo e à discriminação sejam produzidos e socializados. É preciso tomar a escola como espaço que recebe diferentes pessoas, com diferentes histórias, e, nesse caso, o papel da escola deve ser de construtor de uma unidade em torno de práticas que promovam seres humanos melhores, livres de preconceitos e diferenciações que hierarquizam a sociedade. Então temos a construção de uma nova cultura escolar que permita a essas instituições repensar suas práticas educativas, a partir da consciência de que, até hoje, tem sido lócus de reprodução e permanência do racismo e não um espaço de combate.

Assim, nessa próxima parte da dissertação, faremos a apresentação das escolas nas quais nossas entrevistadas e entrevistado trabalho, contextualizando o local de trabalho de cada um.

### *2.3.1 - As escolas encontradas: cultura e racismo como lócus de memória*

As escolas nas quais podemos melhor fazer as observações e, até mesmo, tomar como ponto de discussão foram aquelas nas quais encontramos professoras e professores que se dispuseram a dar entrevistas, pois isso nos deu a oportunidade de também discutir o espaço em que os entrevistados estavam.

Em todas as escolas nas quais passamos, nosso primeiro contato foi diretamente com os coordenadores pedagógicos e/ou diretores, que posteriormente nos encaminharam para falar com as professoras e os professores negros caso houvesse na instituição. No nosso primeiro contato com a escola foi preenchida uma solicitação de acesso às informações da escola: nessa ficha continha as seguintes questões: Nome da escola; Quantos professores e professoras são lotados/as, via concurso público; Níveis de ensino (Fundamental, Médio, Educação Infantil); Quantos professores e professoras são lotados/as, via contrato; Existência ou não de professores negros na escola; Nome da pessoa com a qual foi feito o contato; Meios de contato da escola – telefones e e-mail. Porém, algumas escolas no decorrer das conversas com quem nos recebiam, nos davam mais informações além das que estavam no roteiro.

Diante dessas informações pudemos localizar quem eram as professoras e os professores negros e onde eles estavam, e assim fomos diretamente às escolas onde eles estavam para falar com eles. Na maioria das escolas, como demonstrado no capítulo anterior, não tinham professores negros, e nas que tinham ao falar com esses e explicitar os objetivos

pelos quais estávamos desenvolvendo o trabalho, alguns aceitaram participar do trabalho outros se recusaram. O interessante é que, todos se declararam como negros, mesmo não tendo essa opção nas pesquisas do IBGE, onde a opção é “preto” ou “Preto”, porém todos prestavam a informação de serem negros. Não houve nenhum que se autodefinia como pardo entre os entrevistados.

Todos se identificaram como negros, embora fosse perceptível a pluralidade de suas aparências e feições, alguns tinham a pele bem escura, outros, mais clara, com os cabelos mais diversificados, crespo, liso, cacheado, grande, médio, curtinho, percebemos que entre eles não tinha um modelo pronto e acabado do que é serem negros, todos com seus estilos, crenças, mas se definem como negros. Depois de localizar onde estavam as professoras e os professores, fomos até eles, tivemos acesso a cinco escolas onde trabalhavam.

A primeira foi a Escola Estadual Amélia de Castro Lima, em Goianira – Goiás onde atua o Professor Robson, uma escola simples da cidade que atende a um público da classe baixa. Em 2015, a escola passou por uma reforma, quando o entrevistado era o diretor da escola e, atualmente, tem uma boa estrutura física que atende a diversidade dos alunos, tendo uma sala especial com brinquedos, material escolar, adequados e especializados para alunos com autismo, síndrome de Down, e outras deficiências mentais e físicas. A escola, também, no momento da pesquisa, ampliou a cozinha e o refeitório para as crianças fazerem suas refeições com mais espaço e comodidade, atendendo a alunos da Educação Infantil e Fundamental I. A alimentação das crianças é acompanhada por nutricionista, a água é filtrada, na escola os alunos têm acesso à internet banda larga, à biblioteca, à brinquedoteca. A citada escola conta com cinco salas de aulas, da diretoria, dos professores, laboratório de informática, banheiro dentro do prédio, sendo que todos os espaços e outras dependências são adequados a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. A escola tem 35 funcionários e possui os seguintes equipamentos: computadores administrativos, computadores para alunos, TV, copiadora, equipamento de som, impressora, equipamentos de multimídia, videocassete, DVD, antena parabólica, retroprojeto, impressora, aparelho de som, projetor multimídia. Os professores usam esse material para dar aulas diversificadas para sair da rotina e de métodos tradicionais de ministrar aulas, criando mecanismos de interação e interesse dos alunos pelas aulas. Percebe-se que é comum o uso desses instrumentos.

A escola têm 15 professores concursados, 04 contratos temporariamente, o público é de alunos entre 06 a 11 anos de idade, com dois professores negros ambos concursados, e dentre esses apenas um aceitou fazer parte dessa pesquisa. A escola trabalha com tempo integral todos os dias e é obrigatório permanecer no tempo integral o aluno que se matricular

nessa instituição, a coordenação não especificou quais as atividades realizadas durante esse período. Segundo a Diretora, Ângela F. Gondim de Oliveira a escola desenvolve projetos de combate ao racismo e preconceito e o ensino da cultura afro, esta inserida no PPP da escola. No decorrer da entrevista o Professor Robson, docente dessa instituição, pontua também que a escola sempre tem procurando trabalhar a temática com os alunos, fazendo projetos de combate ao racismo, segundo ele a escola é bem participativa nesse sentido.

Ao chegar à escola, senti aconchego de lar, boa receptividade em participar da pesquisa, em dispor tempo para falar comigo, em separar um lugar reservado para a entrevista. Aparentemente o relacionamento é prazeroso e agradável entre a gestão de professores e direção, entre alunos, entre os responsáveis pela limpeza, pudemos notar tratamento igualitário entre todas as camadas presentes ali naquele recinto escolar. A entrevista com o professor Robson foi feita na biblioteca da escola, por sua opção e por ser seu único horário disponível.

A segunda escola na qual fomos buscar as informações sobre professor negro, foi a escola Municipal Santa Maria Goretti situada em Goiandira – Goiás, lugar de trabalho da professora Joana, onde conforme informação recebida, dois professores são negros, porém somente um prestou depoimento, o outro professor que a escola apontou como negro, não se autodeclarava negro e, como a pesquisa objetivava falar apenas com os professores que se autodeclaravam negros, ele não fez parte dos entrevistados.

A escola possui turmas de Educação Infantil incluindo a pré-escola (Creche Jardim I e II), porém a Creche e Jardim estão localizadas em outro prédio. No prédio onde a professora Joana (nossa entrevistada) trabalha, conta somente com a Educação Infantil a partir do primeiro ano e Ensino Fundamental I, a idade dos alunos varia entre 06 a 11 anos, contam com 16 professores efetivos e 04 contratos temporários, contam com duas cozinheiras e duas responsáveis pela limpeza na escola. O prédio possui nove salas de aula, banheiro dentro e fora do prédio, sala de diretoria, dos professores, laboratório de informática, quadra de esporte coberta, refeitório, cozinha, despensa, lembrando que a alimentação das crianças também é acompanhada por nutricionista. No momento em que realizamos a pesquisa de campo estavam construindo outro refeitório mais amplo para atender a todos os alunos com comodidade. Na escola também têm biblioteca, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, piscina olímpica grande e pequena. A escola é bem equipada possuindo computadores administrativos, computadores para alunos no laboratório de informática, três TVs, uma na sala para filmes, outra na biblioteca e também em sala de aula, possui copiadora, três equipamentos de som, dois pequenos e um grande para apresentações, impressora,

equipamento de multimídia, videocassete, antena parabólica, retroprojetor, câmera fotográfica/filmadora.

Fisicamente a escola está em bom estado, tendo também passado por uma reforma em 2015, nessa escola público alvo varia entre classe baixa e classe media, é a escola onde os pais solicitam mais a vaga para seus filhos. Lá trabalham em tempo integral, não sendo obrigatório a permanência dos alunos em tempo integral. Nesse contraturno são desenvolvidas as oficinas de ballet, capoeira, natação, crochê, violino, futebol, desenho artístico, reforço das disciplinas matemática e português.

Aparentemente o relacionamento entre todos é tranquilo, em alguns momentos a entrevistada relatou que algumas professoras ali sempre ficavam perseguindo ela, em questões de cumprir os horários, ou cumprir o horário na biblioteca com aulas de reforços, ou implicavam por fazer o horário do almoço, qualquer coisa que elas pensassem que Joana poderia estar sendo beneficiada já era motivo de arrumar confusão nos conselhos de classe, sempre em constante perseguição, segundo a professora.

Notamos que ao perguntar à coordenação sobre as discussões de racismo, afirmaram que não existia racismo por ali, que tinham professores negros no quadro de docentes, e também tem duas auxiliares de limpeza e uma auxiliar de cozinha que são negras, alguns alunos (raros) negros também, como mencionamos acima a escola é mais solicitada pela classe média da cidade, e entre a classe média os negros raramente aparecem, muito raro mesmo. A entrevista com a professora Joana, por sua opção foi feita em sua residência.

A terceira escola visitada foi onde a Professora Raquel trabalha no município de Ouvidor – GO, no Colégio Estadual Antônio Ferreira Goulart, que atualmente conta com 12 professores lotados via concurso público, 03 contratos temporários, dentre todos apenas uma professora negra. Não conseguimos falar pessoalmente com a direção da escola, e sim via telefone e e-mail. Nessa escola fomos apenas uma vez e observamos que a estrutura física é mais antiga, aparentemente não houve restauração recente. O ambiente parece tranquilo e calmo e no horário visitado não havia barulhos nem crianças e/ou adolescentes pelos corredores, aparentemente é uma instituição que visa à disciplina dos alunos. A professora Raquel parece ter um bom relacionamento com as colegas professoras, ao chegarmos para falar com ela fomos recepcionados por duas colegas de trabalho da pesquisada que teceu grandes elogios sobre sua pessoa. Não tivemos muita informação sobre essa escola, somente essas que eles ofereceram via e-mail e o que pudemos notar no ato da visita. A entrevista com a professora Raquel foi feita em sua residência, conforme ela mesma escolheu.

A quarta escola visitada foi o local de trabalho da professora Cyntia e da professora Bella, porém ambas optaram por prestar a entrevista em suas residências. A escola Estadual Adelino Antônio Gomide, em Anhanguera – Goiás, conta com cinco professores via concurso e dois contratos temporários, e dos sete professores dois são negros, fomos somente uma vez à escola, e recepcionados pela coordenadora Jane que estendeu alguns minutos de conversa até que a professora Cyntia estivesse livre para nos atender. A professora Bella foi entrevistada em outra escola que trabalhava também, no SEMEC. Segundo as professoras, as escolas são de ótima qualidade, dispendo de materiais necessários para o desenvolvimento das aulas, contando com data show, notebook, biblioteca, secretaria, sala de professores, sala de informática, cozinha, banheiros dentro do prédio das escolas, para alunos e para professores.

Em ambas fomos muito bem recebidos e as pessoas demonstraram bastante atenciosos com a pesquisa, instigados pela temática, o diretor da creche municipal onde Bella trabalhava, também fez várias perguntas sobre o mestrado, como acontecia, como era a pesquisa que estávamos desenvolvendo, foram todos bem atenciosos ao nos receber.

A conclusão que tivemos das visitas às escolas é a de que mesmo com os impasses, conhecer o ambiente escolar foi extremamente importante para o desenvolvimento da pesquisa. Em algumas das escolas eles afirmavam não ter racismo dentro da escola em hipótese alguma, como foi o caso da Escola Municipal em Goiandira e na Escola Estadual em Anhanguera, porém no ato das entrevistas as professoras relatam o contrário no que se diz respeito as suas vivências e memórias no âmbito escolar. E isso significa que, na ausência de “problemas” não tem que ser tratado, ou resolvido, é de praxe o brasileiro negar a ausência do racismo, pois assim não é necessário discutir um problema que não existe.

Em todas as escolas falamos antes com a coordenação sobre a pesquisa, o tema e os objetivos que a pesquisa buscava alcançar. O que pudemos notar, de forma geral é que as escolas não estão preparadas para pensar o racismo como uma característica que a cultura escolar possui, justamente porque tem dificuldade de vê-lo e admiti-lo dentro de suas práticas educativas, não se dá conta de muitas práticas e discursos que contribuam na reprodução deste em salas de aula ou pelos corredores do recinto escolar. A escola não recebe profissionais que tenham um preparo profissional para lidar com o racismo. E, ainda, as experiências dos estudantes, muitas vezes, vêm carregadas com o peso das concepções de mundo e representações familiares, ou seja, é preciso levar em consideração que as crianças e adolescentes chegam à escola com um conhecimento prévio de mundo que é racista, que reproduz discriminação, daí o papel da escola, na reelaboração da consciência histórica dos estudantes, pois são os saberes, as discussões escolares que podem ajudar os estudantes e suas

próprias famílias a repensarem suas formas de ver o mundo. Nóvoa (1992, p. 72) nos diz que “O estilo de vida do professor dentro e fora da escola, as suas identidades e culturas ocultas têm impacto sobre os modelos de ensino e sobre a prática educativa”.

Nesse processo entender o passado se torna fundamental para problematizar o presente. Percebemos também que nessas instituições têm construído estereótipos acerca da cultura afra e do povo negro, principalmente em relação às contribuições destes para nosso país, um desconhecimento em nossa leitura beirando ao descaso sobre o assunto sem levar em consideração as contribuições sociais, culturais, políticas que trouxeram, sem falar no misticismo acerca do assunto.

Um dos princípios que devem orientar os temas, os projetos e as atividades pedagógicas em relação à questão do negro na escola é a desconstrução do preconceito racial e a reafirmação de uma autoestima positiva da população negra e mestiça. Ensinar e aprender sobre e na diversidade, propor situações de aprendizagem que sejam desafiadoras e que tragam novos conhecimentos são cuidados que se deve ter quando o que se estuda vem carregado de imagens e crenças baseadas no preconceito e na discriminação (BRASIL, 1996, p.1).

Como Gomes (2002) aponta, no cerne da escola ainda existe exclusão, o que às vezes dificulta tanto o acesso quanto a permanência de alunos negros, e essa panorâmica que exclui lida com as diferenças como deficiências e isso se transforma em desigualdades raciais. Segundo a autora as desigualdades que são construídas são direcionadas a negros e negras e a partir disso, esse povo cuja sua história durante muito tempo sustentou a formação cultural, social e histórica do país, começa a ser estereotipado tornando-se, o fato de ser negro ou negra, um estigma.

Em muitos recintos escolares isso tem acontecido, e os educadores de certa forma não têm reagido a isso, naturalizando a situação com algo normal e até mesmo corriqueiro.

Se passarmos em revista vários currículos do Ensino Fundamental e Médio, veremos que o negro, na maioria das vezes, é apresentado aos alunos e às alunas unicamente como escravo - sem passado, sem história - exercendo somente algumas influências na formação da sociedade brasileira. Numa outra face desse mesmo procedimento, o negro, quando liberto, é apresentado como marginal, desdobrando-se na figura do “malandro”. Essa postura reforça o estereótipo do não-lugar social imposto ao negro e impede que o vejamos como sujeito histórico, social e cultural. Cabe a nós, educadoras e educadores, a tarefa pedagógica, política e social de desnaturalizar as desigualdades raciais como um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o negro e de uma pedagogia da diversidade (GOMES, 2002, p. 6).

José Carlos Gomes da Silva (2006) aponta que, alguns estudos qualitativos em meados de 1980 identificaram que no cotidiano escolar existia uma crescente desigualdade étnico-racial, na qual o currículo escolar ignorava as experiências afrodescendentes, e quando pontuado no livro didático era mediante um constructo de inferioridade aos brancos, (escravidão, dentre outros). Segundo o autor, os professores se encontravam despreparados para trabalhar com a temática dos afrodescendentes ou cultura afro-brasileiras nas escolas e Silva aponta que, diante disso, a questão racial que até então era tida como questão pedagógica começa a ganhar outras nuances, ou seja, no âmbito político, que segundo o autor as relações desiguais devem ser modificadas por meio de intervenções de natureza política, pois do contrário continuaram a ser reproduzidas no bojo social.

Esse problema foi durante muito tempo um fator presente nas escolas, pois a cultura escolar encontrava-se e ainda se encontra em grande parte, como pudemos perceber em nosso trabalho de campo, centrada na perspectiva eurocêntrica, impossibilitando a diversidade étnico-racial de ser abordada com coerência. Sem contar na visibilidade estereotipada do povo negro nos livros didáticos, ou de conceitos equivocados.

Dessa forma as etnias africanas apareciam nos ambientes escolares como um grupo indiferenciado, destituído de identidade cultural própria. A vida cotidiana dos escravos também não merecia qualquer referência. Apenas o caráter mercantil do sistema escravocrata era digno de nota. Mas esta situação histórica não aparecia relacionada com a etapa preliminar de acumulação primitiva do capital, assim, ao se eliminar o caráter transitório da escravidão, reafirmava-se a predisposição natural do negro para o trabalho servil. A situação era tão crítica que os alunos do Segundo Grau chegavam a classificar como negros os escravos brancos da Antiga Grécia, pois entendiam ser esta a condição única dos povos africanos na história da humanidade (SILVA, 2006, p. 3).

É notório, como mencionado acima, que o negro estereotipado é visto de forma folclorizada e, nesse caso, ao reafirmar essa forma de interpretação da cultura africana a escola acaba reproduzindo, os valores culturais ocidentais, contribuindo para o desmerecimento e a invisibilidade dos patrimônios culturais africanos, o que causa impacto e marcas profundas na autoestima e memórias do aluno negro.

Durante a fala das professoras negras ficou evidente que a discriminação que o povo negro sofre na sociedade é reproduzida dentro das escolas, e isso foi perceptível pelas falas e até mesmo por parte da coordenação. Não querem falar sobre o assunto, não querem “expor” as “pessoas de cor”, pois segundo alguns falar no assunto é expor, então é mais fácil pontuar que o racismo não existe na escola, alguns se apropriaram do conceito de democracia racial, para justificar esse silêncio.

Alguns dos maiores orgulhos da sociedade brasileira tem sido a afirmação e a divulgação da sua suposta democracia racial, especialmente quando comparada com a negrofobia da sociedade norte-americana. Contudo, a discussão do racismo no Brasil é um dilema, para não dizer tabu, haja vista que 89% dos brasileiros concordam que a sociedade é racista e somente 10% admitem serem eles mesmos, racistas, [...] os brasileiros praticam a discriminação racial, mas só reconhecem essa prática nos outros (OLIVEIRA, LIMA, SANTOS, 1998, p. 38-39).

O que notamos é que a escola se mostra, em diversos momentos, como um ambiente reprodutor do racismo e, algumas vezes, parece valorizar a diversidade, mas as reações são sempre as mesmas: não discutem o assunto, e quando o fazem é para dizer que o racismo não existe. Como afirma José D'Assunção Barros (2010, p. 75),

Sobre diversidade cultural não significa apenas o reconhecimento do “outro”, ou da existência do “outro”, mas deve provocar processos em que seja possível repensar a relação estabelecida entre o “eu” e o “outro”. Uma consideração pura e simples da existência do “outro” e de sua diferença indica uma centralidade da atenção insistentemente voltada para o “grupo do eu”, a “história do eu”, o “povo do eu”. [...] Nem sempre o diferente nos encanta até mesmo pela nossa potencialidade etnocêntrica, ele nos assusta. Todavia, ao mesmo tempo nos desafia a olharmos para nós mesmos. Embora saibamos que todos os grupos humanos apresentem inclinações para posturas etnocêntricas.

Nesse tempo de pesquisa, dialogando com alguns professores, das escolas que visitamos brancos ou negros, pudemos notar que alguns educadores não tem uma formação voltada para ensinar a diversidade, pois também tiveram uma educação e uma formação “eurocêntrica” na qual não ensinavam história do negro ou da África, e quando esses estudos eram ministrados em sala de aula, geralmente era por algum professor negro que lecionasse na instituição, pois ele sente como se fosse sua resposta ao racismo e ao mundo, uma maneira até mesmo de se defender, como foi apontado pela professora Cyntia em uma conversa informal.

Devemos salientar a importância da criação da lei 10. 639/03, que tornou obrigatório o ensino de história da África. Nilma Lino Gomes (2009) mostra que,

Com avanços e limites a Lei 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afrobrasileira e Africana possibilitaram uma inflexão na educação brasileira. Elas fazem parte de uma modalidade de política até então pouco adotada pelo Estado brasileiro e pelo próprio MEC. São políticas de ação afirmativa voltada para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras reivindicadas pelo Movimento Negro e demais movimentos sociais partícipes da luta antirracista (GOMES, 2009, p. 8).

Conforme aponta a autora, a constituição de 1988 institui a educação como um direito social de todos, ao tratar de políticas educacionais, e, no entanto, a lei 10.639/03 também está vinculada ao direito da educação, na qual a cultura afro está inserida como disciplina a ser ofertada nas escolas. Como política pública, ainda é um processo em andamento, haja vista, que da sua criação para sua implantação nas escolas é um grande salto, pois tem sido algo complexo no Brasil, seja por falta de capacitação dos professores para trabalhar a temática, seja por falta de interesse da escola em discutir uma cultura diferente da “eurocêntrica” que é o cerne das discussões no meio da cultura escolar, enfim, os desafios para a efetivação desta lei são enormes, mas não impossível.

A efetivação desta lei é extremamente importante no currículo escolar, pois, o direito a diversidade passa a ser estabelecido e introduzido na educação, o que acreditamos, intervém na consciência histórica dos alunos, que a partir de então terão uma formação diversificada e poderão ser agentes combativos do racismo e da ideologia de democracia racial. Assim, vemos a necessidade de que a lei seja efetivamente atendida e seja garantida em setores como a educação, nos seus aspectos amplos: nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais. Nossa pesquisa nos mostrou que é de suma importância a viabilização cada vez maior do atendimento a essa legislação, que apesar de problemas vistos por muitos estudiosos, ainda é uma ação efetiva de combate ao racismo contra o negro. São ações afirmativas de caráter social, político, cultural, de reconhecimento de um povo que durante muito tempo foi silenciado ou estereotipado, nos livros didáticos, na imprensa, na cultura escolar, no meio social dentre outros.

É importante reconhecer que a Lei 10.639/03 e suas diretrizes representam a implementação de ações afirmativas voltadas para a população negra brasileira, as quais são (e devem!) ser desenvolvidas juntamente com as políticas públicas de caráter universal. Trata-se de uma demanda política do Movimento Negro nos dias atuais e de outros movimentos sociais partícipes da luta antirracista na construção da democracia. Uma democracia que assuma o direito à diversidade como parte constitutiva dos direitos sociais e assim equacione de forma mais sistemática a diversidade étnico-racial, a igualdade e a equidade (GOMES, 2009, p. 13).

Isso nos mostra como é preciso intervir no mundo escolar de forma a identificar e combater as reproduções do racismo. Nossa pesquisa em muito nos colocou de frente ora às negações, ora às dissimulações de um racismo que é parte da cultura brasileira, mas que de forma nenhuma é algo natural e sendo construção de uma sociedade dividida em classes e grupos, pode ser combatido à medida que desvelamos como o mesmo foi elaborado e imposto, se tornado uma marca de cultura, mas justamente por isso devendo ser extirpado de

nosso meio. Nas escolas pesquisadas pudemos ver as experiências dos indivíduos tanto profissionais quanto pessoais com o racismo, em um meio que por sua condição educadora deveria combater as discriminações e, mesmo, opressões que as pessoas sofrem por serem negras.

No decorrer das entrevistas, como mostraremos adiante, foi notório posturas ora combativas, ora de silenciamento, ora de negação da existência do racismo. Mas percebemos ainda que nosso objetivo de, através das memórias das professoras e dos professores identificarem experiências de racismos ocorridas a esses sujeitos, nos permitiu entender que a memória tem a primordial importância de reconstruir o que outrora foi vivido, por meio das representações do indivíduo no mundo que o cerca.

Isso porque como veremos adiante foi através das memórias contadas pelos sujeitos que pudemos conhecê-los e reconhecê-los como sujeitos em um mundo que os tem feito vítimas ou silenciados, mas também portadores de uma consciência de si que os faz sujeitos de suas histórias. Não é preciso aqui retomar toda uma discussão sobre o papel da memória nos processos narrativos das histórias de vida.

No entanto, é preciso deixar claro que a pessoa instada a contar sua vida, o faz de um dado ponto de vista, de um dado lugar, e no nosso caso como a provocação do lembrar foi feita a partir de como esse sujeito viveu experiências escolares de racismo, o *locus* de lembrar-se desses sujeitos é, pois a cultura escolar. Salientando que o enfoque da pesquisa não é, necessariamente, a cultura escolar, mas sim, a apreensão da mesma como participante de uma cultura maior que ainda é racista e discriminatória. No entanto, a escola para nós como pesquisadoras, é o espaço de entrada na vida das professoras e do professor que são os nossos sujeitos, então ela é, o nosso ponto de observação, é o espaço de cultura, nosso *locus* de pesquisa. Como pontua Dominique Julia (2001), que descreve a cultura escolar.

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, p. 3).

No entanto, o autor reforça que, para além dos limites da escola, existe uma amplitude no que diz respeito a modos de pensar e agir. O autor nos chama a atenção para nos atermos

no interior das escolas e seu funcionamento interior, em suas praticas, cotidiano, conforme aponta a escola não se trata de um local de tão somente transmissão e reprodução da cultura e conhecimentos, transmissão de aprendizagens e saberes, mas também um lugar de recomendações de comportamentos e hábitos, “que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade” (JULIA, 2001, p. 14). A cultura escolar segundo Julia deve ser analisada de acordo com suas relações, sejam de atritos ou de tranquilidade. Ou seja, a cultura escolar não pode ser compreendida sem as análises das relações que ela mantém.

A análise do autor sobre cultura escolar se trata, dos séculos XVI e XIX, onde o autor ressalta que naquele período, os historiadores tinham uma visão diferente dos dias atuais, pois, para eles a cultura escolar estava baseada somente nos acontecimentos do interior da escola, nada ao redor ou do lado de fora seria interessante de ser estudado, analisado, ou seja, essas relações que pontuamos acima se são pacíficas ou conflituosas.

No colégio jesuíta, as hierarquias das antigas ordens seriam substituídas, como por milagre, pela igualdade fundada no mérito individual, e os ruídos da corte e da cidade não penetrariam nos pátios de recreio ou nas salas de aula; a escola de Jules Ferry teria sido inteiramente reservada à formação de perfeitos republicanos. Esta visão um pouco idílica da potência absoluta dos projetos pedagógicos conforma talvez uma utopia contemporânea. Ela tem muito pouco a ver com a história sociocultural da escola e despreza as resistências, as tensões e os apoios que os projetos têm encontrado no curso de sua execução (JULIA, 2001, p. 11).

No espaço escolar, diga-se, no espaço de uma cultura escolar, observamos um conjunto de lutas e representações, de memórias, silenciamentos e esquecimentos, pois este é um espaço onde relações culturais e sociais são criadas, reproduzidas, transmitidas, e vivenciadas, e não dá pra silenciar os ruídos internos, pois a educação não se dá tão somente no interior das escolas.

Filho et al (2004) pontua que:

Uma das facetas mais instigantes desses estudos sobre as culturas escolares é que eles buscam articulá-las a várias outras categorias de reconhecido potencial analítico, dotando as investigações de importantes ferramentas inclusive discursivas para dar uma maior e melhor inteligibilidade aos estudos históricos realizados. Assim, os trabalhos que se debruçam sobre os sujeitos escolares (professores, alunos, diretores, inspetores, etc.) e suas ações conformadoras e instituidoras das culturas escolares têm crescentemente utilizado as categorias de gênero, classe, raça, geração, etnia, entre outras, como instrumental teórico-metodológico para entender as ações e os lugares ocupados por esses

sujeitos nas teias que envolvem e fabricam as culturas escolares (FILHO et al. , 2004, p. 152).

Daí, inferimos a importância de pensar a escola como objeto de pesquisa, mas principalmente como lugar de ação. Muitos dos professores e professoras que encontramos especialmente os que não se sentiram à vontade para nos conceder entrevistas, tem consciência do significado da escola na formação de gerações que pode combater a discriminação e o racismo. Isso porque, percebemos, ainda, que crescentemente o medo de se falar sobre racismo tem sido veemente combatido, à medida que as instituições educacionais vão se adequando à legislação, mas também a própria dinâmica social, na qual os grupos sociais tem encontrado espaço para as lutas e demandas de pessoas oprimidas e marginalizadas por sua cor.

Segundo Gomes (2002) a escola, é conceituada como um espaço de ensino e aprendizagem, porém, não somente o lugar de compartilhar saberes escolares, mas, todavia, crenças, hábitos, e, da mesma maneira, os preconceitos raciais. E a identidade ~~nessa inércia~~ acaba sendo vista como a construção que o individuo faz de si mesmo, através do conhecimento que ele obtém dos outros a partir de suas ações.

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante toda a vida, por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto e dependem, de maneira vital, das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra (GOMES, 2002, p. 3).

Conforme aponta a autora, nesse sentido entendemos a identidade negra como um constructo social, cultural e histórico, permeado de conflitos e diálogos, por isso a cultura escolar e a identidade negra estão conectadas na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente. Nesse sentido, quando falamos de escola e cultura escolar, nos identificamos com essa diversidade, sendo um dos espaços que interfere na construção da identidade negra, e no que concerne a essa cultura escolar, ela pode tanto valorizar as identidades e diferenças, ou discriminar. E é nesse emaranhado que temos a ligação entre cultura escolar e racismo, pois é também preciso considerar que a escola no Brasil, especialmente no período pós-Ditadura Civil Militar, passou por um processo também de democratização, o que a fez alcançar populações antes fora da escola como os negros, o que também por seu lado, forçou pesquisadores e educadores a enxergar essas pessoas, pois ali

elas estavam. Nesse processo podemos dizer que a presença negra, fez toda a diferença dentro da cultura escolar, mesmo que, como nos mostrou a pesquisa, a escola seja um dos lugares de racismo, ela também é espaço da desconstrução deste, pois não tem como negar a presença das pessoas que ali estão.

Segundo Renísia Cristina Garcia, em seu livro "Identidade Fragmentada", (2007) para fazermos uma análise mais coesa sobre a história dos negros no que tange à educação brasileira, é necessário levar em consideração o âmbito escolar em suas diversas interfaces com a sociedade, visando os conflitos que alcançam e inferem no sujeito histórico. Nesse sentido se faz necessário compreender a educação em suas diversas matizes.

A escola é considerada o lócus privilegiado para a educação em direitos humanos, porque nela se dá a formação por meio da transmissão cultural. Nesse sentido, valores e hábitos se perpetuam extrapolando o ambiente escolar e influenciando a convivência social, no seu sentido mais amplo (GARCIA, 2007, p. 45).

Diante disso, reforçamos o papel da escola na elaboração/reelaboração da consciência histórica, ou seja, o aluno pode aprender novos saberes que lhe permitam transformar suas concepções de mundo e, mesmo, suas representações. A partir da escola é possível construir uma nova consciência em relação ao racismo e à discriminação, se esses temas se tornam elementos para o ensino e aprendizagem dos alunos. Nesse sentido é preciso pensar com Rüsen (2010) que a consciência histórica não é algo pronto ou acabado, ou que se adquire só nas aulas de história, mas sim que é fruto de uma concepção de escola, de ensino e aprendizagem e da atuação dos sujeitos da cultura escolar. Se um estudante possui ideias preconceituosas e racistas a escola pode permitir ao mesmo, o encontro de outras visões de mundo e, mesmo, alertá-lo que sua forma de ver o mundo não é única e pode significar opressão para outras pessoas. Nesse processo, pensar a escola como um espaço de cultura é pensá-la como lugar que coloca em relação diferentes formas de compreender o mundo.

Lembrando que durante muito tempo a educação foi algo que esteve centrado nas mãos dos brancos, sendo, portanto, uma educação para brancos, atualmente encontrar professores negros atuantes em sala de aula já pode ser considerado um grande avanço, um salto na história do Brasil, pois em séculos passados esses nem nas salas de aula estavam, como aponta Garcia (2007):

Conhecer a história da educação do negro significa, dentre outras coisas a necessidade de adentrar esses diferentes tipos de escolarização e educação, como espaços de construção da cidadania e fonte de

conscientização da origem afro-brasileira. Consequentemente, a invisibilidade social é desnaturalizada fazendo emergir as diferenças nas formas de tratamento, a desigualdade racial e social. Os poucos exemplos citados dão mostra do exclusivismo que foi a educação brasileira para as populações brancas, em especial as de posse. A alguns brancos era vetada a participação nesses espaços educacionais, em função da classe social que ocupavam, ou seja, foram excluídos efetivamente por questões econômicas. Para os negros, a questão foi dupla, primeiramente racial, e, em segundo econômica (GARCIA, 2007, p. 36-37).

Ressaltamos que foi extremamente difícil encontrar professores negros que se dispusessem a falar sobre o tema e nos conceder a entrevista seja por medo, como já dito, por silenciamento (o silenciamento é resultado do medo) ou mesmo por não se interessarem pelo tema.

Particularmente, creio que esse assunto seja uma ferida aberta que ainda sangra dentro de muitos negros, e por segurança é preferível não tocar nessa ferida para que assim ela não fique tão dolorida, pois são dores que somente eles sabem e as situações vividas somente eles vivenciaram, e hoje como as expectativas são muitas vezes frustradas, decidem não falar do assunto. Essa foi a impressão que tive ao ouvir: “não tenho interesse em falar sobre o assunto, não vai resolver nada e nem mudar nada”. Também existem os casos nos quais os negros aceitaram essa inferioridade imposta pela sociedade, de crer que realmente o branco é melhor. Isso é uma das representações presentes na cultura escolar: a reprodução de um valor que é amplamente aceito na cultura brasileira.

Em uma entrevista à revista *Fórum* no artigo intitulado “Nosso Racismo é um crime perfeito”, o antropólogo Kabengele Munanga (2012) relata que:

Há negros que introduziram isso, que alienaram sua humanidade, que acham que são mesmo inferiores e o branco tem todo o direito de ocupar os postos de comando. Como também tem os brancos que introjetaram isso e acham mesmo que são superiores por natureza. Mas para você lutar contra essa ideia não bastam as leis, que são repressivas, só vão punir. Tem que educar também. A educação é um instrumento muito importante de mudança de mentalidade e o brasileiro foi educado para não assumir seus preconceitos. O Florestan Fernandes dizia que um dos problemas dos brasileiros é o “preconceito de ter preconceito de ter preconceito”. O brasileiro nunca vai aceitar que é preconceituoso. Foi educado para não aceitar isso. Como se diz, na casa de enforcado não se fala de corda (MUNANGA, 2012, p. 6).

Acreditamos que nossas dificuldades em conseguir professores para dividir conosco suas experiências enquanto professora ou professor negro, se dá por esse peso de uma cultura racista que fez perdurar múltiplas formas de negar esse racismo. Outro impasse, como mostramos nos dados quantitativos, foi o fato de não encontrarmos mesmo professores

negros, pois são a minoria. Essa situação por si só, reforça a pertinência de nosso trabalho de denunciar essa inexistência de professores negros, denunciando em decorrência o pouco acesso que essas pessoas têm à universidade e, portanto, a formação docente. Nesse sentido esse trabalho, dentro de um mestrado cuja área de concentração é em formação de professores, é também um alerta para como a universidade tem debatido a questão do racismo e, mesmo, o acesso de negras e negros à educação superior.

Munanga aponta que em termos comparativos a situação dos negros e brancos encontram diferenças gritantes, haja vista que existe uma violência originada pelas diferenças étnico-raciais nas quais os direitos humanos são desrespeitados, o índice de analfabetismo do povo negro é gritante, a quantidade de negros egressos na universidade é mínima, a expectativa de vida de brancos no Brasil gira em torno de 65 anos, enquanto o povo negro é de 59 anos, Alberto ressalta que a qualidade de vida dos negros no Brasil é uma das piores do mundo.

Segundo Márcio Mucedula Aguiar, pelo ponto de vista biológico, a categoria “raça” não se mantém para refletir as diversidades que caracterizam a humanidade. O conceito “raça” é utilizado para compreendermos o surgimento de algumas desigualdades sociais, não se fundamentando biológica ou naturalmente, mas possui existência nominal e efetiva no mundo social. Para o autor esse conceito opera na visão e na maneira como as pessoas se definem na realidade social. No Brasil, por exemplo, a cor e raça têm significados parecidos no senso comum, a “raça” negra ou a cor, está intimamente ligada a um serie de estereótipos e preconceitos que dão fundamentos para as atitudes discriminatórias e diversas práticas racistas, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento pleno dos seres humanos. Aguiar afirma que

Se a raça não existe enquanto dimensão biológica, ela existe enquanto construção social. Nas suas relações cotidianas, os grupos se autoclassificam e classificam os outros enquanto raças. Esse constructo orienta e dá sentido a autoavaliações recíprocas que podem levar á aproximação ou o afastamento entre os grupos sociais. [...] Nesse sentido a “raça” aparece enquanto categoria adscritiva, funcionando como fator de criação e manutenção das desigualdades. No capitalismo, os grupos sociais tendem a utilizar a “raça” como um dos fatores para justificar seus privilégios e inviabilizar o acesso dos grupos racialmente subordinados a essa posição (AGUIAR, 2011, p 44-45).

Diante de tudo que foi exposto acima, concluímos que raça e racismo podem ser interpretados como permanências de memória que regem a cultura escolar até hoje, mantendo práticas discriminatórias que parecem definir os sujeitos de forma definitiva. No entanto, quando colocadas nos debates podem ser elementos de transformação de culturas escolares

que se mostram perpetuadoras das representações que definem negros e brancos, sendo, pois espaço de problematizações de conceitos e preconceitos dos quais ela é portadora. As escolas, como responsável da socialização do conhecimento e do saber, no âmbito da nossa discussão, devem produzir representações positivas, sobre os negros que ainda vivem imersos à história de exclusão. Por isso é necessário ser problematizada, a questão racial em consonância com a cultura escolar, gerando, produzindo e reproduzindo essas representações positivas tanto para os negros quanto para os brancos que com estes convivem.

Assim, nossa tarefa de encontrar as escolas, foi nos dando dimensão do que era nosso trabalho, do que significava e como o mesmo intervinha em um mundo pouco afeito a pensar sobre si mesmo. Depois de encontrar por meio da escola, quem são os professores negros, colhemos os contatos, (e-mail, telefone, WhatsApp) de todos os possíveis entrevistados e entrevistadas, e já entramos em contato falando da pesquisa e da intenção de entrevistá-los. Duas semanas depois não obtivemos retorno no e-mail, então entramos em contato via telefone. As respostas foram as mais variadas possíveis: alguns dos professores e professoras elencados na lista se recusaram a participar da entrevista, sem justificativas; alguns disseram que o semestre estava corrido e a carga horária de trabalho era tamanha que não tinham disponibilidade de tempo; um professor disse que não desejava contribuir com a pesquisa, pois, já havia contribuído com outras pesquisas acadêmicas e não tinha visto resultado nenhum, e que não adiantava mais falar sobre racismo e que a “coisa já se alastrou”; mas em fim, cinco pessoas se dispuseram a serem entrevistadas, e assim, pudemos compor o conjunto de depoentes de nosso trabalho.

### *2.3.2 – Ser professora e professor negro: o fio da memória*

O processo de elaboração das entrevistas se pautou primeiramente no respeito pelo pela vida, pois o objetivo principal era ouvir a voz de professoras e professores negros, descobrindo como falam de seu trabalho e de suas experiências educativas e como essas se relacionam ou não com experiência de racismo. A partir dessa perspectiva nos preocupamos em elaborar um roteiro de entrevista que atendesse aos nossos objetivos, mas que dessa liberdade a quem narrava / contava sua vida. Nosso limite foi de tempo, pois diante do exposto, creio que 24 meses é um tempo muito curto para quem deseja trabalhar com fonte oral e, história de vida, pois, o tempo disponível de conhecer, dialogar, explicitar melhor sobre a entrevista, entender talvez as frustrações com pesquisas anteriores e mostrar outro viés da

importância da pesquisa acadêmica, talvez nos proporcionassem mais entrevistados, e Isso é importante metodologicamente, pois é, pois, lidar com depoimentos é um trabalho demorado que nem sempre os 24 meses de curso dão conta. E por isso nos concentramos mais no ponto central da discussão, sabendo mesmo que para histórias de vida, conforme nossa discussão teórica deveria ampliar os relatos, as discussões e, conseqüentemente, toda a pesquisa.

### 2.3.3 Joana Darc de Fátima Ferreira Silva: A Candace de Goiandira

A primeira entrevistada foi a professora <sup>6</sup>Joana Darc de Fatima Ferreira Silva, 50 anos de idade, professora prestes a se aposentar, residente em Goiandira - Goiás. É uma professora negra, fisicamente a pele bem escura, cabelos crespos e curtos, já com alguns fios brancos, Desde o início da entrevista já estava demonstrando tristeza por falar do assunto, que segundo ela é voltar num passado que deixou muitos dissabores e dores, mas é uma pessoa alegre, extrovertida, fala alto e estridente, é extremamente engraçada, sempre usava jargões que nos arrancava risos, dentre eles alguns mais usados durante a entrevista: “*nossa senhora, sofri a ufa na vida*” “*ixi, trabalhava demais da conta, sofria mais que subaco de aleijado*” “*eu era nega dura*”.

A entrevista foi realizada em sua residência, estávamos sozinhas na cozinha e seus filhos (uma filha com 20 anos de idade, um filho com 18 anos, e um filho/sobrinho com quatro anos) estavam na sala, seu esposo trabalhando, esses são os moradores da casa. Joana é casada há 20 anos. Durante a entrevista hora ou outra os filhos de Joana que estavam na sala, caíam na risada com os jargões que a mãe utilizava durante a entrevista. Joana além de professora é autônoma, é quitandeira, faz salgados e vende pelos bairros da cidade, coloca barraquinha de salgados nas feirinhas da cidade nas terças, quintas, e sábados das 18h às 22h00 horas, juntamente com sua filha mais velha e sua irmã caçula.

Ela é a famosa em fazer consórcio na cidade, diversos moradores fazem parte dos seus <sup>7</sup>consórcios de dinheiro há muitos anos.

Na verdade, segundo moradores, Joana faz de tudo, ela é tudo. Sua mãe faleceu há seis anos e desde então ela assumiu o encargo de cuidar dos seus irmãos que são solteiros (42 e 60

---

6 Joana é minha tia, de primeiro grau, irmã da minha mãe. Morei com ela dos 15 anos de idade aos 23 anos, com intuito de fazer curso superior, já que meus pais moravam na fazenda. Mas na minha infância, ela também cuidava de mim e a maior parte do meu tempo eu passava com ela na casa dela. Nosso vínculo é para além de tia e sobrinha, e sim de mãe e filha.

7 Ela reúne 12 pessoas, para que possam todo mês dispor de uma quantidade de dinheiro, O consórcio de dinheiro funciona da mesma forma que um consórcio de automóvel ou imóvel. Porém, a principal vantagem é poder escolher quando e para o que utilizar o dinheiro.

anos de idade), ela que faz as transações bancárias deles, leva ao médico, arruma emprego, são mais dois filhos que ela cuida com muito amor e carinho.

Joana é, para sua família, uma hospedeira, cuidou de uma sobrinha durante seis anos aproximadamente, enquanto os pais dela moravam na fazenda e ela precisou vir para cidade estudar, depois pegou outro sobrinho para cuidar, pois o pai fazia uso de drogas e a mãe é deficiente mental. No momento da entrevista, cuidava do netinho de oito meses, juntamente com a mãe da criança de 16 anos. Enfim, por essa minibiografia, podemos perceber que Joana é hospedeira, caridosa, e sempre pronta para ajudar, parece que existe mil mulheres dentro dela para executar tantas funções. Ela deseja se candidatar a vereadora da cidade nas eleições de 2016. No decorrer da entrevista, algumas vezes mandava parar a entrevista e apagar um pedacinho para falar de novo, porque tinha esquecido alguma parte. Essa foi uma das entrevistas com maior duração.

No início da entrevista, nos relata com muita tristeza os fatos vividos, por se recordar da árdua vida de criança e mais, por se lembrar de todos os desafios que teve que enfrentar na sociedade pelo fato de ser negra. Situações de desmerecimento, de inferiorização, enfim, essa professora conseguiu mesmo com lágrimas nos olhos narrar histórias chocantes que vivenciou durante sua vida. Diz que foi difícil para ela ser e estar inserida em um sistema educacional que segrega os negros, tanto como aluna quanto como professora, em especial como professora que enfrentou grandes lutas para ser aceita.

Numa sociedade multifacetada, como a brasileira, é preciso lembrar que a história da educação dos grupos de origem negra indica-nos processos discriminatórios no sistema educacional oficial, que não são perceptíveis para grupos urbanos brancos que convivem em um mesmo espaço e tempo (GARCIA, 2007, p. 37).

No final da entrevista diz sentir angústia por lembrar-se de dias tão difíceis em sua vida, mas que com força e determinação conseguiu romper.

Joana assim conta sua infância, a partir de como estudo. Ela diz que sempre estudou em:

Escola pública foi muito difícil estudar, família pobre de nove irmãos, trabalhava e estudava desde criança, tinha que trabalhar porque a pobreza era demais senão trabalhasse passava fome tinha que ir pra fazenda com os pais, geralmente o negro é discriminado desde quando nasce o povo de antigamente falava que tinha que morrer no ninho. Fiz a educação infantil em Cumari, na Escola Estadual Moisés Ferro, e o ensino fundamental foi na escola estadual Getúlio Vargas no turno noturno, estudava com o livro dos filhos da patroa, pois, estes estudavam durante o dia e usava os livros para estudar a noite, pois trabalhava não tinha como estudar durante o dia, o

ensino médio também na escola pública em Goiandira, Colégio Estadual Dom Emanuel no turno noturno, trabalhava o dia todo de doméstica, os livros eram ganhos algum tinha que comprar. Fazia as provas sem ter tempo para estudar, no esforço e vontade de vencer, de conseguir uma vida melhor do que tinha e ajudar em casa a família que sempre precisou de ajuda, naquele tempo somente eu prossegui com os estudos, os outros desistiram, talvez por falta de incentivo ou até mesmo por falta de vontade de vencer, com tantas dificuldades não aguentaram as pressões e desistiram, mas eu tinha uma meta de vencer e formar e ser professora. Um dos meus irmãos morreu analfabeto, lembrando que meus pais também eram analfabetos e não valorizaram a importância da educação, o ensinamento era de que o importante era não roubar não matar e ser honesto, isso é o fator primordial para ser um cidadão de bem, e não incentivava os nossos estudos (FERREIRA, JOANA DARC DE FATIMA SILVA. Entrevista 01, Jun. 2016, p.1).

A partir do que foi descrito acima, podemos levar em consideração a importância do ensino público para as populações pobres e, principalmente o ensino noturno, que deu oportunidades para a classe trabalhadora estudar e trabalhar, ora a função do ensino noturno no Brasil, sempre foi essa, atender a grupos que precisam de salários para se manter, mas ao mesmo tempo, querem ter uma formação. Nem sempre esse ensino noturno dá conta das demandas sociais, mas ele foi fundamental no processo de escolarização das populações mais pobres, dentre estes os negros, pela própria história do país, pelo racismo e por todas as discriminações são os grupos mais presentes.

Joana começa narrar sua história a partir da infância, de todas suas histórias e memórias que tem sobre o que é ser negra, ela faz essa busca para retratar onde tudo começou, onde foram seus primeiros contatos com o racismo. Ela é bem consciente do que é ser criança negra, de como ali, com sua família, vivia as situações que levaram ela e seus irmãos a determinadas e diferentes formas de entender sua história. Quando se diferencia do irmão analfabeto, ela quer dizer que naquele tempo era muito difícil para o negro realmente estar na escola, como ela fala em alguns momentos da entrevista, a vida era difícil para quem era pobre, mas, para quem era negro era mais difícil ainda, e de todos os irmãos ela foi a única que continuou os estudos e fez o curso superior, os outros não tiveram ousadia de enfrentar a sociedade e o racismo, ficando para trás. Ela traz à tona, evidências que seus pais não incentivava nos estudos, porque naquele tempo o importante era trabalhar e como sua mãe dizia “preto não tem vez”, então não incentivou os estudos, o que dificultou ainda mais sua caminhada.

Estudar foi uma iniciativa individual, porque ela acreditava que essa seria a única forma de ter uma vida diferente, de dar um futuro melhor para sua família, de se ascender socialmente, ela pensava e agia por esse viés, no qual a educação, os estudos, a formação

universitária seria o caminho por um futuro promissor, mesmo que para isso tivesse que enfrentar os preconceitos e racismos.

E, nesse emaranhado de situações difíceis, ela se engrenou e seguiu adiante. Quando nos conta de seus primeiros contatos com a escola, ela reconta suas memórias tristes e amargurantes de uma educação tradicional que recebeu aquele ensino que o professor era o detentor do conhecimento e o aluno reproduzia o que ouvia, e se fugisse as normas era advertido até mesmo fisicamente, como foi o caso das reguadas relatadas pela professora.

Educação pública, ensino tradicional, de levar régua nas mãos, tenho raiva até hoje de uma professora da reguada que ela me deu, foi a primeira e última, ficávamos de castigo em cima dos milhos, copiava 100 linhas de texto, naquela época não tinha nem pasta para levar os materiais. Terrível lembrar-se desse tempo de tanta tristeza e pobreza (FERREIRA, JOANA DARC DE FATIMA SILVA. Entrevista 01, Jun. 2016, p.1).

A educação antes de 1974 era bastante severa diz ela, que não tinha essas regalias que temos hoje, aluno respondendo professora, segundo ela “se falasse um pouquinho mais alto com a professora, a reguada comia mesmo” (risos). Se pensarmos em um ensino, adequado a seu tempo, vemos as marcas de um país vivendo uma ditadura, que por seu lado podemos dizer, era um momento em que uma elite branca defendera para si, um governo autoritário, cujas preocupações eram, basicamente e de modo geral, manter as populações pobres educadas para o trabalho. Ela diz que

Na minha época, tinha que pensar o que o professor pensava, se falasse uma vírgula diferente do que ele tinha falado, a reguada comia. Se errasse tabuada a reguada comia, se não cantasse o hino a reguada comia, e para tudo tinha uma punição. Graças a Deus fui punida somente uma vez por causa de conversa paralela, e foi pra nunca mais ela me encostar aquela régua, falei pra mim mesma que nunca mais ela ia me dar reguada e não deu mesmo. Mais até hoje não gosto nem de lembrar-se disso, me dá uma raiva, fui punida sem merecer. (FERREIRA, JOANA DARC DE FATIMA SILVA. Entrevista 01, Jun. 2016, p.1).

Ou seja, a Professora Joana ressalta em suas falas as dificuldades para estudar, de família pobre que não tinha condição de comprar se quer uma mochila para levar os materiais escolares, levava em saquinhos de açúcar, sem falar que os livros eram comprados, e ela estudava nas horas vagas nos livros dos filhos da patroa dela, porque eles estudavam durante o dia e ela estudava a noite, no tempo vago que ela tinha, aproveitava e dava uma lida nos

livros. Sempre se esforçou para não ser punida na escola, e sempre tentava seguir os conselhos de sua mãe, que segundo ela falava “por ser preto, temos que fazer em dobro o que o branco faz, pra não ser tão discriminado”. (FERREIRA, JOANA DARC DE FATIMA SILVA. Entrevista 01, Jun. 2016, p.1). E assim ela seguia, tentando sempre se destacar, sendo a melhor em tudo.

Como vimos, Joana passou sua infância e adolescência toda trabalhando de empregada doméstica tanto para permanecer na escola, quanto para ajudar a família, que naquele tempo vivia numa pobreza extrema. Eram pai e mãe e 10 irmãos. Na sua adolescência, o pai sofre um derrame cerebral e fica na cadeira de roda, muito debilitado, aumentando ainda mais a responsabilidade dos filhos em colocar comida dentro de casa. Segundo ela, não se vestiam bem e mal tinham sapatos, o que tinham era ganho dos outros, ela e os 10 irmãos tinham que trabalhar muito para se sustentarem.

Os irmãos homens que ainda estudavam até essa época, sentindo mais ainda a responsabilidade da ausência do pai na lida, deixam a escola e vão para as fazendas em busca de emprego. E Joana, permanece na escola, cada vez se tornava mais difícil permanecer, segundo ela, ninguém acreditava que ela ia vencer, mas, isso só dava a ela força e animo para prosseguir.

Meus irmãos não tiveram a mesma determinação que eu, e também as circunstâncias não permitiu que eles prosseguissem depois que o papai deu AVC eles ainda eram novos, estávamos no ensino fundamental eles tiveram que abandonar os estudos e ir pras fazenda trabalhar, topavam de tudo, qualquer emprego, desde que voltassem para casa com o salário para colocar comida dentro de casa. Éramos pobres demais, a comida era pouquinha e tinha que dividir com todos os irmãos, minha mãe lavava roupa pros outros, fazia faxina e ainda tinha que cuidar do papai doente, não foi fácil, foi um dos tempos mais difíceis das nossas vidas. E com essa dificuldade danada, mais ainda as pessoas tentavam me fazer desistir de estudar, mais eu nunca olhei pra trás e nem pras dificuldades o meu foco era sempre alcançar o meu sonho, e eu venci (FERREIRA, JOANA DARC DE FATIMA SILVA. Entrevista 01, Jun. 2016, p.1-2).

No decorrer da sua vida encontrou seu esposo e constituiu família, não foi de muitos namorados, casou, na igreja, véu e grinalda, o aluguel do vestido foi ganho, e sua festa, simples, mais do jeito que sonhou, ela e sua mãe Celina trabalharam duro e pagaram a festa do casório. Essas partes destacadas tem como colocar a fala dela na entrevista?

Depois de casada com dois filhos já, ela decidiu ingressar no curso superior, era muito difícil, como ela relata, deixar a casa e os filhos ainda pequenos, 2 e 3 anos de idade, não foi nada fácil. Fazer faculdade foi algo difícil, como relatado no decorrer da entrevista ela

enfrentou muitos desafios para permanecer, mais no final das contas conseguiu vencer as barreiras e enfim se graduou em pedagogia, o que era o seu sonho desde criança. Toda sua família ficou orgulhosa de ter a primeira graduada na família e a primeira professora também.

Foram tempos extremamente difíceis, não tinha dinheiro para me alimentar, três colegas me ajudavam quando eu não levava comida de casa, todo dia comia comida fria, não tinha dinheiro para comprar. As aulas eram dia todo, tinha filhos pequenos em casa, ganhava um salário muito baixo, marido brigava em casa, marido era analfabeto, matuto brigava por eu ficar dia todo fora de casa deixar os filhos, enfim foi muito conturbado, sofrido e difícil desde o egresso ao emprego até a conclusão do ensino superior. Porém, com muito esforço e determinação rompi essa fase e finalizei essa etapa, fui a primeira lá de casa a concluir os estudos e ainda o curso superior, primeira e única a concluir o curso superior, toda a família achou bom, ficaram orgulhosos. Depois de mim veio a próxima geração, você que está terminando o mestrado e minha filha que está cursando educação física, hoje com menos dificuldade que no meu tempo. (FERREIRA, JOANA DARC DE FATIMA SILVA. Entrevista 01, Jun. 2016, p.2).

Depois de muitas lutas na vida, Joana consegue cada dia mais se especializar e ter salários melhores, e compra sua casa própria, no decorrer do tempo amplia sua casa, depois adquire um carro próprio, e tem uma vida instabilizada e tranquila.

O que podemos notar nesse relato da professora Joana, é a luta pelo direito de ingressar e permanecer na escola, e desconsiderar o grande índice de evasão por parte dos negros, ela quis permanecer e prosseguir mesmo com os impasses no decorrer da caminhada. Ela buscou e construiu o seu espaço embora tivesse uma infância não como as outras crianças, pois sua infância era trabalhando no “pesado” às vezes sendo até mesmo escravizada, era somente uma criança, mas, trabalhava como uma adulta, e para ela aquele ambiente escolar seria o lugar onde ela poderia ser e estar livre e se afirmar enquanto indivíduo.

No relacionamento com as colegas professoras, no trabalho ela nos diz que:

Tive algumas dificuldades, sofri racismo por parte das professoras brancas, colegas que me apunhalava pelas costas. Certa vez a direção me tirou da sala de aula e colocou outra colega no meu lugar, branca que nem era concursada e sim contratada no meu lugar, alegando que havia tido reclamações de pais ao meu respeito. Fiquei indignada e fiz um baixo assinado com os pais dos meus alunos e eles não pontuaram nenhuma reclamação, ficou então “subentendido” essa troca, levei a baixa assinada até as mãos da secretaria de educação pontuando que os pais dos alunos que eu havia dado aula não tinham feito nenhuma reclamação, e ela meio em saia justa diz que não sabia então o que poderia ter ocorrido, então fui trabalhar como professora de apoio. Algum tempo depois teve outro concurso e essa professora não foi aprovada, e a turma ficou sem professor, sendo assim vieram atrás de mim

para reger a turma novamente, porém neguei ao pedido, pois achei muita humilhação e desaforo o que haviam feito comigo, como se eu servisse somente para tapar buraco até encontrarem outra professora para colocar no meu lugar. A pedido de uma colega muito minha amiga fui e fiquei um mês somente até eles contratar outra professora e depois novamente voltei para o apoio, no reforço. Diversas vezes sofri discriminação com as professoras por se acharem melhor que eu e achar que elas eram melhores em sala do que eu, com olhares tortos. Enquanto eu não estava entristecida por não estar em sala de aula e sim estar como apoio ou reforço, pois as crianças que passaram por minhas mãos conseguiram se dar bem na vida e se ingressar no ensino superior, os alunos no qual eu ministrava reforço desenvolviam e aprendiam o conteúdo (FERREIRA, JOANA DARC DE FATIMA SILVA. Entrevista 01, Jun. 2016, p.2).

Estes ocorridos, narrados acima, é algo emblemático na história da educação em Goiandira – Goiás. Encontrei outros professores (brancos, que preferiram não se identificar) que me relataram todo esse ocorrido, e afirmam que essa situação foi proposital por parte da direção e uma ação de racismo, pois Joana era a única professora negra existente naquela escola. Foi, segundo esses relatos, uma jogada da diretoria para tirar a professora de cena, pelo fato de ser negra ministrando aulas, e ficavam os murmúrios pelos corredores da escola, e soa fortemente até hoje todas as vezes que tocam no assunto.

No momento em que a entrevistei, a professora Joana já era aposentada, mas ainda, está na memória de suas amigas como sendo aquela que enfrentou o racismo e permaneceu, mesmo que depois desse ocorrido ela tenha se silenciado mais, ela permaneceu até o fim, sua resistência, sua luta é motivo de incentivo para muitas que a admiravam e a admiram, mesmo diante do descontentamento dos racistas que ainda permeiam por ali.

Durante seis meses, trabalhei no colégio onde professora Joana trabalhava, e pude ter contato e acesso a suas amigas de trabalho, ao ambiente escolar, a coordenação. Realizei ali minhas oficinas que tratava do tema “Racismo e Educação”, projeto que não teve muita receptividade, percebi que os professores não estavam muito habilitados a trabalhar a temática com os alunos, para os alunos a temática era desconhecida, alguns se sensibilizaram no decorrer das disciplinas e decidiram fazer cartazes de conscientização e fixaram nos corredores da escola. Eu sempre falei da minha pesquisa nas reuniões de classe e um dia duas professoras vieram falar comigo sobre a pesquisa, e eu contei e acabei perguntando sobre minha tia, e ao apresentar a pesquisa a elas e relatar que Joana era fonte de investigação para o trabalho, elas ficaram felizes. Duas delas, (que preferiu não se identificar, para não se comprometer em perseguições dentro da escola por parte da coordenação, segundo elas) disseram que estavam ao seu lado durante todo esse processo que havia passado na escola,

recontam a história, e com olhos lacrimejando dizem do orgulho de ser amiga de Joana, uma mulher de fibra, guerreira, batalhadora, e que ela foi uma heroína, “que lutou até o fim pelo direito de ser gente como a gente”.

Ainda hoje essa história está latente para algumas professoras, mais para outras caiu no esquecimento, dizem não saber do assunto, ou então, fingem não saber para não se comprometerem. Como é comum em relação ao racismo, muitas vezes a opção por não falar é para além da estratégia de negação, um meio de fazer cair no esquecimento práticas e discursos racistas.

Diante do exposto acima podemos concluir que a professora Joana, teve ações muito claras de resistência, primeiro produziu um documento de repúdio à situação que a foi submetido. Depois se recusou a pegar uma turma que nunca seria sua. Sim isso é luta isso é resistência, pode não ter significado ter uma turma própria no futuro, mas significou também a explicitação do que estava acontecendo na escola, de que tendo consciência do racismo ela não se calou. No final da sua fala ela aponta que hoje se orgulha de não ter desistido, pois seus alunos foram alfabetizados e hoje são homens e mulheres de bem, ingressaram na faculdade, o que para ela significa que valeu a pena ter feito da cultura escolar o seu espaço de lutas e embates contra o racismo imposto naquele contexto.

A princípio fiz uma leitura da história de vida de Joana entendo que esta professora aderiu ao conformismo, que era racista consigo mesma, que aceitou o que a sociedade dizia a seu respeito, aderindo à inferioridade. Mas, posteriormente fui entendendo suas próprias ações e reações e foi notório que não era conformismo, não era racismo consigo mesma e sim uma forma de resistir. Nesse processo, importante foi perceber que formas de luta e de resistência contra o racismo, a discriminação e a opressão são variadas e, muitas vezes, não estão colocadas dentro de movimentos sociais, mas sim dentro da vivência e da experiência de vida de quem resiste e combate o racismo. Como aponta Aguiar (2011),

Outro equívoco a enfrentar é a afirmação de que os negros se discriminam entre si e que são racistas também. Esta constatação tem de ser analisada no quadro da ideologia do branqueamento, que divulga a ideia e o sentimento de que as pessoas brancas seriam mais humanas, teriam inteligência superior, e, por isso, teriam o direito de comandar e de dizer o que é bom pra todos. Cabe lembrar que, no pós-abolição, foram formuladas políticas que visavam ao branqueamento da população e eliminação simbólica e material da presença dos negros. Nesse sentido, é possível que pessoas negras sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas. O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam (AGUIAR, 2011, p. 175).

Aqui voltamos à seguinte questão, por que a construção da identidade do negro está entrelaçada pela ideologia do branqueamento? Por que a escola, especialmente aquelas alcançadas por essa pesquisa, parecem tentar, a todo o momento, desencorajar, desestimular, e manter o campo de batalha que segregam e afirmam as diferenças, físicas e culturais entre brancos e negros sempre com a opção pelo branco? E, por que ainda permanece o fator corriqueiro de tirar da ideia dos negros o desejo de ocupar lugares na sociedade que os igualam aos brancos, postos, lugares de trabalho que pela sociedade estão ditados para brancos ocuparem?

A resposta a essas questões devem ser dadas pensando no âmbito da cultura escolar segregacionista que perpetua tais representações de brancos e negros. A história dessa mulher ainda não é contada na escola porque ela sugere outras representações de pessoas negras: ora, ela é uma lutadora que expôs a falsidade tanto da existência de uma cultura escolar democrática racialmente quanto colocou em xeque as justificativas raciais para que uma negra não seja professora.

A história de vida dela se torna, dessa forma, um importante legado e outra memória, possível de ser tomada como elemento de combate ao racismo. Ela não é vítima de sua história, mas é uma pessoa que de forma exemplar deixa a nu as incongruências e incoerências de uma cultura que tem se reafirmado conservadora e mantenedora de preconceitos e segregações.

Diante dessa história narrada, gostaria de compará-la a uma heroína guerreira, uma verdadeira “Candace” como as da África na antiguidade, conforme aponta Bruna de Frias, Fernanda Novaes e Joyce Santos (2006), no livro *A força da mulher negra*. O reflexo do espírito guerreiro das Candaces, rainhas da África ancestral, na mulher negra brasileira de hoje. As autoras contam que os Gregos e Romanos usavam o termo *candaces*, para designar as rainhas da África que exerciam não somente a função de procriação, mas, que estabeleciam também as relações políticas. O título foi comum a todas as 14 rainhas, que governaram o Império Méroe, na Antiguidade, na região da atual Etiópia. Elas podem ser tomadas como símbolos do poder feminino, que iam à luta pela família, pela cultura, por seus territórios, conquistando seus espaços de lutas. Diante dessa explanação, faço essa comparação com Joana, percebendo-a como uma Candace do século XXI, não somente a ela, mais todas as mulheres, negras ou não, que enfrentam seus medos, que tem coragem de enfrentar o racismo e se posicionar diante dele.

“Candaces do século XXI”, que muitos consideram autênticas heroínas por sobreviver e defender seus filhos, sua família e sua comunidade. Defender-se

do dia a dia, da desigualdade no tratamento da mídia, do álcool – “muleta” sentimental que “substitui” a falta de quase tudo, do tráfico potencialmente aliciador, dos desvios da polícia e da política discriminatória. Famosas ou anônimas, elas não vivem nenhum grande drama, além de serem mulheres e negras num país que se orgulha de ser miscigenado, porém repleto de desigualdades e preconceitos (FRIAS; NOVAES; SANTOS, 2006, p. 1).

Por fazer parte dessa história, por ter a acompanhado de perto em diversos momentos, por saber quem Joana é e o que representa nessa sociedade goiandireNSE no presente dessa pesquisa e o que representa para a família, uma Candace, sim ela é nossa Candace, que foi a luta por ela e por nós, que sonhou por ela e por nós e por ela, inspirada e incentivada por ela, hoje estou aqui hoje, finalizando o mestrado, em docência, continuando o sonho que ela começou.

Tenho muito apreço por essa história, e pensando assim, nasceu o desejo de transformar a história dela em um livro, contando e recontando a história dessa professora, “Joana, a candace do século XXI”, futuro de uma pesquisa que abraçou o mestrado profissional em história como forma de intervir na sociedade.

#### *2.3.4- Robson Cândido Elias: o outro lado*

O segundo entrevistado foi o Professor Robson Candido Elias – 39 anos, residente em Goiandira - Goiás. Segundo ele, nos seus documentos diz que ele é pardo, então geralmente ele afirma sua cor conforme está no registro, embora ele se reconheça como negro, ele diz: “Nos meus documentos consta a cor parda, então eu sempre respondo minha cor parda, embora eu ache que não é correto, eu me autodefiniria como negro” (Entrevista, 02, transcrição, p. 1) Robson tem a pele mais clara, fisicamente é alto, pareceu-me uma pessoa alegre, e pelo que conhecemos dele na cidade é sim uma pessoa alto astral, sempre de bem com a vida. A entrevista foi realizada, no seu local de trabalho, na biblioteca da escola, estávamos a sós, hora ou outra aparecia algum aluno para pegar brinquedos, mais rapidamente saiam da sala e assim prosseguíamos com a entrevista.

Professor Robson é casado, tem dois filhos, atualmente mora na cidade de Goiandira. Em 2015 foi diretor da Escola Estadual Amélia de Castro Lima, e, atualmente é professor regente de sala e assim afirma sua trajetória.

Eu iniciei a minha vida estudantil em uma escola de zona rural, e depois do falecimento do meu pai me mudei para a cidade de Catalão e lá continuei estudando até o sexto ano do Ensino Fundamental. Na época na verdade era sexta série e que corresponde ao sétimo ano hoje. Naquele tempo eu trabalhava e estudava e assim acabei por ficar desestimulado com escola que eu tinha que faltar muito, chegava atrasado à escola e chegou um ponto que

eu parei e fiquei parado por três anos. (ELIAS, ROBSON CÂNDIDO. Entrevista 02, Jun. 2016, p. 1).

É, preciso aqui, lembrar-se da história de vida de Joana, pois é uma recorrência as jovens e os jovens negros terem que conciliar escola e trabalho, ou abrir mão da escola em função do trabalho, que foi o caso dos seus irmãos, que tiveram que garantir o sustento da família. Condição de milhares de brasileiros, mas é particularmente maior em relação às populações negras, pois todos os entrevistados apontam para esse fator, de ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo. De forma geral é preciso nos ater que esse é um dos fatos que afasta homens e mulheres negras da universidade e da formação docente. Se pensarmos que nos últimos anos, as políticas afirmativas - de bolsas universitárias, o sistema de cotas, entre outros - ajudaram não apenas o acesso, mas também a permanência desses jovens na universidade, que é o caso da filha de Joana e o meu caso, onde tivemos a oportunidade e condições de permanecer no curso superior mediante bolsa oferecida pelos programas do governo, visualizamos também a luta para a criação desses programas, haja vista a própria sociedade achar que tais políticas são assistencialistas ou vitimizadoras das populações negras. Porém o que vemos é a importância do debate constante sobre quem tem acesso, quem consegue permanecer e quem está fora do ensino público.

Robson continua sua história nos dizendo que:

Então depois já com dezoito anos, já quando eu me alistei e fui servir a Cristalina e tive a oportunidade de voltar a estudar, lá eu cursei a sétima série e saltei uma série então aquela oitava série que hoje é o nono ano eu não fiz, porque fiz o supletivo do Ensino Fundamental. No ano seguinte já me matriculei com diploma de Ensino Fundamental, me matriculei no Ensino Médio, enquanto eu cursava o primeiro ano do Ensino Médio eu fiz o supletivo do segundo grau, então quando completei o primeiro ano eu também já havia completado todo Ensino Médio através do supletivo. Então eu consegui recuperar o tempo perdido do tempo que fiquei sem estudar mais saltei o segundo e terceiro ano do Ensino Médio e isso me causou grande prejuízo no decorrer da minha vida, porque eu não consegui passar em nenhum concurso público que eu queria na época, mais por estar sempre buscando a aprovação em um concurso eu estudava sempre, apostilas, frequentava cursinhos, lia livros, sempre me preparando para concursos. Essa bagagem que fui acumulando me deu oportunidade para ser aprovado no ano de 2002 no vestibular da UFG no curso de pedagogia, iniciei, terminei e em 2005 passei no concurso do Estado. Fiquei dois anos no nordeste de Goiás e quando retornei fiz um curso de especialização em leitura e ensino no departamento de Letras. Fiz outro curso de gestão pública pela universidade de Juiz de Fora e hoje estou cursando o mestrado no curso de história (ELIAS, ROBSON CÂNDIDO. Entrevista 02, Jun. 2016, p. 1).

O que podemos destacar, em geral na história de Robson, é a importância do ensino público. Em um país onde a maioria da população é pobre, e se nos balizarmos pelos

censos do IBGE é parda e, como aqui assumimos, é negra, notadamente se faz fundamental o ensino público e gratuito, pois é a este sistema que essa população tem acesso. Ainda que não possamos aprofundar no tema, o grosso da população negra no Brasil é a população trabalhadora, que depende da ação do Estado, através da gratuidade do ensino para sua formação, desde os primeiros anos de escola até a universidade. Isso porque, defendemos que o ensino escolar não é um privilégio de poucos, mas um direito de todos, garantido pela Constituição Federal, que precisa no dia a dia, nos enfrentamentos políticos e sociais ser defendido constantemente.

Sobre seus primeiros anos de escola, Robson nos fala que:

Recebi um ensino, ministrado por uma professora em um grupo escolar na comunidade da Fazenda Babilônia. A professora tinha certa dificuldade em ter atendimento voltado para aquela série. A professora que fazia tudo, aulas, lanches, e tudo. Era bastante precário por conta disso. Quando mudei pra Catalão frequentei o Instituto de Educação, escola pública. Naquela época os professores não tinham o nível de qualificação que eles têm hoje. Depois fiz supletivo, que não dá uma bagagem suficiente para ser aprovado no ENEM, por exemplo, pois é um estudo semipresencial, estuda em casa, tem uma média 5,0 e o aluno consegue ter seu diploma, mais a bagagem não é o suficiente. Tive um avanço acadêmico mais por esforço próprio de estudar em casa, fazer cursinho. (ELIAS, ROBSON CÂNDIDO. Entrevista 02, Jun. 2016, p. 1).

Ainda nos diz sobre sua formação no curso superior, que segundo ele:

Sim, tive acesso (ao curso superior) quando estava morando em Catalão, quando mudei de Cristalina pra Catalão, foram ofertadas 45 vagas para o curso de pedagogia, fui aprovado, um ensino gratuito e de qualidade. Quando saí de Cristalina eu trabalhava como militar na infantaria que trabalha com manobras militar o que não ia servir muito para mim aqui fora. Não me daria condições de exercer uma profissão, então eu tive que buscar uma formação para que eu tivesse condições de entrar no mercado de trabalho. Na época o curso que eu ia fazer era o curso de direito, mas como quando eu saí de lá fiquei desempregado eu defini que ia fazer iria buscar uma graduação a nível superior, aí pensei comigo mesmo, em fazer um curso qualquer que seja a nível superior para entrar no mercado de trabalho. Eu olhei o curso que não tinha matemática, foi o meu critério na época, tanto é que nos dois primeiros anos eu sofri muito no curso de pedagogia porque me senti deslocado não conseguia fazer as disciplinas com qualidade, porque não tinha uma identidade uma identificação com o curso, fiquei de dependência no primeiro ano e no segundo ano, no terceiro e no quarto ano eu comecei a participar de alguns congressos e trabalhos, e a dinâmica do

curso em si me cativou e eu comecei a me ver como pedagogo, professor, e já me vi e projetava minha vida futura como professor, logo veio os estágios e com isso me senti à vontade para fazer o concurso, daí em diante sempre reconhecendo a importância do trabalho e ser um bom profissional. Hoje eu sinto o reconhecimento do trabalho que eu faço e isso me faz sentir muito bem na minha profissão, hoje eu procuro buscar em outros estudos sempre pra melhorar a qualidade do meu trabalho em sala de aula, hoje eu não penso mais em abandonar a profissão. Quando terminar o mestrado talvez, surja oportunidade para trabalhar no nível superior, mais sempre é um desafio. Se não fosse o esforço próprio talvez não teria alcançado os níveis que alcancei hoje (ELIAS, ROBSON CÂNDIDO. Entrevista 02, Jun. 2016, p. 1).

É possível interpretar a fala de Robson também como dentro de um panorama maior, discutido anteriormente, que nos mostra como determinados grupos, no nosso caso as populações negras, são atraídos para as licenciaturas. Isso, acreditamos se deve especialmente por ser cursos que permitem aos seus alunos trabalharem. Ora, são em sua maioria cursos noturnos, como o cursado por Robson, e que podem ser conciliados com trabalho, nesse caso, a pessoa está sim, fazendo um enorme esforço para sua formação, pois não tem como abrir mão de um emprego que o sustente para cursar a universidade. Nesse ponto a universidade pública também se faz fundamental para garantir a esses jovens a formação profissional superior.

Em diversos momentos da entrevista, Robson reforça que os preconceitos que ele enfrentou foram pela condição social e não pela cor da pele. Segundo ele os desafios encontrados no decorrer de sua vida não foram pela sua cor e sim por ser nascido em cidade pequena, simples e por ser pobre, mas não se recorda de ter vivenciado nenhuma situação de racismo, relata que na universidade sofreu perseguição por parte de uma professora, que implicava com ele corriqueiramente, segundo ele o motivo não era pela sua cor. E sempre pontua que se não fosse por seu esforço individual não seria hoje professor. Isso nos impõe pensar também a construção da trajetória individual e como cada sujeito narrador, faz uma escolha para o seu contar. Em nosso país a vinculação ser negro - ser pobre é uma recorrência, e muito dos enfrentamentos travados por quem discute racismo e segregação passa sim, pelo crivo da classe social. Ainda que possa soar generalizante, a maioria da população negra no país ainda é sim, os pobres e assalariados, alijados da detenção dos meios de produção e de seus lucros. Dessa forma, também é preciso analisar a fala de Robson, situando-a nesse contexto de uma cultura que além de racista é passiva frente aos valores do próprio capitalismo, aqui nos lembramos do ideal norte-americano do *self made man*, porém se não fosse uma escola pública, o que teríamos?

Escolhemos o Professor Robson para fazer parte da nossa entrevista, pois, ele é um professor reconhecido e renomado na cidade, todos o respeitam, pois é uma pessoa que vive em busca de aprimorar seus estudos, busca sempre por mais conhecimento, sempre está envolvido com a vida política da cidade, demonstra ser um bom pai, sempre preocupado com a educação dos filhos, um excelente profissional segundo os colegas de trabalho, sempre ajudando, sempre gerando discussões para o crescimento da equipe. E, nesse caso, é alguém disposto a nos contar a sua história, a nos mostrar como seus caminhos foram trilhados na condição de um negro que se tornou professor. Mas o que percebemos, em todas as entrevistas, que de todos os negros, ele é o único que se diz não ter sofrido o preconceito racial, e sim social. Temos duas hipóteses, poderia ser pelo fato de ter a pele mais “clara”, ser, portanto mais miscigenado dentre todos os outros entrevistados, ou então por ser homem, e o preconceito vivenciado pelas outras entrevistadas, além de ser de cor também é um preconceito de gênero, atribuído a grande parcela das mulheres negras do nosso país.

Sobre a questão racial do país ele diz que:

Olha, eu sou oriundo de uma família humilde, uma família que viveu e foi constituída na zona rural, eu nasci literalmente na zona rural, morei até os dez anos na fazenda até o falecimento do meu pai e sei bem o que é ser negro e pertencer a uma classe baixa. Eu já passei por situações, eu não diria de preconceito racial eu diria falta de oportunidade. Eu percebo que chegar aonde eu cheguei hoje vindo de onde eu vim, só é possível se a pessoa tiver realmente uma força de vontade enorme, se tiver um apoio familiar enorme, a dinâmica da sociedade atual ainda é elitista, hoje para uma pessoa que é negra se sobressair ele vai ter que lutar muito, vai ter que superar inúmeros desafios. Embora a gente veja as iniciativas do poder público por estar diminuindo essa discriminação, dando oportunidades, podemos dar o exemplo do sistema de cotas. A dificuldade maior não é a oferta de vaga e sim dentro da própria pessoa de acreditar que não é capaz. Hoje eu penso que o grande problema e dificuldade com relação à ascensão ao povo negro são um pouco sim pela sociedade e um pouco de baixaestima desse povo que tem uma bagagem cultural muito pesada, que mostra que não temos condições, que é difícil que isso não é pra você mas eu acredito que os negros vão chegar a todos os lugares onde está todas as outras raças as outras pessoas. Mais não será um processo rápido não. Creio que nas ultimas décadas a maior acessibilidade às escolas aos cursos profissionalizantes aos cursos superiores, essa camada excluída vai fazer em longo prazo essa diferença, vai diminuir muito (ELIAS, ROBSON CÂNDIDO. Entrevista 02, Jun. 2016, p. 3).

Ele afirma não ter sido discriminado pela sua origem étnica, e toma partido de uma postura de invisibilidade da sua cor, fenotipicamente é identificado por qualquer pessoa que o ver como negro mesmo tendo a pele mais “clarinha”, porém optou por subjugar os impasses vividos e vê-los como se não fossem em função da sua cor da pele e sim pela condição social,

teria sido esse fator o racismo não é um problema no seu dia a dia. Talvez tenha sido uma fuga dele mesmo no objetivo de estabelecer a sobrevivência tranquila com os seus pares. No entanto, não é uma fuga que não tenha consciência do que é ser negro no Brasil. O professor deixa muito claro não apenas em sua fala, mas em sua vida, que aos negros foram reservados um lugar que não os satisfaz, que não condiz com as possibilidades de pessoas como todas as outras. Ora a profissão de professor deu a esse homem uma consciência de estar no mundo lidando com as representações, com um imaginário do que é ser negro que compõe nossa cultura. Ora, também para ele a transformação para melhor da vida de milhões de brasileiros passa por uma transformação da nossa cultura de como os próprios negros se veem e de como são vistos, no caso, ele também deixa claro que é pela educação que uma mudança dessa ordem é possível, pois ele mesmo olhando seu passado sabe que foi a educação e sua formação como professor que mudou sua vida.

#### *2.3.5 - Raquel da Silva Veríssimo Mesquita: A sonhadora*

A terceira entrevistada foi a professora Raquel, residente em Ouvidor. Uma mulher destemida, que decidiu se posicionar como negra e não baixar a cabeça com sentimentalismo e inferioridade. Ela decidiu ter orgulho de si mesma e vencer todos os desafios que lhe foram impostos pela sua cor, e ainda diz que sonha ir mais alto, mais longe e que a cor da sua pele não vai impedi-la.

Fisicamente ela tem a pele negra escura, cabelos crespos, e usa cores fortes nas roupas, nos turbantes do cabelo, nas cores dos batons. Segura de si nas suas falas, determinada é casada pela segunda vez, tem um filho com 13 anos de idade. Diz-se apolítica, é cristã protestante, tem um vocabulário culto, articula e fala muito bem. Sua formação foi em Português Francês, atualmente faz uma especialização em Brasília desde 2014 em dois cursos, que são Gestão Marketing e Literatura. A professora fala que, além do sonho de ser Diretora da escola onde atua, tem o grande sonho de ser uma empresária, de ter seu próprio negócio abrir uma floricultura.

A entrevista foi realizada em sua residência, na cidade de Catalão, porém nosso primeiro contato com a entrevistada foi no seu local de trabalho, na escola em Ouvidor que já descrevemos acima. Quando iniciamos a conversa com a Professora Raquel, e indagamos sobre as situações de racismo ela nos diz que já foi vítima de racismo no local de trabalho, e nos diz que:

Eu já tive problemas porque eu tive seis meses que eu tive que largar as aulas de lá (Ouvidor) e vim pra cá (Catalão), aí nesses seis meses eu trabalhei em duas escolas aqui, uma delas eu tive problemas com a coordenadora e aí eu tive que deixar as aulas, a coordenadora não sei o que aconteceu, tipo assim, eu acho que ela me tratou como se eu fosse uma pessoa que chegou ao Estado agora, eu me senti como se ela me visse como uma pessoa do contrato e que tivesse entrando na escola pela primeira vez, entendeu? Então eu vi que ela não pegava caderno de ninguém pra ver planejamento de ninguém, ela pegava o meu né? E ela já me chamou várias e várias vezes lá na sala dela né pra ver como é que estava minhas aulas e tal, e às vezes eu sentia que era só comigo, aí depois sentei com ela conversei com ela e acabou que surgiu uma oportunidade pra eu voltar pra Ouvidor e eu voltei (MESQUITA, RAQUEL DA SILVA VERISSIMO. Entrevista 03, Jun. 2016, p. 2).

Ainda pontua que sobre o racismo já teve sim, por diversas experiências e que mesmo de forma velada por parte das pessoas ela já foi vítima muitas vezes. Desde o tempo em que estudava e até hoje, nas ruas, em ambientes públicos, e não somente no recinto escolar. Ela afirma que no começo do ano estava no cargo de coordenadora pedagógica na escola onde atua e teve alguns enfrentamentos com os pais dos alunos, segundo ela...

*Alguns chegavam na recepção para conversar com a coordenadora pedagógica e eles encaminhavam os pais até minha sala, quando eles chegavam lá olhavam para mim e dizia que queria falar com a coordenadora pedagógica, e eu dizia sou eu a coordenadora, aí alguns pais, não são todos, olhavam para mim e dizia que queriam falar com a direção então, bom aí eles iam para direção e após alguns minutos eles voltavam para minha sala porque a direção mandava eles voltar porque era coisa que somente eu resolvia e querendo ou não, esse também foi um enfrentamento que eu sofri, e eu tenho certeza absoluta que é por causa da minha cor (MESQUITA, RAQUEL DA SILVA VERISSIMO. Entrevista 03, Jun. 2016, p. 2).*

Essa perseguição nos retrata, mais uma vez a tentativa de colocar os negros em situação de submissão e inferioridade, como se os negros, em especial essa mulher negra, estivessem à mercê dos brancos, como se fosse subalternos a estes. A professora Raquel é uma mulher profissionalmente bem sucedida no que cerne a disciplina, domínio de conteúdo, e o fato de ela ser negra e se sobressair como professora pode ter gerado esse incômodo por parte da coordenação, naquele primeiro caso, e dos pais, no segundo, já que não admitiam uma negra como coordenadora pedagógica da escola. A autonomia em um cargo escolar ou em sala de aula que Raquel tinha, foram questionadas não por sua competência, mas sim pela cultura escolar e seus sujeitos que, como vimos anteriormente, reproduz atitudes que inferiorizam os

negros e negras, pois tem em princípio uma visão de que lugar de negros e negras não é senão cargos de ação manual e não trabalhos intelectuais.

Mesmo diante dessas situações a professora Raquel não deixou isso interferir na sua autoestima e autoconceito, continuou sendo a destemida sonhadora. Ela decidiu não permanecer naquela instituição e sim, prosseguir sua carreira em outro lugar, que como ela aponta “bem longe daquela coordenadora”. Ela nos diz:

Mais hoje me vejo bem, por exemplo, no meu trabalho eu já passei por todas as hierarquias, já trabalhei em escola integral com crianças, já trabalhei no EJA, já fui vice-diretora em várias escolas [...] fui coordenadora também, na educação a única coisa que eu ainda não fiz, o único cargo que eu não exerci foi o de diretora, mais eu te digo uma coisa (sorriso nos lábios) eu quero ser um dia! E eu acredito que no lugar que eu quero ser eu vou ter muita dificuldade por ser negra, porque essa escola que eu trabalho há muito tempo eu vejo que não só no âmbito escolar como fora dele existe o racismo! Velado mais existe! Entendeu? E eu acredito sim que eu tenho possibilidade de ser diretora dessa escola e eu posso ser daqui dois ou três anos, eu posso ser e daqui um ano a dois anos, mais eu acredito que vou sofrer alguma resistência em relação a isso! (MESQUITA, RAQUEL DA SILVA VERISSIMO. Entrevista 03, Jun. 2016, p. 2).

Entendemos que Raquel se representa como forte, mas decidiu sair da escola, cuja coordenadora a discriminava. Conforme aponta Aguiar (2011), o reconhecimento do racismo requer a adoção de políticas educacionais juntamente com estratégias pedagógicas as quais valorizam a diversidade, com intuito de superação das desigualdades étnico-raciais que ainda permeiam a educação escolar brasileira em seus diversos setores. Ou seja, se tivéssemos uma escola que realmente se ocupasse das discussões sobre racismo, discriminação e preconceito, jamais essa professora teria motivos para sair de sua escola. Porque é preciso entender que o racismo age de uma forma tão cruel e desumana que muitas vezes lutar contra o mesmo é um processo doloroso e implica às vezes em enfrentamentos e às vezes em recuos. O que poderia ser lida como submissão à opressão deve ser analisada mais profundamente. Defendemos, como os espaços possíveis da atuação política de uma pessoa. Um espaço de lutas, onde ela tanto quis estar, mas os estereótipos ligados à mulher negra causou incômodo na escola especialmente através dos gestores. Raquel, por um tempo, permaneceu constante naquele lugar, questionando o direito de estar em sala de aula como regente, como responsável pelo ensino como qualquer outra professora, porém, num determinado momento ela pediu para sair, pois cremos que esse acontecimento influenciou de maneira gradual na interpretação sobre si mesma, são efeitos da rejeição social e da cultura escolar que o negro está submetido.

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, veladas ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. (AGUIAR, 2011, p, 169).

Raquel nos conta sobre sua vida familiar que:

Eu fui criada com a minha vó, meus pais separaram eu tinha dois anos, fui criada com a minha vó e meus tios, porque a gente morava na casa central, do lado morava um tio, e do outro lado outra tia, então basicamente foi a minha vó e meus tios que me criaram. Então imagina o quanto eu era “mimada” (risos), minha vó mimava demais, meus tios fazia tudo que eu queria e tal e basicamente foi isso. Depois eu tive um tempo morando com a minha mãe, minha mãe achou melhor me levar pra onde ela morava que era Brasília mais aí não deu certo ela não conseguiu cuidar de mim, e do filho dela que é meu irmão (risos), e aí por isso que não deu certo, aí ela me trouxe de volta e eu fiquei morando com a minha vó. Aí eu fiquei o tempo todo até me formar até me casar fiquei com a minha vó, minha vó que me formou. Atualmente eu sou casada estou no meu segundo casamento meu primeiro não deu certo e tenho um filho do primeiro casamento, sou casada há dois anos (MESQUITA, RAQUEL DA SILVA VERÍSSIMO. Entrevista 03, Jun. 2016, p. 3).

Sobre a professora Raquel, pudemos perceber que essa é uma mulher lutadora, que sempre quis alcançar seus sonhos e objetivos, porém em algumas situações ela demonstra insegurança no que diz respeito ao racismo. Como expomos acima, ela optou pela fuga desse problema na escola, quando ela percebeu que aquela coordenadora não iria a deixá-la em paz, ela preferiu inserir-se em outra escola a ter que continuar enfrentando essa situação, desagradável e triste sendo alvo e objeto de racismo. Assim ela ia se sentindo cada vez mais inferior às outras professoras que por sua vez, não eram perseguidas, não tinham seus planejamentos vistoriados como era o seu caso. Essa situação foi lhe causando opressão, o que a estimulou a sair da escola na primeira oportunidade que teve, mesmo tendo convicção de ser uma excelente profissional, como ela mesma menciona em diversos momentos da entrevista, que tem segurança e certeza do trabalho que desenvolve nas escolas, que é uma ótima professora, que faz sempre o seu melhor pelos alunos e turmas em que atua, ela optou pela fuga. Se por um lado isso parece certo conformismo, por outro bem sabemos que ao longo da história de negros e negras no Brasil a fuga sempre foi uma das maiores formas de resistência à opressão. É obvio que não estamos aqui a comparar as fugas de escravos, com a fuga de situações degradantes na atualidade, mas tão somente gostaríamos de ressaltar a importância, como dito antes, de perceber nessas ações o que elas nos contam das pessoas. Se para essa pesquisa Raquel faz esse relato e muito provavelmente seu círculo familiar e de

amizades também o sabem, ela o faz como um gesto de denúncia: a escola possuía profissionais tão racistas que também fui obrigada a sair de lá, a procurar um local de trabalho onde minha profissão não fosse colocada em xeque pelo fato de eu ser professora negra. Atitudes como essa nos mostram como a cultura escolar, ainda na atualidade vigente em muitas escolas, não deu conta de fazer o seu dever de casa de combate ao racismo e à discriminação. Não compactuar com isso é um ato de rebeldia como aqueles que ao longo da história mobilizou homens e mulheres na conquista do seu lugar.

Durante a entrevista, enquanto narrava esse fato, ela quis nos omitir emoções, ou sentimentos de tristeza, ela estava forte, contando e recontando essa situação, porém os seus olhos às vezes lacrimejados dizia muita da tristeza que só ela sabe como tinha sido nesses tempos de perseguição. Aqui é preciso levarmos em consideração o silêncio, tal como nos instrui P. Thompson, quando discute a entrevista oral. Não é preciso palavras para sabermos como aquela mulher é assaltada ao falar dos sentimentos que as situações de racismo provocam. O que vemos é a necessidade de ler esses sentimentos como revolta, como consciência do que é ser negra no Brasil, como é adentrar num espaço no caso a escola, majoritariamente ocupado por brancos, como é a docência.

Raquel é uma das entrevistadas que pude notar que tem uma visão positiva de si própria, acredita em si, no seu potencial, na sua capacidade, mesmo que às vezes esses sentimentos sejam silenciados e podados por um racismo que ela vive no seu cotidiano.

### *2.3.6 - Cynthia Ellen Bonifácio – Os estereótipos*

A quarta entrevistada foi a professora Cynthia Ellen Bonifácio – 35 anos, residente em Anhanguera – Goiás. Apresentou na entrevista como negra, fisicamente ela tem a pele escura, cabelos crespos, porém aparentemente com relaxamento com aspecto de liso, usa-o amarrado em todas as vezes que nos encontramos. Aparentemente calma, sempre fala em voz baixa, tom suave, pausadamente, ela é alta, não muito magra e não gorda, muito bonita, os seus três filhos se parece muito com ela, tem uma filha moça. Quando chegamos à sua casa ela estava preparando para fazer as tranças no cabelo da filha, pareceu ser uma boa mãe, dedicada a casa e à família. Trabalha em tempo integral, ficando na escola durante todo dia, chegando a casa somente no fim da tarde. Atualmente é professora no Colégio Estadual Adelino Antônio Gomide em Anhanguera. É casada desde 2005, tem três filhos. A entrevista foi feita em dois

momentos, o primeiro momento aconteceu na escola onde ela trabalhava, e o segundo momento em sua casa, depois do expediente de trabalho, por opção da professora.

Sobre sua trajetória escolar, vida familiar, ela nos conta que.

A educação era tradicional, quando o professor chegava a gente tinha que levantar, era bem rígido assim (risos) era uma forma bem rígida de (pausa) cantar o hino hora de entrar na escola tinha (pausa). Era eu acho que até a questão dos valores mesmo, outra coisa era muito imposto né também muito autoritário por um lado (pausa) muito autoritário. Tive acesso ao ensino superior, prestei vestibular e aí eu tinha feito tanto na UFU pra veterinária quanto na UFG pra geografia (pausa) é (pausa) passei em Geografia nas duas fases e fiquei lá, mais meu sonho mesmo era fazer veterinária. Eu vim de São Paulo muito pequena vim pra Anhanguera aí estudei aqui a primeira fase do Ensino Fundamental, fiz Ensino Médio em Catalão, minha mãe era solteira, morava com minha avó e minha irmã, aí depois eu fiz faculdade em Catalão, depois de Catalão eu fui morar em Mato Grosso na divisa do Mato Grosso para trabalhar em uma escola lá, em Aporé e lá eu casei constitui família, depois passei no concurso aqui para Anhanguera, tive a oportunidade de voltar e voltei, hoje sou casada há 11 anos e tenho três filhos (BONIFACIO, CYNTIA ELLEN. Entrevista 04, Jun. 2016, p.1).

Como vemos a história dessa professora não difere das outras: estudou em escola pública, se formou em uma universidade pública e se tornou professora também em escola pública via concurso. Essa professora em 2015 vivenciou uma situação desagradável de racismo por parte de uma aluna, que lhe agrediu verbalmente com termos pejorativos, porém a professora Cyntia não se calou e, no mesmo dia, se dispôs a ir à delegacia civil e registrar ocorrência contra essa situação de racismo que havia vivenciado, porém relata algumas outras situações que já vivenciou no decorrer de sua trajetória docente. Vejamos o que a professora descreve sobre a situação. Ela nos diz que

Sim já passei (pausa grande). Uma aluna é fora (voz trêmula e nervosa) eu estava na sala, ela queria uma informação que eu não poderia fornecer, era uma informação da secretaria, de repente ela se exaltou e começou a me xingar, NEGRA VAGABUNDA, NEGRA SEM VERGONHA, PRETA FEDIDA e saiu pelos corredores me discriminando o tempo todo, até que fiquei muito nervosa, mas consegui me controlar. Aí no dia seguinte fui na delegacia e registrei um boletim de ocorrência (pausa longa) (BONIFACIO, CYNTIA ELLEN. Entrevista 04, Jun. 2016, p.1).

Essa situação vivida por Cyntia nos revela duas coisas. A primeira é uma cultura que usa o termo negro ou preto como xingamento. Essa forma de agressão, muito comum entre as pessoas nos mostram como negativada é a condição de ser negro ou negra no Brasil. Muitas

vezes, dizer que alguém é negro ou negra é considerada uma ofensa e isso perpassou o discurso da aluna, mas, se voltarmos nesse texto que escrevo será possível ver nos meus encontros de pesquisadora - quando uma coordenadora de escola se recusou a falar sobre o tema porque não diz se uma pessoa é negra ou negro e, ainda, quando um atendente me disse que era indelicado chamar alguém de negro - que a negatização do ser negro ou negra é uma recorrência. A aluna, não pensou duas vezes em usar a cor da professora como forma de ofensa, ora isso só é possível porque está em uma cultura que perpetua isso: ser negro ou negra é uma ofensa. Mas uma ofensa a quem?

O outro ponto que a ação discriminatória e racista da aluna deixa amostra foi a própria reação da professora: recorrer ao amparo legal, pois uma das conquistas que negros e negras no Brasil tiveram nos últimos tempos foi justamente terem acesso à uma legislação que os protegesse desse tipo de crime, muito comum, mas pouco combatido. A ação da professora na sua justeza, nos faz perceber que é preciso uma legislação que garanta os direitos de todas as pessoas, mas essa ação coloca a nu uma cultura ainda incapaz de se perceber como portadora de um racismo violento. E a professora continua seu relato comovente:

Mas ainda existe e não adianta muito, parece que por mais que a gente faça está muito enraizado né? É familiar também então fica difícil. (pausa) já vivenciei outra quando a diretora me chamou na sala para que eu escolhesse, para que eu me comportasse bem em relação às minhas atitudes, meio que me encostou na parede pra que eu tivesse uma postura que por eu ser negra provavelmente eu poderia ter problemas com os pais foi a visão dela então que eu não ficasse no meio dos meninos (pausa e olhos lacrimejando) que eu ficasse mais isolada, tendo uma postura mesmo como professora porque dependendo das minhas atitudes os pais iam querer que eu saísse da escola. Ai eu senti que na realidade o preconceito era mais por parte da direção do que dos próprios pais, porque pelos pais eu fui bem recebida, não tive problema nenhum (pausa). Mas aí essa questão de colocar minha postura eu não estava fazendo nada de errado, então ela não tinha nem que ter falado sobre isso comigo já que eu estava ali como profissional, não tinha nada que chamasse atenção para que ela falasse isso comigo (BONIFACIO, CYNTHIA ELLEN. Entrevista 04, Jun. 2016, p.2).

Quando perguntamos a ela como analisa sua história de vida de negros e negras no Sudeste Goiano, ela nos diz que “A historia de vida dos negros foi difícil a gente sabe que foi uma luta

constante né? até pra driblar o preconceito que existe muitas vezes e no Sudeste eu acredito que tenha poucas pessoas poucos professores negros, nos eventos a gente pouco vê, até porque o acesso à educação era mais difícil, por isso, poucos também tinham essa oportunidade, agora tem começado agora tem melhorado esse acesso (pausa) à educação.” (BONIFACIO, CYNTIA ELLEN. Entrevista 04, Jun. 2016, p.2).

Novamente, percebemos, nesse momento, duas situações diversas de racismo no âmbito escolar, em que a professora Cyntia é discriminada pela sua cor e pela forma com que os outros veem as mulheres negras, atribuindo-lhe estereótipos. A partir disso entendemos que a educação tem o papel fundamental de dotar tanto alunos como professores de senso crítico a partir do qual possam repensar seus valores culturais e perspectivas sociais para viabilizar e contribuir para uma sociedade que respeite a pluralidade étnico-racial. O que se apresenta nessa situação é uma valoração do que é ser mulher, mas especificamente do que é ser mulher negra.

Quando a diretora cobra dessa professora uma "postura" ela diz claramente que é preciso que a professora se adeque, se cuide se preserve, se esconda, se molde ao que se espera de uma professora mulher. Aqui partimos do pensamento muitas questões que vão desde a discriminação sobre as mulheres em geral, também marca de nossa cultura machista-patriarcal, até a discriminação sobre mulheres negras e sua resignificação como objeto sexual, marca essa com a qual desde os tempos coloniais as mulheres negras são caracterizadas. Ora, porque essa professora não pode estar no meio dos meninos? Por que estar entre os alunos é perigoso? Inevitavelmente, percebemos que o discurso implícito não é de um perigo não é para a professora, mas sim para aqueles alunos. Remontam aí todos os estereótipos sobre a mulher negra: exótica, sensual, despudorada, incivilizada. Consciente ou não o discurso que proferido por essa diretora é este: “negrinha, ponha-se no seu lugar”.

Como afirma o autor Marcio Mucedula Aguiar (2011, p. 43) É necessário a partir dessa perspectiva, definirmos estratégias de ensino que possibilitem repensar os lugares sociais e estereótipos, os padrões de beleza, a história e a identidade associados aos afrodescendentes.

A história de Cyntia é a história de mais uma de muitas professoras, mulheres, negras que tem sobre si o olhar de estranhamento, de descontentamento no cotidiano escolar, uma cultura escolar que deprecia essas mulheres e o preconceito acaba vindo à tona, mesmo que a professora tentasse passar despercebida algumas vezes não teve jeito, situações racistas interferiu grandemente em quem ela é. E, nessa cultura escolar que teoricamente deveria ser o local onde Cyntia e tantas outras professoras firmassem sua identidade negra, é o lugar onde o racismo velado do Brasil se expressa de forma mais violenta, o que muitas vezes vai

aniquilando com as expectativas dessas mulheres de terem acesso a um trabalho que respeite sua identidade de mulher negra. Na fala da professora Cyntia podemos notar a violência racial, em específico às mulheres negras, assim como acontece com outras professoras mulheres e negras entrevistadas.

A posição que a mulher negra brasileira tem ocupado no interior da estrutura social tem sido de inferiorização e de vítima de exclusão, isso é notório quando analisamos os quadros de emprego ocupados por mulheres negras. Como pontua Luiz Alberto (1998, p. 69)

Como consequência dessa violência racial, as mulheres negras assimilam por intermédio dos meios de comunicação e da escola os sentimentos de inferioridade e de auto-rejeição, causando danos à sua auto-estima e repassando para a família, especialmente para as crianças e meninas negras, a negação de sua identidade étnico-racial.

As duas situações nos contam mais uma vez sobre as representações que a cultura escolar na qual essa professora se insere. Tanto os xingamentos quanto o que a diretora chama de manter a “postura”, a representação estereotipada do negro mais uma vez entra em cena, algo que permeia nas cidades e no país. Vivemos em um país, que mesmo miscigenado, que de democrático racialmente não tem nada, os estereótipos da raça, determinam as características físicas da mulher negra, ou seja, ela tem sempre que ter lábios grandes, bumbum avantajado, cinturinha de violão, sensual, atraente, e, ainda compartilham do pensamento que essa é uma mulher disponível. A cultura brasileira ainda vê a mulher com olhos de erotização e objetificação como dito antes, atribuindo ao fenótipo da mulher negra, que ela é uma “safada” disponível para tudo, objeto sexual, a gostosa que todos os homens querem “pegar”.

Como aponta Kleiton Linhares (2015), no que diz respeito ao corpo da mulher negra, é notório que o mesmo, está sempre envolto em valores e sentidos que são construídos histórica e socialmente.

Levando em consideração o processo histórico, desde a escravização, é possível perceber que corpo negro passou por vários processos de aprisionamento, dilaceramento, inferiorização e até mesmo de classificação, tudo isso de acordo com as vontades e interesses do “dono”. Contraditório tal corpo, pois, transita entre feio e o belo, o nojento e o exótico, preguiçoso e o trabalhador. Assim, o corpo que trabalha, cozinha, cuida, limpa e amamenta, serve também para satisfazer os desejos sexuais dos homens e marcam o território como a mulher quente e boa de cama. Tais considerações são provenientes do processo de escravização, porém a construção feita historicamente permearam ao longo da história (LINHARES, 2015, p. 4).

Segundo o autor, ser negra e mulher, gerou na mulher negra a necessidade de lutar, de resistir, e como forma de resistência, coube a ela, inserir-se na luta em busca de melhores condições de vida, de visibilidade e respeito em momentos históricos diferentes e distintos, que é o caso das nossas professoras negras, mulheres que saíram em luta por um lugar e um espaço no mundo.

Aguiar (2011, p. 46) afirma que “A Educação aqui tem papel fundamental no sentido de dotar as crianças de senso crítico para que possam repensar seus valores e contribuir para a criação de uma sociedade que respeite nossa pluralidade étnico-racial”.

Diante do exposto percebemos que ser negro, e mais, ser negra no Brasil ainda limita a identidade da pessoa às características físicas, mas, conforme aponta o autor, também, está ligado a uma escolha política, por isso é de suma importância ter o conhecimento sobre quão complexo é o processo de construção da identidade negra em nosso país. Vivemos em uma sociedade que utiliza desse processo para discriminar os negros, desvalorizando os aspectos físicos, culturais, e sociais, herdados pelos homens e mulheres que antes de serem pensados como seres humanos são considerados principalmente por condição de descendentes de escravos. A escravidão, situação provisória vivida por homens e mulheres no passado, fundou-se como o princípio norteador das formas de ver e dar a ver milhares de pessoas, que sobrevivem à custa de sua luta cotidiana por reconhecimento.

Mesmo diante dessas inúmeras situações, percebemos que Cyntia é uma mulher forte, desbravadora, que se vê apta, capaz, competente, em alguns momentos deixou perceber que teria tido sua autoestima abalada pelas situações de racismo que tinha vivido, mas seguiu em frente. Cuidadora, dedicada, referência dentro do seu lar, ela está para o mundo como dona da própria vida e história. No momento da pesquisa o marido de Cyntia se encontrava desempregado, e ela sustentava sua casa, colocando o pão de cada dia dentro de casa. Cuida dos filhos e do esposo. Ela vê a si mesma, para além das situações de racismo que viveu, como uma pessoa batalhadora e paciente, inteligente, dedicada em tudo que faz. E pontua que já vivenciou muitas alegrias na função de ser professora, e que o relacionamento com os colegas professores é algo prazeroso e amigável.

### *2.3.7 – Bella Sandre Aparecida Silveira de Oliveira Miranda: a conquistadora*

A quinta entrevistada foi a professora, Bella Sandre Aparecida Silveira de Oliveira Miranda, com 53 anos de idade, aposentada, extrovertida, alto astral, bem resolvida consigo

mesmo, ela nos relatou que o caminho que teve que trilhar para ter essa segurança em si foi por sua vez árduo, pesado, com diversas situações de segregação e racismos, os quais ela relatou no decorrer da entrevista. Bella é casada, tem um casal de filhos, que se chamam Naiany e Diego, residem em Anhanguera Goiás, mora em casa própria e possui seu carro. Em sua casa residem oito pessoas, sendo dois netos, dois filhos, uma nora, um genro, o esposo e ela. É formada em Pedagogia pelo CESUC (foi bolsista durante todo curso, pois, não tinha condições para pagar uma faculdade), tem pós-graduação em políticas públicas pela UEG.

Aparentou ser uma mulher independente, que cuida de casa e de tudo. Tem o marido que ajuda nas despesas, mas ela é mais responsável por tudo. Pelo que pudemos notar, Bella é uma mulher de fibra, guerreira, paciente.

E, no final da entrevista ressalta que, seu maior sonho é “Ainda sonho com direitos igualitários para todos os seres humanos.” E fala que uma de suas maiores alegrias foi ocupar o cargo de professora, que mesmo com tanto preconceito na época, era algo reconhecido, renomado, e ela precisava honrar a oportunidade que teve. Ela diz que:

Uma das minhas alegrias conquistada, por ser negra, que na época a aceitação era mais complicada, aqui as oportunidades de emprego foram poucas, porém como negra eu tenho uma postura legal de fazer melhor ou igual a qualquer outra pessoa. Minha cidade é pequena tudo naquela época era resolvido através da pessoa: 'quem indica'. Então prestei o concurso municipal e consegui. Encontrei piadinha no decorrer da carreira e até hoje ainda encontro, mas com competência ocupei profissionalmente a carreira de professora, meu primeiro emprego. Então a preocupação de fazer direitinho era muita, pois, tinha que honrar a confiança que pessoas depositaram em mim. E foi uma das minhas maiores alegrias, ter o apoio da minha família, minha aposentadoria com saúde e uma grande história de experiência e de vida. Sobre minha personalidade, eu acredito no que quero conquistar E vou à luta”. (MIRANDA, BELLA SANDRE APARECIDA SILVEIRA DE OLIVEIRA. Entrevista 05, Jun. 2016, p. 1).

É possível notar, na fala de Bella, a importância da sua formação como professora para a construção positiva da sua identidade como mulher negra. Nesse sentido, como já dissemos antes, a formação profissional tem papel fundamental na vida de pessoas segregadas por sua cor, pois é um espaço em que pesa a sua opção por ocupar um lugar, comumente de brancos e brancas, mas que nem por isso lhes pode ser negado. Achei interessante a resposta que ela nos dá quando perguntamos como se definia nessa pesquisa, ela nos respondeu ousadamente, com segurança, com certeza, com pontualidade e firmeza na voz e no olhar.

Sou Negra! Uma pessoa consciente, verdadeira e objetiva em relação à entrevista. Feliz por poder contribuir com minha vasta experiência de vida, que não foi e não é fácil pra ninguém principalmente para a raça negra

(MIRANDA, BELLA SANDRE APARECIDA SILVEIRA DE OLIVEIRA. Entrevista 05, Jun. 2016, p. 1).

Ou seja, Bella valeu-se da sua vida, da sua história dos seus enfrentamentos sociais e profissionais como suporte para sentir-se sujeito de sua existência. Quando perguntamos sobre o tipo de educação que recebeu, ela pontua que era tradicional e, pelo que percebemos todos os entrevistados, tiveram passagem por essa educação tradicional, que por sinal não lhes deixaram boas lembranças, mas não os fizeram reproduzir esse tipo de educação, aparentando serem professores diferentes em relação ao que foram seus próprios professores. Ela nos diz que:

Era bem tradicional, era mais rígido não tinha essas arregalias que a gente tem hoje não, a insistência aquela persistência pra gente aprender e tudo, aprendeu bem, não aprendeu (pausa) tinha que saber de qualquer forma. “Ainda peguei esse pouquinho desse tempo, depois foi melhorando, aí a gente já era mais compreendida, como aprender e elas passar a ensinar pra gente” (MIRANDA, BELLA SANDRE APARECIDA SILVEIRA DE OLIVEIRA. Entrevista 05, Jun. 2016, p. 1).

Quando indagamos sobre sua opção pela docência, porque escolheu ser professora em meio a tantas outras opções, ela nos diz que.

Oportunidade! Foi meu primeiro emprego que surgiu e eu acatei, tanto que eu tinha feito contabilidade, minha primeira formação foi contabilidade, técnico em contabilidade, aí eu cheguei aqui, voltei pra minha cidade de Anhanguera e aí já estava o magistério já estava funcionando aí eu ingressei no magistério e fazendo os estágios e aí eu tive essa oportunidade de seguir que a professora teve que sair da sala foi embora pra outra cidade e aí eu peguei assumi a sala, então foi a oportunidade que eu tive estou até hoje, estava né, porque agora aposentei (MIRANDA, BELLA SANDRE APARECIDA SILVEIRA DE OLIVEIRA. Entrevista 05, Jun. 2016, p 2).

Atualmente aposentada, diz sentir a sensação de dever cumprido. Ao fazer o questionamento sobre situações de racismo, a professora problematiza e nos traz à tona algumas situações de racismo vivenciadas por ela. Com muita tristeza e, até mesmo com um pouco de resistência para falar sobre o assunto, mas depois de certo tempo ela nos diz.

É muito difícil, porque nem todos teve a mesma oportunidade que eu, eu vejo que muitos também não têm né? por serem realmente negros, aí que acontece, essa questão é muito complicada você falar assim oh, quando eu comecei a única formada na minha cidade graduada era eu, então me chamaram me convidaram, às vezes se tivesse outra (pausa, silêncio por um tempo) ... Às vezes a oportunidade não seria minha, porque? porque eu tive entrevista com outro emprego e era o clube náutico, na época eu não passei por causa da minha cor (voz baixa, olhos querendo lacrimejar, pausa) a outra era branca né... E. (pausa) optaram pela outra. E a outra não tinha o que eu tinha que na época era datilografia, eu era formada em datilografia tava super preparada (pausa, lágrimas) e elas não me aceitaram por eu ser negra

(pausa longa) e não tinha como recorrer! (MIRANDA, BELLA SANDRE APARECIDA SILVEIRA DE OLIVEIRA. Entrevista 05, Jun. 2016, p. 2).

Depois de relatar o ocorrido, foi extremamente difícil prosseguir com a entrevista, veio a mim certo constrangimento em continuar com o questionário, porém, prosseguimos. Tentei descontraír o ambiente e ela também tentava passar a imagem de alguém que estava tranquila, ao falar do assunto, porém o riso, a inquietação e o silêncio principalmente nos fez perceber que relembrar esse ocorrido ainda a feria. Ela fala sobre alguns jargões que ouvia no decorrer da jornada tais como “Ouvi muito se essa negra fosse branca ninguém aguentava. Preto quando sobe na caixa de fósforo quer fazer discurso” mais isso não a paralisou, ela continuou e atualmente conta com muito orgulho que venceu que é aposentada, que deu orgulho para família, e de fato, pelo que conversamos com alguns moradores de Anhanguera, a professora Bella é um exemplo de determinação, coragem, mulher guerreira, de fibra.

A partir do que vimos acima, é possível identificar que a “raça”, essa raça negra, acaba funcionando como um dos fatores primordiais para o preenchimento de lugares e posições na estrutura de classes de nossa sociedade. E, nesse caso, uma grande parcela da sociedade, aquela maioria que se identifica como brancos, aproveitam desse racismo para tirar vantagens sobre os negros, como foi o caso sofrido pela professora Bella, que mesmo estando qualificada e apta para assumir a função de contadora naquele clube, pois tinha o curso de contabilidade, não foi admitida, pois sua “raça”, sua cor não era a que servia para aquele momento.

Voltamos novamente à questão das aparências, os estereótipos da mulher negra, isso ainda hoje é empecilho para estar inserida no mercado de trabalho. Aguiar (2011) pondera que “Em um processo de competição no mercado de trabalho, caso as pessoas entrem nessa arena com os mesmos recursos, exceto a “raça” o resultado acaba sendo uma posição inferior a dos não brancos.” (AGUIAR, 2011, p. 45).

Quando perguntamos a Bella se já passou pela condição de ser objeto de racismo ou discriminação ela narra o ocorrido.

Ah! sim, esse do clube foi o meu primeiro, só que na época, não tinha muita alternativa pra refutar, era assim: ou você brigava, discutia, xingava ou você aceitava, e eu acho que eu omiti, eu não lutei por esse primeiro emprego, mas foi bom, que o clube faliu e eu continuei na escola, porque se eu tivesse no clube às vezes eu não ia ter outra oportunidade. Quando eu estudava também, no segundo grau, aliás, no primeiro grau, aí me entregaram o meu boletim com gordura e eu fui reclamar, eu não queria o meu boletim com gordura aí a diretora disse o seguinte: se essa nega fosse branca ninguém aguentava. Quer dizer? Eu não falei nada entendeu? E o boletim ela trocou só que trocou de cara feia e eu não reclamei. A gente não reivindicava na época, agora até a gente está mais falante, procurando destacar e colocar na

cabeça das pessoas que realmente somos iguais, independente da cor, mas naquela época não (MIRANDA, BELLA SANDRE APARECIDA SILVEIRA DE OLIVEIRA. Entrevista 05, Jun. 2016, p. 1).

Neste momento percebemos que Bella, fez uma reclamação de formalidade e foi respondida com um gesto racista, isso nos remete à sociedade segregacionista que vivemos, será que se fosse uma aluna branca a reação seria a mesma? Como podemos notar claramente a comparação da personalidade dela foi baseada a partir da cor, e não do ato. Vejamos também que quando ela se “glorifica” com a falência do clube, nos induz a entender que o sentimento de vingança, ou mesmos de desforra, pode ser interpretado também como forma de resistência. E ela conclui dizendo que essas foram as duas situações em que ela sentiu na pele o “peso” de ser negra que mais a marcou, desde a infância até os dias atuais.

O que podemos concluir dessa história é que a população negra na sociedade brasileira passa por situações desagradáveis, porém muitas vezes, essas situações acabam sendo “mascaradas”. Como nos aponta NASCIMENTO (1978, p. 85),

É o preconceito de cor o fator predominante que não proporciona a esses sujeitos históricos oportunidades para estarem à frente de uma escola. Com efeito, candidato de cor, mesmo com habilitação para o comércio, escritórios, hospitais, firmas estrangeiras, e outros estabelecimentos que exigem pessoas de “boa aparência” não conseguem trabalho [...] é o preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como fator do desemprego, em seguida vêm a idade e a nacionalidade.

Ao final de quase todas as entrevistas, com exceção do professor Robson, as professoras mostraram-se angustiadas por falar de algo que ainda está latente, algo que ainda dói, por, segundo elas, a sociedade ainda não está preparada para viver com negros e brancos sem distinção de raça etnia. Particularmente entendemos essas diferenças entre os relatos, ainda como fruto de um preconceito de gênero, ainda hoje, as mulheres são mais discriminadas que os homens, em relação a ser negra, os lugares que a sociedade predestinou para mulher negra que seria a “mucama”, a empregada doméstica, objeto sexual, mulher pra “pegar” e não pra casar, e diversos outros fatores.

Notamos que a escola tem sido ambiente de dissabores para essas professoras negras, suas memórias sobre situações que ocorreram no âmbito escolar são cheias de desprazeres, e no mais simples podem ser definidas como conflituosas. Entendemos o que Chartier (1988) chama de lutas de representação, já que no contexto do racismo, também se pode situar essas lutas, pois definem os merecimentos, os valores e direitos de sujeitos históricos colocados em relação. Assim, a escola pode ser vista como espaço de cultura que perpetua representações de

mundo que, no Brasil, tem elaborado o negro e a negra, desde os tempos coloniais, como sujeitos despreparados para a “civilização” e, por isso reduzido à condição de sujeito inferior.

De tudo que foi exposto, pontuado e vivido acima, entendemos que, em suma, na vida de todas as professoras entrevistadas, o “ser negra” fazia parte delas, pois carregavam consigo os sabores e dissabores de ser negra. Mesmo que a maioria representasse as “candaces” da atualidade, suas histórias nos mostram mulheres destemidas, desbravadoras, confiantes guerreiras. Os seus silêncios, os gestos, os risos frouxos e as lágrimas exprimem certa rejeição social devida ao fato de serem negras, ou seja, são conscientes de que sua cor foi usada como o fator principal ao serem recusadas, discriminadas e constrangidas, especialmente no âmbito profissional. Isso nos mostra que a discriminação e o racismo são formas de opressão e exploração de pessoas que foram e são, por sua cor negra, inferiorizadas e estereotipadas como indignas da cidadania plena.

Entendemos que a escola tem o papel primordial de formação, socialização que abrange saberes múltiplo. Quando observamos a cultura escolar em que esse professor e essas professoras estão inseridas, notamos que a escola não tem desenvolvido bem o seu papel socializador.

O que podemos perceber, ao final de todas as entrevistas, é que a maioria ficou com grande vontade de chorar, ao relembrar fatos e circunstâncias que, de certa forma, as feriram, mas ao mesmo tempo a sensação de dever cumprido por ter a ousadia de abrir a boca e contar como é ser negra, professora em um sistema que as discrimina e tenta a todo o momento excluí-las da educação. Em suas falas ressaltam que a universidade precisa saber disso, que o racismo existe e que pessoas fora da universidade têm sofrido danos e sequelas marcantes por causa deste e, por vezes, por este racismo não ser evidenciado, alguns optam pelo silenciamento, acreditando que nada pode ser feito.

A professora Raquel, pontua que se sente lisonjeada por fazer parte de uma entrevista tão importante para a propagação do conhecimento, circulação deste no meio acadêmico, e ainda ressalta que acredita que por esse viés ainda vamos conseguir um país mais democrático racialmente.

Nas entrevistas realizadas estamos diante de mulheres e de um homem estabilizados financeiramente, com seus construtos de suas histórias, referência em suas casas, pessoas de garra e fibra, mais que são fragilmente atingidas em suas dores, em suas memórias de um passado que as feriram e de um presente que ainda os fere. Aquele homem e mulheres fortes externamente, porém em seus interiores são também almas que sabem os dissabores que perpassaram em suas vidas, mesmo tentando externar alegria, seus silêncios, paradas para

refletir, rememoração, mostravam suas almas despidas e sangrando. No início das entrevistas se mostraram extremamente pessoas seguras, mas no desenrolar das falas foram ficando retraídas, creio, que nem elas mesmas sabiam do efeito que causaria falar, lembrar essa ferida que de cicatrizada não tem nada, e sim está sangrando ainda. Vale ressaltar que o processo de rememoração é um processo extremamente doloroso, pois a lembrança vem carregada de sentimentos, carregada de afetos, e isso não é um processo controlável, pois depende da memória involuntária, que coloca em cena não um fato, mas um processo de reconhecimento da violência que afligiu o sujeito que lembra. Como a própria professora Joana aponta “dá uma profunda tristeza lembrar tanta tristeza que já vivenciei meu dia não será o mesmo depois desta entrevista”. Nesse momento, mesmo entendendo minha função ali, somente como a pesquisadora, pude compartilhar de sua dor, aliás, de suas dores. Em outros momentos, consegui me identificar diante das situações que por elas foram vividas, e por mim também.

No decorrer das entrevistas às vezes as lágrimas desejavam sair, porém me contive, e as deixava falar, afinal ficaram tanto tempo caladas, silenciadas em suas histórias e suas memórias, e agora era hora de falar, de rememorar, de viver.

Em suma, seus depoimentos se interligam, mesmo sendo pessoas distintas suas experiências com o racismo acabam sendo parecidas, os questionamentos não eram isolados mesmo que elaborados individualmente. Como eu disse acima, suas experiências cotidianas e escolares, refletem suas angústias que acabam sendo as mesmas. Homem e mulheres negras, docentes, com idade entre 35 a 55 anos, quatro em exercício e duas que se aposentaram recentemente.

A partir de todas essas pessoas que foram ouvidas, podemos entender que o racismo existiu no passado, mas é um fato marcante nos dias atuais. Por isso a importância de acessar professor e professoras que narraram, através da memória, suas histórias e experiências expondo suas representações de mundo baseadas em suas vidas, contaram que passaram e passam no seu dia a dia por situações desafiadoras de serem professoras e professor negros, sofrendo na pele esse racismo.

Os relatos do professor e das professoras a partir destas entrevistas, mais uma vez nos escancara uma cultura escolar que está permeada de racismos e preconceitos e cada dia mais perpetuando a desigualdade entre negros e brancos. O discurso de igualdade racial nas escolas não passa de teoria, pois na prática a desigualdade é notória entre brancos e negros. O desrespeito e o desprezo também são perceptíveis, como pudemos notar acima nesses relatos com as professoras, pois essas com cultura tida como diferente da cultura dominante do

padrão europeu, apesar de partilharem dos valores da mesma, mas por sua cor não são vistas como pessoas que merecem também o mesmo respeito.

Ainda hoje ser professor negro ou professora negra diz respeito ao rompimento de inúmeras barreiras, pois como pontuaram as entrevistas, não foi fácil ter uma formação universitária em um país onde grande porcentagem dos negros e negras está desprovida de escolaridade e sendo assim, ocupam cargos subalternos com salários baixos. Ser professor negro, ser professora negra e estar em uma sala de aula já é uma conquista em um espaço de lutas, uma forma de resistir a um sistema que insiste todo tempo em dizer que este não é o seu lugar. Silva (2006) nos afirma que

Observamos, então, a escola como uma instituição ímpar, que se estrutura sobre processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento, constituidores da própria cultura, que não é monolítica, nem estática, nem repetível. [...] A cultura escolar, evidencia que a escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimentos, mas é, ao mesmo tempo e talvez principalmente, um lugar de “inculcação de comportamentos e de habitus” (SILVA, 2006, p. 2006).

O ambiente escolar se torna esse espaço de lutas, pois a população negra passa por impasses tanto para ter uma formação universitária quanto para resistir às formas de discriminação e ao racismo nesse lugar, reagindo durante muito tempo em forma de silenciamento, por não se ver inclusa nesse sistema que insiste em excluí-los. E é nesses espaços da cultura escolar que estão inseridos nossas entrevistadas e entrevistado, essas memórias marcadas por e nesses espaços causam ressentimentos, e isso não ocorreu de uma hora para outra e sim em meio a uma longa tradição de exclusão.

A Educação é um mecanismo essencial no combate ao racismo e à discriminação, e diante desse lugar que é a escola, a mesma se apresenta como um espaço primordial para a discussão do racismo e para promover ações que objetivem a conscientização sobre igualdade de cores e raças. Esse é um desafio para a prática docente, imprescindível, no qual devem discutir valores culturais, estereótipos, dentre outras questões diretamente ligadas à cultura africana e aos negros, pois a escola deve não somente ser geradora de conhecimento e sim formada de pessoas com consciência histórica que estejam aptas para não reproduzir o racismo nas suas múltiplas formas. Aguiar (2011) afirma que: “Nessa direção rediscutir nossos valores, padrões de beleza, comportamentos e lugares sociais é papel do docente comprometido com uma escola que não apenas reproduz o conhecimento, mas que questiona e constrói o senso crítico dos alunos” (AGUIAR, 2011, p. 52).

Essa formação de professores é indispensável para uma educação de qualidade para todos, impactando e provocando inclusão, adotando também políticas educacionais juntamente com estratégias pedagógicas que valorizam a diversidade, e, cuja finalidade principal seja a superação da desigualdade étnico-racial presente na cultura escolar brasileira, em todos os setores. Reconhecimento, essa é a palavra-chave, sendo esse reconhecimento uma forma de questionar relações de supremacia branca sobre o negro, haja vista que o negro é desqualificado e atribuem a ele estereótipos pejorativos, violência física, mental, intelectual, atributos típicos de uma sociedade hierarquicamente branca. Isso precisa ter um fim, e o reconhecimento é o princípio para isso, pois o reconhecimento trará respeito, consideração, valorização à cultura afro-brasileira, aos povos negros, compreendendo seus valores, as suas lutas. Reconhecer exige ensino, exige educação, exige uma mudança de mente, exige readaptar a cultura escolar e a sociedade na sua totalidade. Nesse caso, consideramos ainda a escola como um dos caminhos para tal, mas não se limita a ela. Reconhecer gera mudança que, por seu lado, exige esforço público, acadêmico, legal, jurídico, mas imprescindivelmente, cultural. Como podemos ver, as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, pela resolução 1 de 17 de junho de 2004. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, infere que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando à reparações, reconhecimento e valorização da identidade, cultura e história dos negros brasileiros dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (p,6)

E, voltando às professoras e ao professor no decorrer das entrevistas a partir de suas memórias e identidade como mulheres negras e homem negro fomos percebendo essa necessidade de reconhecimento e interferência positiva da educação. Claro que as professoras que já foram feridas por esse sistema racista ainda terão marcas profundas, porém podemos evitar que próximas professoras, alunos e outras pessoas que fazem parte da cultura escolar, sofram o que essas mulheres sofreram pela sua raça, cor, etnia. Algumas se apropriaram dos

discursos de verdade concebidos pela sociedade que deterioraram ainda mais sua autoestima. A mídia, os jornais, a historiografia que retratam o negro como escravizado, inferior, marcaram essas relações que acabam acirrando cada vez em especial no ambiente escolar, porém não apagaram o esforço e a luta de pessoas, de seres humanos em ter seus direitos respeitados, seja qual for a sua cor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução deste trabalho foi extremamente importante para mim. Pois, depois de tanto ler sobre racismo, discriminação, preconceito, cultura africana e afro-brasileira e angariar mais ideias para meu desenvolvimento intelectual puderam ter certo equilíbrio ao tratar da temática, sem extremismos, sem sentimentalismo e sem vitimismo. E, o mais importante, pude me encontrar, me redescobrir como mulher, em específico como mulher negra, pois minha graduação foi o pontapé inicial para essas descobertas, mas o mestrado foi o eixo norteador de uma nova reflexão sobre a vida. As discussões em sala, o aporte teórico, as leituras sobre o tema, contribuíram de forma gradativa e significativa para consolidação de ser mulher negra, que se aceita, que se ama. Hoje, posso dizer que amo meu cabelo “pixaim”, minha boca, minhas expressões corporais, porque assim como essas professoras tinham marcas na alma de racismos, eu tinha as minhas, e, no desenrolar das entrevistas, descobri que eu as havia deixado trancadas num quatinho escuro dentro de mim, e elas vieram à tona com toda força, não haviam cicatrizado, mas podiam agora vir à tona e assim como elas fizeram, eu desnudei minhas memórias.

Posso dizer que essa dissertação transitou do pessoal para o acadêmico, configurando uma pesquisa que possui uma identidade, ainda que não se trate de uma autobiografia ou desabafo pessoal. Ela é uma pesquisa que se coloca em uma posição política porque se ocupa em elaborar uma identidade negra, através de memórias de pessoas que dificilmente deixariam suas lembranças fixadas em algum lugar, como é o caso dessa dissertação. A identidade é fonte de sentidos que por sua vez são derivadas de experiências, do que é ser negra ou negro no Brasil hoje. Dessa forma, não se pode viver o hoje em função do passado cruel que as populações negras vivenciaram, um passado com feridas que não se cicatrizaram, sangrando e repercutindo na atualidade, mas sim, é preciso combater os resquícios da escravidão e da libertação, tal como foi feita no Brasil, que não permitiu aos negros e negras uma vida livre para ser cidadão.

Essa pesquisa é uma resposta ao racismo e à segregação que eu, minha família meus amigos, amigas e minhas entrevistadas negras viveram, porque hoje tenho condições práticas, teóricas e afetivas de enfrentar o racismo como uma luta. Diante de tudo isso, afirmo com segurança que mais do que nunca, a escola é um espaço em que se pode lutar contra o racismo a partir da reconstrução de novas bases para a cultura escolar, pois há um conhecimento produzido e em produção, que permite a essa escola repensar seu papel social e sua grande influência na vida dos indivíduos que dela fazem parte, tanto na formação da sua identidade,

na descoberta do seu eu pessoal, mas também do seu eu relacional, dentro da sociedade. No meu caso, minha descoberta do meu eu no âmbito escolar foi, inicialmente, degradante, retrógrado, e que me fez a cada dia me distanciar da minha identidade negra, e me aproximar cada vez mais dos padrões europeizantes em todos os sentidos, e assim como aconteceu na minha vida aconteceu na vida dos meus irmãos, dos meus primos e primas, amigos e amigas, conhecidos, enfim de várias outras crianças negras que passaram por essa cultura escolar, que ainda exclui, e segrega, mas que hoje vejo que as oportunidades de mudança, reconhecimento da cultura negra, estão mais amplas, cabe acatar e colocar em prática tudo que já está na teoria. Mesmo assim, e apesar de tudo, foi dentro dessa cultura escolar que, sem saber muito bem o significado, tive contato com pessoas que me apresentaram outras possibilidades de ser uma menina negra, como a professora que me presenteou o livro *A Cor da Ternura*.

Minhas escolhas para essa discussão foi de contar histórias que me permitisse, também, apontar caminhos para se pensar e enfrentar o racismo sofrido pela população negra, nos dias atuais, na microrregião do sudeste goiano, mas não somente aqui, e sim um racismo que abrange todo Brasil, um país que compartilha da teoria de democracia racial, porém uma inverdade, uma ilusão facilmente desconstruída por estudos como o que fizemos.

Pensar as professoras e os professores negros foi uma escolha, pois, se não temos professores negros, é porque também não temos alunos negros. Entendemos e identificamos que o problema não começa na docência, mas sim na condição de estudante, pois a partir das entrevistas pudemos observar que grande parte das experiências de racismo que as professoras sofreram se deram no âmbito escolar, ainda como alunas, e essas experiências marcaram suas vidas até os dias atuais. Suas experiências de racismo na docência são frutos de um problema não resolvido na raiz, na família, na escola, nos grupos sociais dos quais fizeram parte quando ainda eram crianças. São frutos também dos autoconceitos, de identidade que lhes eram impostas, formando na cabeça dessas crianças ideias falseadas do que é era ser negra ou negro. Ou seja, a pesquisa nos permitiu ainda dar a ler essa cultura brasileira cheia de representações sobre o ser negro e que valida a discriminação, o racismo e tudo que disso deriva: a baixa autoestima de negros e negras, a violência, a pobreza, o sofrimento. Nesse sentido reforçamos a ideia de que a educação é libertadora, e ela pode mudar o rumo dessa história, pois a escola sendo uma dos espaços de formação dos sujeitos ocupa uma posição importante na formação da consciência histórica e da consciência de estar no mundo.

Devemos levar em consideração que o tempo, a disponibilidade e o alcance de pessoas que quisessem falar, limitaram o trabalho metodológico, mas, não o impediu. Trabalhar com

uma pesquisa, em que se trata de histórias de vida, através de fontes orais, demanda um tempo e uma paciência nem sempre em dois anos é o suficiente. Isso também nos obrigou a fazer escolhas sobre o que era ou não possível de ser respondido às questões da banca de qualificação. Gostaríamos, por exemplo, de termos entrevistado alunos e alunas, professoras e professores brancos, como sugeriu a banca de qualificação, porém tivemos que nos ater ao que nos era mais imediato para as discussões que teríamos que fazer. Outro exemplo são os próprios dados coletados, os quais poderíamos fazer uma comparação mais profunda com os dados populacionais do IBGE, ou mesmo os censos escolares, porém a premência do tempo nos fez nos atermos apenas o que já tínhamos em mãos e, que, a nosso ver, foi alcançado por um grande esforço de tempo.

Vale ressaltar, que o financiamento da pesquisa, como a minha foi pela FAPEG, fez toda a diferença entre poder se dedicar à pesquisa, ter os materiais necessários, ter condições de o deslocamento até as escolas de várias cidades e, até mesmo, ter recursos para a compra de livros necessários para a execução da pesquisa.

Quero, neste momento, dar ênfase maior no papel de um mestrado profissional e sua vocação para a sociedade, ou seja, o meu trabalho foi construído tendo por base uma reflexão engajada em uma luta que é social, o que me mostrou a importância da academia se abrir aos debates de hoje. O mestrado possibilitou a mim, aos colegas e, mesmo a minha orientadora, discutir o tema, em oficinas, debates, e na própria sala de aula.

Uma das atividades mais empolgantes foi a realização de um minicurso que fez parte das atividades práticas que compõem o processo de dentro do PPGH – Mestrado Profissional da UFG/Regional Catalão, no qual as reflexões expressas são resultados preliminares desta pesquisa. As atividades desse minicurso aconteceram como parte de um evento maior - CONPEEX, 2015 - realizado pela UFG/Regional Catalão. O título da oficina era: *Educação e Racismo no Sudeste Goiano* e a mesma se dividiu em dois dias totalizando uma carga horária de 4 horas. Recebemos 50 inscrições de interessados (as) em participar da oficina, sendo que a princípio planejávamos disponibilizar 30 vagas, mas a demanda superou nossa expectativa. A maioria dos inscritos era graduandos de uma das licenciaturas da UFG- Regional Catalão. Para atender à demanda desse público de futuros educadores, privilegiamos uma abordagem multidisciplinar sobre questões conceituais, históricas e contemporâneas da temática abordada.

O minicurso desenvolvido como Oficina de Ensino, a nosso ver metodologia privilegiada de ensino buscou atender o objetivo da atividade colocando em debate as discussões sobre racismo, preconceito e discriminação, tendo como ponto de partida

discussões sobre a cultura brasileira e o papel do riso na mesma. Nossa proposta, assim, foi elaborar uma oficina de ensino de história, para futuros professores que debatessem as situações, práticas e discursos cotidianos que muitas vezes, por trás do riso, expressam relações raciais, racismo e preconceito social, de forma que os presentes se atentassem para a importância de se compreender que muitas vezes as ações mais simples reforçam e perpetuam o racismo.

Refletimos, juntamente com o público, os percursos que contribuíram para a construção da identidade dos negros e negras brasileiras em geral, e desses que se tornaram professores (as), pensando nos contextos vivenciados por estes indivíduos, e nas representações que eles têm sobre as diversas maneiras de estar no mundo, pontuando as multiformas de dar significado às discriminações sofridas em função dos diversos contextos vivenciados por esses sujeitos. Com isso, propusemos um acalorado debate que resultou na verificação de que se têm poucos professores e professoras negras em nossa região e que isso não é mera coincidência, mas resulta de um processo maior, em que a negritude no Brasil foi sendo negada e transformada em um defeito ou degenerescência que precisava ser estirpado da sociedade, com projetos e programas de "branqueamento" da sociedade como se viu em tempos passados quando se buscava incentivar uma imigração de brancos e não de pretos para o país.

Percebemos, com esse debate, que a condição do professor ou professora negro em Goiás tem sido pouco debatida, mas interessa a um conjunto grande de pessoas. O minicurso se tornou então um espaço privilegiado não só para socializar pesquisa, mas para ouvir o que as pessoas têm pensado sobre os temas em discussão. Nesse sentido, a continuidade do minicurso problematizou nossa vida cotidiana, a partir de um olhar sobre a sociedade na qual vivemos. No sudeste goiano os professores e professoras negros vivem experiências desagradáveis de racismo e de discriminação que acontecem às vezes de forma silenciosa, outras vezes de maneira explícita, tanto dentro quanto fora do âmbito escolar e não só nestes ambientes mais em vários outros.

Diante disso, a proposta de começar a discussão prática de nossa oficina se mostrou acertada, pois nos colocou de frente como um grupo que se identificava com a temática e, mais, se posicionou como um grupo de combate ao racismo. Isso porque esse grupo compreendeu que em nossa cultura é muito comum o contar piadas sobre negros, com se isso não implicasse em questões maiores como a perpetuação da discriminação. Ora é a cor da pele, ora são os cabelos, ora os lábios grossos, o nariz chato, as pernas, o bumbum da mulher negra, o samba, o futebol, em fim, cada piadista acha uma das características de negros e

negras o motivo para rir e provocar-nos outros o riso. Dessa forma, percebemos com essa atividade que podemos transformar a sala de aula em um campo onde o saber está a serviço da sociedade e sua cultura, mas deve ser pensado como trabalho para a vida, para a liberdade para a cidadania de todas as pessoas. O minicurso, então, mostrou-se uma oportunidade de debater tais temas junto à comunidade acadêmica da UFG, ampliando nossas formas de intervenção intelectual na defesa de homens e mulheres que em todo momento se veem marcados por sua cor, origem, crenças e formas de viver. Em sua finalização os participantes elaboraram cartazes com frases que demonstravam sua leitura das discussões propostas.

Além do minicurso fizemos diversas comunicações e apresentações do trabalho em questão, socializando e enriquecendo mais ainda as discussões, pois, cada apresentação era uma nova aprendizagem sobre o tema e momento em que outras pessoas compartilhavam suas leituras e experiências com o assunto.

E por fim, quero salientar, que o mestrado contribuiu de forma significativa e abundante na minha vida como mulher e como professora negra, pois até então, eu pensava que já estava liberta da minha autonegação e rejeição. Até então, acreditava que a graduação já tinha feito o trabalho completo, mas hoje entendo que, naquele momento, eu comecei a me encontrar no mundo e descobrir a minha identidade, mas somente durante o mestrado que eu me aceitei enquanto sujeito, portadora de fenótipos negros, os quais hoje eu amo, aceito e defendo. Foi através do mestrado que permiti que os meus cabelos cacheados e volumosos voltassem a ser livres da *chapinha* e da *progressiva*, foi através do mestrado que ousei nas cores das roupas e dos batons, foi através do mestrado que ousei nos turbantes mais coloridos e diversificados, foi através do mestrado que além de fazer o ballet me interessei pela dança afro, e me identifiquei com ela, foi através do mestrado que comecei a falar com segurança e orgulho: “não sou pardinha, sou Negra!” “sim, eu amo meus lábios carnudos” “sim, eu me amo assim”. Foi através do mestrado que comecei a não me importar mais com o que os outros pensam sobre o meu cabelo e quando o compara a uma juba de leão, aliás, hoje eu amo ser um leão, isso me faz feliz, me faz bem.

O Mestrado, as disciplinas, as discussões, as leituras, as conversas, as orientações, as apresentações de trabalho, as oficinas e minicursos desenvolvidos dentro do programa, mudou profundamente e significativamente a minha vida. E espero que ele assim o faça na vida de outras pessoas, que elas possam se encontrar, se identificar, e ter sua identidade não a partir do que o outro diz mais a partir do que sentimos ser, isso sim, tem todo valor. No mais, é isso.

**LISTA DE ENTREVISTAS:**

Entrevista 01 – Joana Darc de Fátima Ferreira Silva, 50 anos de idade, Goiandira – Goiás, 10 páginas. Transcrição acervo pessoal. 28 de Junho de 2016.

Entrevista 02 – Robson Cândido Elias, 39 anos, Goiandira – Goiás, 6 páginas. Transcrição acervo pessoal. 29 de Junho de 2016.

Entrevista 03 – Raquel da Silva Veríssimo Mesquita, 44 anos, Catalão – Goiás, 8 páginas. Transcrição acervo pessoal. 09 de Junho de 2016.

Entrevista 04 – Cynthia Ellen Bonifácio, 35 anos, Anhanguera – Goiás, 4 páginas. Transcrição acervo pessoal. 03 de Junho de 2016.

Entrevista 05 – Bella Sandre Aparecida Silveira de Oliveira Miranda, 53 Anos, Anhanguera – Goiás, 6 páginas. Transcrição acervo pessoal. 03 de Junho de 2016.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Marcio Mucedula. Desafios da prática docente na construção de uma educação antirracista. In: FILHO, Guimes Rodrigues; PERÓN, Cristina Mary Ribeiro (Org.) **Racismo e Educação**- Contribuições para implementação da lei 10.639/03. Uberlândia: Edufu, 2011. p 43-53
- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.
- ALBERTO, Luiz. O humano direito a identidade. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. et al. (Org.) **A cor do medo**: homicídios e relações raciais no Brasil. Goiânia: Editora da UFG, 1998. p. 61-70.
- ASSUNÇÃO, José de. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p 38-63, jan./dez. 2011.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.
- BARBOSA, Maria Inês da Silva. Todos a Bordo. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. et al. (Org.) **A cor do medo**: homicídios e relações raciais no Brasil. Goiânia: Editora da UFG, 1998. p. 91-98.
- BARROS, J. D'Assunção. **Igualdade, desigualdade e diferença**. Rio de Janeiro: LESO, 2010
- BELL, Lee Anne. **Contando contos**: o que as histórias podem nos ensinar sobre o racismo. *Etnia Raça e Educação*, v. 6, n. 1, p. 3-28, 2003
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução 1, de 17 de junho de 2004. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: MEC/SEB, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.
- CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. 2. ed. São Paulo: Attar, 2006.
- CARVALHO, José Jorge de. Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília. **O público e o privado**, CEPE, n. 3, p 9-59 jan./jun. 2004.
- CHARTIER, Roger. A nova história cultural existe? In: PESAVENTO, Sandra. **História e linguagens**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p 29-43.

\_\_\_\_\_. **História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand do Brasil, 1988.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CURY, Maria Catarina; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. **Professores negros: etnicidade e processo identitário.** s/d. Disponível em: <<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-diversidade/RELA%C3%87%C3%95ES%20%C3%89TNICAS/WEBARTIGOS/professores%20negros%20eticidade%20e%20processo%20identitario.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2012.

DIAS, Luciana de Oliveira. Diversidade e processos de identificação: um debate sobre relações étnico-raciais e de gênero. **Opsis**, Catalão, v.10, n. 1. p. 55-73, jan./jun. 2010.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Dominus, 1965. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u112473.Shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O Brasileiro, o Racismo Silencioso e a Emancipação do Afro-Descendente. **Psicologia & Sociedade**, v.14, n.1, p. 69-86, jan./jun. 2002.

FILHO, Luciano Mendes. et al.. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FREITAS, Patrícia. A Lei 10.639, O ensino de história e a cultura afro-brasileira. **Opsis**, Catalão, v.10, n. 1, p. 15-28, jan./jun. 2010.

FRIAS, Bruna de; NOVAES, Fernanda; SANTOS, Joyce. A força da mulher negra. O reflexo do espírito guerreiro das Candaces, rainhas da África ancestral, na mulher negra brasileira de hoje. **Eclética**, p. 60-63, jul./dez. 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade Fragmentada um estudo sobre a história do negro na educação brasileira.** 1993-2005. Brasília: INEP, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Professoras Negras: Identidades e Memória. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, p.49-58, dez. 1993/ jun. 1994.

\_\_\_\_\_. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2012. Disponível em : <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1567>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Educação e identidade negra. **Aletria: alteridades em questão**, Belo Horizonte, v.6, n.9, p. 38-47, dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Diversidade étnico racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBP**, v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação Anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, 2005. p. 1-24.

GONÇALVES, Rita de Cássia e LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Democracia Racial: O ideal, o Pacto e o Mito. **Novos Estudos**, n.61, nov. 2001.

GUIMARÃES, Geni. A Cor da Ternura. Ilustrações Saritah Barboza, 12ed. São Paulo: FTD, 1998.

IBGE. 2004. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em: 12/06/2015

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 26 out. 2015.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, Autores Associados, n. 1, p. 9- 43, jan./jun. 2001.

LADSON-BILLINGS, Gloria. Just what is critical race theory and what's it doing in a nice field like education? **Qualitative Studies in Education**, v. 11, n. 1, p. 17-24, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, Nei. **O Racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

LINHARES, Kleiton, O corpo da mulher negra: a dualidade entre o prazer e o trabalho. In: IV Simpósio Internacional de Educação Sexual: Feminismos, Identidade de gênero e Políticas Públicas. **Anais...** UNIOESTE, 2015. p. 1-9.

MELLO, Luciana Garcia de. **A discriminação racial em números e palavras: um estudo sobre a participação de negros e brancos no mercado de trabalho gaúcho**. Abril de 2005, 236 folhas, Dissertação (Mestrado em Sociologia) IFCH, Porto Alegre, 2005.

MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, Kanbeguele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da (Orgs.). **O Negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 07-19.

\_\_\_\_\_. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, n.50, 2004.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estratégias e Políticas de Combate a Discriminação Racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidades, problemas e caminhos. SP, Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação. 2006.

MUNANGA, Kanbengele. Nosso Racismo é Um Crime Perfeito. **Revista Fórum**, 2012, Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>>. acesso em: 10/07/2016

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NÓVOA, A. (org.) **Vidas de professores**. Porto: Porto, 1992. 214 p.

OLIVEIRA, Dijaci David de. et al. (Org.) **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

PATRICIA, Maria de Souza Santana. **Professores (as) Negros (as) e relações sociais**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

REVEL, Jacques. **Cultura, culturas: uma perspectiva historiografia**. Proposição: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

RIBEIRO, Maria Solange. **O romper do silêncio: História e Memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das Universidades Públicas do estado de São Paulo**. 2012. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/afirme/LEITURA/noensino/ne04.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2012.

RODRIGUES, João Batista. **Racismo e Evasão Escolar**, 2014. 49 f. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da História III – formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Ed. da UnB, 2010.

SANTANA, Patrícia. **Professores Negros**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

SEIXAS, Jacy A. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.) **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 37-58

SILVA, F. C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, Editora UFPR, 2006.

SILVA, José Carlos Gomes. Cultura afro-brasileira e patrimônios culturais africanos nos currículos escolares: Breve memória de lutas por uma educação antirracista. In: FILHO, Guimes Rodrigues; PERÓN, Cristina Mary Ribeiro (Orgs.) **Racismo e Educação-Contribuições para implementação da lei 10.639/03**. Uberlândia: Edufu, 2011. p. 11-29

\_\_\_\_\_. Cultura afro-brasileira e patrimônios culturais africanos nos currículos escolares: breve memória de lutas por uma educação inclusiva. In: **SEMINÁRIO RACISMO E EDUCAÇÃO, II**, 2006, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 18 p.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2004.

TELLES, Edward E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Tradução de Ana Arruda Callado. 2012. Disponível em: <[http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/http://portal.mec.gov.br/component/content/?view=buscageral&params\[search\\_relevance\]=professor,%20negro,%201%&params\[de\]=&params\[ate\]=&params\[catid\]=&params\[search\\_method\]=all&params\[ord\]=pr&id=index.php&start=140&Itemid=164](http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/http://portal.mec.gov.br/component/content/?view=buscageral&params[search_relevance]=professor,%20negro,%201%&params[de]=&params[ate]=&params[catid]=&params[search_method]=all&params[ord]=pr&id=index.php&start=140&Itemid=164)  
<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/12/26/454107/rofessores-negros-so-menos-1-nas-universidades.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.



APÊNDICE A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
 REGIONAL CATALÃO  
 UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL  
 DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
 MESTRADO PROFISSIONAL




---

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

O objetivo desse roteiro é explicitar ao (a) entrevistado (a), os principais temas de que trataremos durante a entrevista, cuja proposta é estabelecer um diálogo com o (a) entrevistado (a), deixando - o (a) livre para escolher o que dizer :

- 1.No senso do IBGE e senso escolar, como você se declarou em relação a sua cor? Como gostaria de ser definido (a) nesta pesquisa?
1. Qual a sua história /trajetória Escolar, (escola pública privada,)
2. Qual tipo de ensino recebeu em sua formação inicial?
3. Você teve acesso ao ensino superior? Como se deu?
4. Poderia falar um pouco da sua vida familiar?
5. Como se deu sua entrada na rede escolar? Como se dá o relacionamento com colegas professores ( as)?
6. Porque escolheu a carreira docente? Fala um pouco de sua trajetória Docente.
7. Como você analisa sua história de vida e a história de negros e negras na região sudeste? é possível discutir a visibilidade social dos (das) mesmos (as) ?
8. Como você avalia as condições do ensino no momento atual? O que esperam da Educação?
9. Você acredita que no meio escolar existem práticas racistas ou discriminatórias em função da cor das pessoas?
10. Já passou pela condição de ser objeto de racismo ou discriminação? Poderia narrar o acontecido?
11. O que acha que pode ser feito para combater o racismo e a discriminação em suas várias formas?
12. Já participou de algum tipo de movimento/ entidade ligada ao combate ao racismo e à discriminação?
13. Por que aceitou participar desta pesquisa?

Apêndice B- Fotos da Oficina

